Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: maio de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural

Índice

Índios rivais já discutem "herança" na Raposa – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2009.....6

Arrozeiros protestam em Boa Vista – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2009.....7

Guiana convida arrozeiros que ocupavam a reserva indígena a plantarem no país – Lucas Ferraz - Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2009.....8

Homem casado com índia se prepara para morar em Boa Vista – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2009 8

Terras com títulos irregulares no Pará equivalem a outro Pará - Evandro Éboli – O Globo – O País – 01/05/2009.....9

Agricultores resistem à ordem de deixar Raposa – Ana Marques - O Globo – O País – 01/05/2009 10

Agricultores protestam em RR – Roldão Arruda – O Estado de São Paulo – Nacional – 01/05/2009 11

Líder arrozeiro resistepor7 horas, mas deixa reserva - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 02/05/2009 13

MST invade fazenda em Ribeirão Preto – Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Nacional – 02/05/2009 14

Líder dos arrozeiros resiste à PF e só deixa reserva após mandado – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 02/05/2009..... 15

Índios ganharão para preservar floresta – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Ciência – 02/05/2009..... 17

Operação para retirada de não-índios de Raposa começa pacificamente - Ana Marques – O Globo – O País – 02/052009..... 19

MST lidera 'exército'de 15 mil homens no sul do Pará - Estado de São Paulo – Capa – 03/05/2009..... 20

Futuro da Raposa divide Roraima – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 03/05/2009 25

Sem-terra querem Incra em SP – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 03/05/2009 27

Índios fazem pressão para acelerar ação de retirada na Raposa – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 03/05/2009..... 27

Os cursos para assentados – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 04/05/2009 29

Índios da Raposa negociam parceria com MST – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 04/05/2009 30

Sem dinheiro, demitidos ficam em Boa Vista – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 04/05/2009 31

Agricultores retornam a Raposa para colher arroz - Ana Marques – O Globo – O País – 04/05/2009 32

MST quer uma Reforma Agrária massiva e de qualidade – Sítio Eletrônico do MST – 05/05/2009 33

Amazônia concentra 72% dos assassinatos de camponeses – Sítio Eletrônico do MST – 05/05/2009 36

Cassel participa de instalação do Fórum sobre conflitos fundiários – Sítio Eletrônico do MDA – 08/05/2009 39

Um telefonema de Gilmar Mendes – Sítio Eletrônico do MST – 08/05/2009 40

81% dos prefeitos paulistas apóiam Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 08/05/2009 45

Sem-terras são baleados no Pará, diz MST - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 10/05/2009 46

Presidente do CNJ defende especialização do Judiciário para solucionar conflitos fundiários – Sítio Eletrônico da CNA – 11/05/2009 46

Cercado de expectativas, fórum de conflitos fundiários é instalado hoje - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 11/05/2009 48

Cresce o desmatamento em assentamentos na Amazônia – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 11/05/2009 51

Chegada do Opportunity ao PA ampliou tensão, diz CPT – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 11/05/2009 52

Terras mapeadas, uma nova realidade – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 11/05/2009 53

MST apreende trator de fazenda do Opportunity – Folha de São Paulo – Brasil – 12/05/2009 55

PAÍS CONDENA POUCOS FAZENDEIROS, DIZ OIT – Folha de São Paulo – Brasil – 13/05/2009 56

Gilmar defende a criação de vara especial para mediar conflito agrário – O Globo – Nacional – 12/05/2009 56

Com fórum agrário, amplia-se ativismo judicial sobre o Executivo – Juliano Basile – Valor Econômico – Política – 12/05/2009 56

MST-SC comemora seus 24 anos de luta pela terra – Sítio Eletrônico do MST – 13/05/2009 58

Ruralistas obtêm vitória em votação - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 14/05/2009 59

Preço de terras da União opõe ruralistas a ambientalistas – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2009 60

MMA debate pauta ambiental dos trabalhadores rurais - Suelene Gusmão – Sítio Eletrônico do MMA -14/05/2009 60

Ruralistas vencem na MP da regularização de terras da Amazônia – Mauro Zanatta e Mônica Izaguirre – Valor Econômico – Política – 14/05/2009 62

Carlos Minc: Ruralistas foram derrotados com MP da Regularização Fundiária – Sítio Eletrônico do MMA – 15/05/2009 63

Ambientalistas mobilizam-se para derrubar MP fundiária no Senado - Mauro Zanatta Valor Econômico – Pilítica – 15/05/2009 64

Pastoral chegou ao Nordeste antes do MST - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 17/05/2009 66

CPT já é 3ª entidade em invasões - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 17/05/2009 67

Governo agora quer incluir sem-terra no Bolsa Família – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 17/05/2009 69

Bolsa reduziu base de apoio dos sem-terra – Folha de São Paulo – Brasil – 17/05/2009 70

Prioridade para Reforma Agrária é negociada no Incra – Sítio eletrônico da Contag - 18/05/2009 71

Reserva indígena ou de mercado? – Douglas Falcão e Renato Pacca – O Globo – Opinião – 18/05/2009 72

Movimento social alega ser alvo de perseguição - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 19/05/2009 73

MST invade fazenda do governo da BA – Biaggio Talento e Alean Rodrigues – O Globo – O País – 19/05/2009 74

Agricultores protestam em 12 Estados por melhoria no campo – Folha de São Paulo – Brasil – 20/05/2009 75

Sem movimentos sociais, Judiciário instala fórum sobre conflitos agrários – Sítio Eletrônico do MST – 20/05/2009 76

Minc propõe alívio para pequenos agricultores – O Globo – O País – 21/05/2009 79

Para especialista, MP 458 serve só aos interesses de grileiros e funcionários do Incra – Sítio Eletrônico do MST – 21/05/2009 80

Árabes querem terras no Brasil – Estado de São Paulo – Economia – 22/05/2009 81

Roraima, 20anos depois, recebe terras da União – Estado de São Paulo – Nacional – 23/05/2009 82

Diálogo pode desengavetar projetos - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 24/05/2009 86

Nação Guarani – DenisLerrerRosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 25/05/2009..... 88

Incra vai vistoriar cumprimento de leis ambientais e trabalhistas – Eduardo Scolese e Leticia Sander – Folha de São Paulo – Brasil – 28/05/2009..... 90

Minc chama ruralistas de vigaristas, e PT se desculpa - Catarina Alencastro e Isabel Braga – O Globo – O País – 28/05/2009 91

Fazenda de Dantas acusa sem-terra de abater gado – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2009..... 92

Fazenda acusa sem-terra de abater gado – Folha de São Paulo – Brasil – 29/07/2009..... 92

Invasor do MSTé preso por seqüestro no Pará – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 30/05/2009 93

Índios rivais já discutem "herança" na Raposa – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2009

Disputa por construções abandonadas por arrozeiros na reserva acirra as divergências entre grupos de indígenas em RR

Representantes do CIR e da Sodiur dizem que diferenças entre as entidades devem aumentar após a retirada completa dos não índios

No último dia do prazo legal para a saída dos não índios da reserva Raposa/Serra do Sol, indígenas de entidades rivais já discutiam ontem a "herança" de quem deixou a área.
Construções abandonadas na vila Surumu (porta de entrada da terra indígena) estão sendo ocupadas por índios da Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima), que apoiou a permanência dos arrozeiros.
O problema é que, para lideranças do CIR (Conselho Indígena de Roraima), organização a favor da saída dos não índios, as chaves dos imóveis deveriam ser dadas à Funai (Fundação Nacional do Índio), que depois decidiria o que fazer com eles.
"Estamos fazendo isso porque eles [CIR] querem abarcar tudo", disse o índio macuxi Edinilson Albuquerque, da Sodiur.
Cristóvão Galvão, um dos líderes do CIR na região, disse que fará apenas o que mandar a Justiça. Para ele, "esse discurso de derramamento de sangue" é exclusivo dos que foram derrotados pela decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de manter a demarcação contínua da reserva, que ocupa 7% do Estado (1,7 milhão de hectares).
Ambos disseram que as diferenças entre as entidades devem aumentar após a retirada completa dos não índios.

Terra arrasada

Outra disputa deve envolver a ocupação das ao menos oito fazendas de arroz, propícias para plantações e criação de animais. Nas propriedades, não restou muito para ser usado.
Os arrozeiros as tornaram "terra arrasada" antes de sair.
Paulo César Quartiero, líder dos produtores, tirou quase tudo de sua fazenda. Depois, usou máquinas para derrubar até as construções de alvenaria.
Ontem, o tráfego de caminhões que saíam das propriedades era intenso. Tentavam levar tudo o que podiam até a 0h de hoje, quando vencia o prazo para a saída voluntária.
Os poucos expulsos que ainda restavam na vila ontem esperavam os caminhões cedidos pelo governo estadual para levar os bens. Segundo afirmaram, eles somavam menos de dez famílias. As que não conseguirem sair no prazo não devem resistir à retirada. Mas há outras no interior da reserva, que podem insistir em ficar.
Já os índios não demonstravam estar na reta final de um conflito que, dizem eles, durou 38 anos e lhes custou 22 vidas. Na escola e nas casas, não havia sinais de festa.
A tranquilidade na vila só foi quebrada pela chegada do presidente do TRF (Tribunal

Regional Federal) da 1ª Região, Jirair Meguerian, e de um ônibus com 50 agentes da FNS (Força Nacional de Segurança).
A FNS, junto à Polícia Federal e à Funai, começaria a operação de retirada de quem insistir em ficar na área a partir da madrugada de hoje. A ação pode durar até um mês e será realizada por mais de 500 funcionários federais.
Meguerian pediu aos índios que não tentem expulsar aqueles que não saírem após o final do prazo. A ordem é para que apenas a PF faça isso.

Arrozeiros protestam em Boa Vista – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2009

No dia em que venceu o prazo dado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para que os não índios deixassem a terra indígena Raposa/Serra do Sol, produtores rurais e moradores que saíram da reserva fizeram uma manifestação pelas ruas de Boa Vista. O protesto continuava na noite de ontem.
Com tratores, caminhões e máquinas agrícolas, os manifestantes percorreram ruas da capital. A concentração foi em frente ao palácio do governo. Lá, fizeram discursos contra o governo federal, a Funai (Fundação Nacional do Índio) e ONGs como o CIR (Conselho Indígena de Roraima).
A Polícia Militar estimou em 120 o número de manifestantes. O líder dos arrozeiros e ex-prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM), afirmou que "ao menos mil pessoas" estavam na praça no início da noite.
Enquanto protestam e aguardam a operação da retirada da reserva (o prazo para sair vencia à 0h de hoje), os arrozeiros continuam transferindo tratores e outros equipamentos que tinham dentro da área para Boa Vista. O pátio da empresa de Quartiero está lotado há dias.
Para o secretário de comunicação de Roraima, Rui Figueiredo, o destino dos que deixam a área é um problema. "O que essas famílias farão em Boa Vista? Esse é o grande problema. Não sabem para onde vão. A decisão do governo federal não levou em conta que previamente se resolvesse isso."
O governo de Roraima, sob o comando do tucano José de Anchieta Júnior, sempre foi contrário ao governo federal, reivindicando que a reserva não fosse demarcada de forma contínua, como ocorreu.
Os não índios, afirma Figueiredo, terão prioridade para serem reassentados em terras transferidas da União para o Estado.
Em janeiro, o presidente Lula assinou uma medida provisória transferindo 6 milhões de hectares de terras da União para Roraima. Entretanto, uma estimativa do governo do Estado

aponta que cerca de 80% da área doada já esteja ocupada. **(JOSÉ EDUARDO RONDON)**

Guiana convida arrozeiros que ocupavam a reserva indígena a plantarem no país – Lucas Ferraz - Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2009

Os cinco arrozeiros que ocupavam até ontem a Raposa/ Serra do Sol, em Roraima, foram convidados pelo governo da Guiana, que faz fronteira com o Brasil -e com a terra indígena-, a plantarem no país.
No início desta semana, em Boa Vista, os produtores se reuniram com Robert Persaud, ministro da Agricultura da Guiana. Ele se comprometeu a ajudá-los com tudo, como logística e infraestrutura, mas há condicionantes: 85% da força de trabalho deverá ser guianense e a terra não será dos arrozeiros. Haverá cessão de uso do solo, por até 25 anos, renováveis pelo mesmo prazo.
A Embaixada da Guiana em Brasília disse desconhecer a informação. Os rizicultores, que ainda não decidiram sobre a proposta, vão visitar o país nos próximos dias.
O interesse da Guiana pelo arroz de Roraima não é recente. Os primeiros contatos ocorreram em 2005, quando a reserva foi homologada pelo presidente Lula. Na época, a conversa não prosperou, sendo retomada agora.
Segundo Nelson Itikawa, um dos cinco arrozeiros que estavam na Raposa e presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima, o governo da Guiana ofereceu duas possibilidades de área para eles se instalarem.
Uma é na cidade de Lethem, vizinha da brasileira Bonfim, em Roraima. O local seria melhor pela proximidade com Boa Vista (pouco mais de 140 km), onde os fazendeiros têm empresas de processamento de arroz e pelo fato da cidade ser cortada pelo rio Tacutu, o que favorece o plantio.
O outro local é na região de Georgetown, capital do país, que possui porto, de onde a produção pode ser escoada para outros países. Mas os custos da mudança para lá seriam maiores. **(LUCAS FERRAZ)**

Homem casado com índia se prepara para morar em Boa Vista – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2009

José Costa de Albuquerque, 78, mora há 60 anos na vila Surumu, na terra indígena Raposa/Serra do Sol. Chegou à região após se casar com uma índia da etnia macuxi, Maria Hilda Barroso de Albuquerque, 64. Nas poucas ruas de terra da vila, criou cinco filhos.

Ontem, se preparava para ir embora.
"Quem ajudou a fazer tudo isso aqui foram os fazendeiros. Quando cheguei, não tinha índio. Eles ficavam para lá", afirmou, apontando para dentro da floresta, nos fundos de sua casa de alvenaria.
Seu Zelão, como é conhecido Albuquerque, um dos homens mais velhos do local, não é rizicultor ou proprietário rural. Faz parte da população de não índios que trabalhava nas fazendas do local. "Sempre cuidei de gado."
Hoje, com mal de Parkinson e aposentado pelo INSS, vive com "uns R$ 300" por mês. "Agora, vou comer e dormir. Só." Ele vai morar com um filho, em Boa Vista.
A maior parte desses empregados das fazendas já saiu. Mas a situação de Zelão tem uma peculiaridade, a de ser casado com uma índia.
Para membros do CIR (Conselho Indígena de Roraima), mulher e filhos podem ficar, mas é preciso que pessoas como ele saiam, por uma questão de segurança. Argumentam que, se ficarem, podem repassar informações a não índios dispostos a invadir de novo a reserva. A mulher de Zelão deve acompanhá-lo. O casal receberá uma indenização de cerca de R$ 20 mil pela casa.

Terras com títulos irregulares no Pará equivalem a outro Pará - Evandro Éboli – O Globo – O País – 01/05/2009

Seis mil registros ilegais somam 110 milhões de hectares

BRASÍLIA. Um levantamento inédito feito por instituições que atuam em conflitos fundiários no Pará revela a dimensão da grilagem de terra no estado e o tamanho da fraude com certidões de propriedades rurais nos cartórios. O estudo, que demorou três anos para ficar pronto, identificou 6.102 títulos de terras irregulares. A soma dessas áreas tem o tamanho de outro Pará. Um estado paralelo. São 110 milhões de hectares ilegais.

A área total do estado é de 124 milhões de hectares.

O trabalho foi realizado durante três anos em cartórios do estado. O levantamento foi feito pela Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem, criada pelo Tribunal de Justiça do Pará, e que contou com a participação do Ministério Público no Pará.

Comissão pede ao CNJ a anulação de todos os papéis A comissão decidiu recorrer ao Conselho Nacional de Justiça e pedir o cancelamento administrativo de todos esses papéis. O objetivo é cancelar esses títulos por via administrativa e, assim , fazer com que essas terras voltem para o poder do Estado.

— Os indícios de fraude são evidentes demais para ficar esperando processo judiciais — afirmou o procurador Felício Pontes, que integrou o comitê.

Entre os imóveis com títulos irregulares está, por exemplo, a fazenda Espírito Santo, em Xinguara, palco de violência entre sem-terra e capangas na semana passada. A fazenda

é de Daniel Dantas, mas há processo na Justiça contestando a venda da propriedade para o banqueiro, ocorrida há menos de dois anos.

O levantamento identificou até proprietário fantasma. É o caso de Carlos Medeiros, uma pessoa que não existe e que aparece como detentora de 167 títulos de terras. Há desconfiança de que, por trás desse nome, haja uma máfia de falsificação de certidões e apropriação ilegal de terras públicas.

O grupo identificou ainda que mais da metade de uma área de 34 mil hectares está sobre terras indígenas, que pertencem à União. É uma terra de conflito, com assassinatos e crimes ambientais.

O Instituto de Terras do Pará (Iterpa) considera nulo o título dessa propriedade.

Um procedimento comum usado pelos grileiros é o aforamento.

Trata-se de documento usado para conceder terras públicas a particulares sob certas condições. Se essas obrigações não forem cumpridas, esses imóveis deveriam voltar para o estado. Mas não é o que acontece.

O proprietário, em vez de perder o direito às terras, vende as fazendas de forma ilegal.

Comissão mista analisou os casos por três anos A comissão analisou títulos de propriedades de imóveis superiores a 2.500 hectares e descobriu outra fraude. Terras acima desse tamanho só podem ser comercializadas com aprovação do Congresso. E, do total dos 6.102 títulos, apenas oito passaram por essa tramitação.

As outras 6.104 estão todas irregulares até nesse critério.

A comissão que investigou a grilagem foi formada por representantes do Tribunal de Justiça, do Incra, da OAB, do Ministério Público, do Iterpa, da AGU, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pela Federação da Agricultura do Estado do Pará

Agricultores resistem à ordem de deixar Raposa – Ana Marques - O Globo – O País – 01/05/2009

No último dia para desocupação da reserva, grupo protesta e arrozeiro destrói benfeitorias de sua fazenda

BOA VISTA. Terminou ontem o prazo para que os habitantes não índios que ainda ocupavam parte da terra indígena Raposa Serra do Sol deixassem a região de forma voluntária, em cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Maior opositor da demarcação da reserva, o rizicultor Paulo César Quartiero demoliu casas e armazéns de suas fazendas, com a justificativa de que reutilizaria o material em novas construções. Uma perícia está sendo feita para verificar a extensão do dano e instaurar inquérito para avaliar a situação.

— Quar tiero poderá ter que cobrir o prejuízo com parte da indenização que receberia por seus bens — disse o assessor da Polícia Federal no estado, Giovane Negreiros.

Ainda permanecem na área indígena 28 famílias Apesar da atitude do arrozeiro, segundo a Polícia Federal, até o fim da tarde de ontem não havia sido registrado qualquer outro incidente na região da reserva.

— O papel da instituição é garantir a segurança das pessoas que estão saindo da Raposa Serra do Sol, no entanto, com o término do prazo para a desocupação espontânea, os que ficarem na reserva serão retirados à força, em cumprimento à decisão da Justiça.

O administrador da Funai, Gonçalo Teixeira, disse que, das 47 famílias que estavam na área indígena depois do decreto que homologou a reserva, 28 ainda permanecem na Raposa Serra do Sol.

— Se todos saíssem espontaneamente, seria muito melhor — disse Teixeira.

Ontem, em protesto contra a desocupação, rizicultores ocuparam as ruas de Pacaraima com tratores ornamentados com faixas pretas de luto. Entre os que ainda resistem está Tenório Esbell, que vive no município de Normandia. Ele disse em entrevista à TV Roraima, afiliada da Rede Globo, que não deixará a área. Afirmou ainda que, se necessário, morrerá defendendo a terra que herdou de seu pai e o direito de permanecer na região.

O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, disse ontem que não vai pedir mais tempo para que a população não indígena deixe a reserva Raposa Serra do Sol.— Não pretendo, não vou discutir. Esse assunto já foi discutido exaustivamente.

Aquilo vai se transformar num verdadeiro zoológico humano. Sem a menor condição de sobrevivência, sem contato com o branco, o que vamos ver lá serão animas humanos — disse ele.

De acordo com a Agência Brasil, não há resistência por parte das pessoas que não saíram da reserva ainda, mas falta logística para que elas cumpram a decisão.

— São pessoas que estão lá há quatro gerações e não têm para onde ir, nem como se loco — afirmou o governador.

Agricultores protestam em RR – Roldão Arruda – O Estado de São Paulo – Nacional – 01/05/2009

Choro de não-índios,tensões entre índios e manifestações de protesto marcaram ontem o prazo final dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a saída de não-índios da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Hoje começa a retirada forçada das famílias que continuam na área –umespaçode1,7milhãodehectares, que passa para o controle de cerca de 19 mil índios, de cinco diferentes etnias. É fase final da Operação Upatakon 3, que mobiliza cerca de 400 agentes da Força da Segurança Nacional e da Polícia Federal.

Ontem, em Boa Vista (RR), o desembargador Jirair Megarian, presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e responsável pela coordenação da saída dos não-índios, afirmou que espera concluir a operação de maneira pacífica: "Só haverá violência se houver resistência violenta".

O dia do desembargador foi agitado. Pela manhã, recebeu a informação de um aumento das tensões na Vila Surumu, ponto de acesso à terra indígena.Grupos ligados ao Conselho Indigenista Missionário (CIR) estariam forçando a saída de famílias em que se misturam índios e não-índios (e que têm o direito legal de permanecer na área).

Em reunião com organizações envolvidas na operação de retirada, o desembargador constatou que os locais para onde as famílias estão sendo levadas não oferecem condições de moradia. Por isso, chegou-se a cogitar a possibilidade de uma dilatação no prazo de saída.

A reportagem do **Estado** visitou um desses locais, a Cidade Satélite, na periferia de Boa Vista. As casas doadas pela prefeitura ficam no meio de conjunto habitacional ainda não inaugurado, sem moradores. Faltam água, luz, rede de esgoto, ruas, meio-fio, árvores. Para as famílias que preferiram ser transferidas para a zona rural, as condições não são melhores.

Na reunião, o desembargador recebeu a promessa de que as instalações em Cidade Satélite ficarão prontas até segunda feira. À tarde, ele foi à Vila Surumu.

Não confirmou as tensões.

O que há é uma disputa entre grupos indígenas quanto às casas desocupadas. "A briga agora vai ser de índio com índio", disse a tuxaua (cacique, na língua indígena macuxi) Elielva dosSantos.Ela integra a diretoria da Sociedade dos Índios Unido sem Defesa de Roraima (Sodiur), que se opôs à demarcação contínua. Do outro lado, o tuxaua Dionito José de Souza, presidente do CIR, admite conflitos, mas acredita que serão resolvidos.

Um dos produtores rurais que continuam na reserva é Vanda Batista de Souza, de 53 anos.Ao lado da irmã e do cunhado, ela cria 150 cabeças de gado no Igarapé Azul, nas proximidades da Vila Fria. Ela foi à Funai para explicar, chorando, que não pretende ir para área designada.

"Me ofereceram uma terra para a qual eu não gostaria de ir nem para ser enterrada", disse. "É tão ruim que está vazia há muito tempo porque ninguém nunca quis ir para lá."

Líder arrozeiro resistepor7 horas, mas deixa reserva - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 02/05/2009

Cercado por 30 homens da PF, Força de Segurança e Funai, Quartiero exigiu ordem por escrito da Justiça

A Polícia Federal iniciou ontem a retirada forçada dos moradores não-índios da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana. O principal incidente ocorreu na Fazenda Providência, no município de Normandia.

O produtor de arroz e líder dos fazendeiros Paulo César Quartiero se recusou a acatar a determinação verbal do delegado, feita às 10h30, para que deixasse as terras. Exigiu ordem escrita da Justiça, mesmo após o representante federal enfatizar que não era necessária, uma vez que se encontrava em área indígena, conforme decreto presidencial assinado em 2005 e confirmado em março pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

"Não aceito ser botado pra correr no grito, como um cachorro", insistiu o arrozeiro.Sozinho e cercado por trinta homens da PF e da Força de Segurança Nacional, além de agentes da Fundação Nacional Índio (Funai), o fazendeiro manteve o impasse durante sete horas. Só aceitou sair depois que o desembargador Jirair Megarian, encarregado pelo Supremo de coordenar a retirada dos não-índios, foi à fazenda, às 17h30, a bordo de um helicóptero da Força Aérea.

Megarian também tentou convencer o fazendeiro a sair.

Mas, diante da insistência por uma ordem escrita e preocupado em evitar qualquer tipo de confronto, o desembargador redigiu ali mesmo, à mão, sobre os joelhos, um "mandado de desocupação", para ser cumprido "de imediato". Foi só então que o fazendeiro saiu.

POLÊMICA

Ontem o desembargador também se encontrou com mais dois produtores rurais que se recusavam a deixar o território da Raposa Serrado Sol. Um deles foi Adolfo Esbell, que nasceu e vive há 82 anos em um sitio nos arredores de Normandia.

Na conversa de ontem,ele disse a Megarian que sua mãe é indígena e, por isso,temo direito de permanecer na área. O desembargador concedeu-lhe mais 15 dias para conseguir a documentação que comprova sua ascendência. Se o fizer, poderá continuar na área.

O outro produtor, também octogenário, é o americano Lawrence Hart, que chegou moço a Normandia e nunca mais saiu dali. Ele alegou dificuldades para remover o gado, além de contestar o valor da indenização oferecido pelas benfeitorias da Fazenda Manga. O desembargador ofereceu o apoio de caminhões da Funai para ele se retirar, no prazo de 15 dias.

No município vizinho de Pacaraima, o rizicultor Tiaruju Faccio passou a noite ao lado de seus empregados, trabalhando na colheita da última parte da safra de arroz.

Quando os policiais federais chegaram pela manhã, ele pediu e conseguiu mais algumas horas para colher e levar embora a produção. Deixou a propriedade com as máquinas, o arroz e os funcionários por volta das16 horas.

PRAZO

De acordo com o superintendente da Polícia Federal em Roraima, José Maria Fonseca, a operação de retirada foi prevista para durar trinta dias. Mas poderá acabar antes, no prazo de duas semanas.

Fazendeiro ficou só nos escombros

Sozinho, Quartiero finalmente cedeu e foi embora a pé Foi uma cena cinematográfica.

Quando,em meio a uma nuvem de poeira, o comboio policial chegou à Fazenda Providência, o cenário era de desolação. Todas as casas e galpões da fazenda haviam sido postas abaixo.

Era preciso olhar com atenção para perceber que atrás dos escombros, à sombra de um pequeno cajueiro, num banco de madeira, encontrava-se o fazendeiro Paulo César Justo Quartiero. Vestindo uma camisa preta, em sinal de luto, ele não se moveu. Nem quando foi cercado pelos policiais federais vestidos de preto, todos portando revólveres na cintura, e homens da Força Nacional de Segurança, com metralhadoras nas mãos.

Não havia ninguém com ele. Trabalhou até as 4h30, despachando para a cidade e para uma fazenda vizinha o gado e as máquinas que tinha na Providência –uma das duas fazendas em que cultivava arroz na área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Depois dispensou os empregados e ficou lá, com uma rede e uma garrafa com água.

Foi assim, sozinho, que durante o dia ele bateu boca com os policiais, dormiu um pouco na rede, recebeu o desembargador Jiran Mergarian com ironias e desafios e tentou arrancar dele uma dilatação do prazo de permanência na área. Queria15diaspara concluiracolheita de arroz em uma área de 370 hectares, mas não conseguiu.

Finalmente decidiu ir embora. Como estava sem carro,o desembargador ofereceu uma carona no helicóptero que o havia levado até lá.“Com essa companhia eu não quero carona”, respondeu.

Antes de ir embora,ainda ameaçou tocar fogo nas suas colheitadeiras se as autoridades as requisitassem para realizar a colheita do arroz.

Depois saiu a pé, pelo meio do arrozal. O comboio da PF passou bem ao seu lado, jogando poeira sobre o homem que durante anos liderou o movimento contra a demarcação.

MST invade fazenda em Ribeirão Preto – Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Nacional – 02/05/2009

Propriedade já havia sido alvo de ocupação na semana passada Um grupo de integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) ocupou uma área da Fazenda Martinópolis, entre Serrana e Serra Azul, na região de Ribeirão Preto, no início da manhã de ontem. Segundo o diretor regional do MST, José Ferreira, o Paraguai, cerca de 100

famílias estariam no local, mas a Polícia Civil de Serrana informou que cerca de 50 pessoas teriam feito a ocupação. Um funcionário da fazenda ficou detido pelos sem-terra por cerca de uma hora e meia.

Na terça-feira passada,a Polícia Militar tinha retirado cercade20pessoasdeoutraocupação, na mesma propriedade, mas em outra extremidade.

"Queremos a reforma agrária nessa área", afirmou Ferreira.

Segundo ele, os sem-terra são do Acampamento Alexandra Kolontai, de Serra Azul, próximo à área invadida, que existe há cerca de seis meses.A ocupação marca o protesto do MST no Dia do Trabalho. O movimento alega que a Martinópolis foi arrematada pelo governo estadual por adjudicação fiscal – dívidas dos antigos proprietários – entre 1991 e 2002, mas que a área não foi destinada à reforma agrária e ainda há plantio de cana-de-açúcar.

Uma reunião de deputados ruralistas da Comissão de Agricultura da Câmara, também realizada ontem, em Ribeirão Preto, transformou se em palco de ataques à legislação ambiental brasileira, às entidades do setor, principalmente o MST.

O deputado Moreira Mendes (PPS-RO) disse que "o MST pode ser comparado ao narcotráfico colombiano, é ilegal e traz insegurança ao homem do campo". Já Paulo Piau (PMDB-MG) disse não ver como trazer a estabilidade para o campo diante dos constantes conflitos fundiários e fez duras críticas às restrições ambientais para o plantio em áreas agrícolas.

"Acho que a desobediência civil organizada é a única forma de mostrarmos que alguma coisa está errada", disse.

Entre as incoerências apontadas pelos ruralistas no Código Ambiental Brasileiro, o qual os parlamentares tentam alterar para ser menos restritivo ao agronegócio já consolidado, o deputado Leonardo Vilela(PSDBGO) citou a distância mínima de áreas de preservação permanente para as margens de rios. "Baseado em que essa distância foi determinada?", perguntou o deputado.

Convidado do debate, o ex ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, voltou a defender o fortalecimento do lobby pelo setor. "Nos Estados Unidos o lobby mais forte no Congresso é o do setor agrícola, que tem apenas 2% dos parlamentares. No Brasil, mesmo com 18% dos parlamentares, esse lobby é minoritário", afirmou.

Líder dos arrozeiros resiste à PF e só deixa reserva após mandado – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 02/05/2009

Operação de retirada na Raposa/Serra do Sol, que deve continuar por 30 dias, foi pacífica e a maioria dos não índios saiu do local acompanhada por agentes

A operação de retirada dos não índios da terra indígena Raposa/Serra do Sol começou ontem de maneira pacífica, mas com a expulsão do principal líder dos arrozeiros da região, Paulo César Quartiero.

Programada para a madrugada, a ação só começou por volta das 9h, quando agentes da Polícia Federal, a FNS (Força Nacional de Segurança), a Funai (Fundação Nacional do Índio) e o Ibama iniciaram a movimentação na vila Surumu.

A despeito das expectativas de prisões e expulsões à força, a maior parte dos não índios saiu apenas acompanhada pelos agentes. Eram, basicamente, funcionários das fazendas. A PF disse que evitará conflitos.

Em ao menos uma delas, da família Faccio, os proprietários conseguiram negociar com a cúpula da operação para que a colheita dos grãos e a retirada de máquinas agrícolas fossem estendidas até o final da tarde.

Segundo decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), o prazo máximo para essa saída era até a 0h de ontem. Em março, o tribunal confirmou a demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol.

Até a conclusão desta edição, não havia um número exato das pessoas que saíram escoltadas pelos agentes. Apenas em uma das propriedades dos Faccio havia 30 pessoas na noite de anteontem, colhendo o arroz.

Funcionários de ao menos quatro fazendas foram levados para fora da reserva ontem. Além de outra dos Faccio, uma de Quartiero e outra pequena propriedade, na qual ainda havia 250 cabeças de gado -que foram retiradas por um caminhão alugado pela Funai.

José Maria Fonseca, superintendente da PF em Roraima, disse que o dia foi "tranquilo".

Em relação a Quartiero, ele cumpriu sua promessa de resistir e foi encontrado pelos policiais por volta das 10h em outra de suas fazendas, já vazia, chamada Providência. Estava só.

Passara a noite no local, retirando partes dos destroços da sede da propriedade, que ele mesmo mandou destruir. Esperou 16 horas para sair, porque disse que só o faria com uma ordem judicial.

Como os primeiros agentes da PF que chegaram não tinham o documento, resolveram chamar o presidente do TRF da 1ª Região, Jirair Meguerian, que está na reserva para ajudar na ação.

O magistrado chegou no final da tarde e redigiu à mão, em uma folha em branco, debaixo de uma mangueira, um "mandado de desocupação", no qual ordenava que o fazendeiro saísse imediatamente, o que Quartiero, depois de discutir e voltar a criticar o governo federal, acabou fazendo.

"Estar escrevendo debaixo de um pé de mangueira é muito amadorismo. Só em Roraima mesmo", ironizou Quartiero.

Ele passou dez anos tentando na Justiça continuar na Raposa/Serra do Sol. Quartiero não foi algemado. Até onde a **Folha** o acompanhou, voltava a pé pela estrada de terra, a mais de 50 km de qualquer saída da reserva. "Estou esperando uma carona", disse. A operação deve continuar pelos próximos 30 dias.

Índios ganharão para preservar floresta – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Ciência – 02/05/2009

Reserva tembé, no Pará, deve fechar contrato para emitir créditos de carbono em troca de cerca de R$ 1 milhão por ano

Negócio em mercado fora do acordo de Kyoto sobre efeito estufa vai contra a posição do governo, que teme estímulo ao desmate

Os índios tembés, que vivem no Pará, pretendem fechar até o final de maio o primeiro contrato no país para a preservação de um território indígena em troca de participação na venda de créditos de carbono gerados pela manutenção da floresta.

A negociação, com uma empresa brasileira, a C-Trade, vem sendo tratada desde junho do ano passado. Ela contraria a posição defendida pelo Estado brasileiro sobre o tema.
Segundo o governo federal, a quantidade de mata preservada no país é tão grande que os créditos gerados por sua simples manutenção são capazes de permitir a empresas que aumentem a poluição, e não o contrário. A questão costuma dividir ONGs ambientalistas no país e no exterior.

Mas tanto os índios quanto a Funai (Fundação Nacional do Índio), assim como indigenistas da UFPA (Universidade Federal do Pará) e o Ministério Público Federal,

concordaram, previamente, com os termos da proposta apresentada. Ela ainda precisa ser oficialmente chancelada pela etnia.

Segundo a oferta, 85% do dinheiro conseguido pela empresa ao vender no mercado os créditos de carbono irá para os tembés. Os valores ainda não foram fechados, mas os repasses à tribo devem ultrapassar R$ 1 milhão por ano, ou cerca de R$ 1.428 para cada uma das 700 famílias da reserva. Hoje, a maior parte delas não tem nenhum tipo de renda.

Dos 279,8 mil hectares da reserva, 69 mil foram "ofertados" para serem preservados. A intenção é, anualmente, fazer uma análise periódica da área, que determinará o quanto foi desmatado e o que foi preservado, para então os valores serem aumentados ou diminuídos.

Segundo Felício Pontes, procurador da República que atua no caso, não há nenhum impedimento jurídico para que o negócio seja fechado, apesar da posição do governo.

"Essa ideia pode ser uma solução para o problema de como proteger áreas indígenas de todo o país." A Folha tentou falar com a empresa C-Trade, mas não conseguiu.

Hoje, o chamado mercado "regular", atrelado ao Protocolo de Kyoto, ainda não aceita a comercialização de créditos gerados pela preservação das florestas tropicais. Em compensação, o mercado "voluntário" -do qual participam empresas de países não signatários do protocolo, por exemplo-, aceita.

O impasse sobre aceitar ou não créditos de carbono para manter a floresta em pé, no Brasil ou fora, deve ser debatido em dezembro, em Copenhague (Dinamarca), durante a Conferência do Clima.

No caso do Pará, a maior discussão atualmente é como gerir os futuros recursos. A ideia mais forte até agora, segundo as pessoas envolvidas na negociação, é que parte do dinheiro seja prioritariamente investida em projetos já em andamento, como produção de mel, e o resto seja distribuído igualmente entre todas as famílias.

Distribuição de renda

O que Funai e indigenistas temem é que o dinheiro seja administrado por poucos índios. Se estes enriquecerem sozinhos, a maioria da comunidade continuará miserável. Para Juscelino Bessa, administrador da Funai em Belém (PA), o contrato gera receio, pois ainda não há experiência ou regulamentação específica sobre esse tipo de negócio.

"Mas tivemos que fazer isso, pois estamos com a corda no pescoço." Ele se refere à atual situação da terra tembé Alto Rio Guamá, no nordeste do Estado, invadida por posseiros, grileiros e traficantes de droga, para plantar maconha (leia texto abaixo, à esquerda).

Operação para retirada de não-índios de Raposa começa pacificamente - Ana Marques – O Globo – O País – 02/052009

Desembargador garante que não haverá mais negociação com rizicultores

BOA VISTA. Começou ontem, sem incidentes, a operação de retirada dos habitantes nãoiacute;ndios que ainda insistiam em permanecer na reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

O prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a saída espontânea do grupo tinha terminado na véspera.

Mais de 300 agentes da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança foram designados para cumprir a decisão judicial, sob o comando do desembargador Jirair Meguerian, presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

No fim da noite, a informação era a de que 20 famílias ainda permaneciam na reserva. Apesar de os rizicultores terem ocupado a praça principal de Boa Vista com tratores e caminhões, o clima é de tranquilidade.

Segundo Meguerian, a força só será usada caso haja resistência violenta. O desembargador disse que conduzirá pessoalmente a retirada de dois pecuaristas idosos — Lawrence Hart e Adolfo Esbell —– que passaram a vida na região e se recusam a sair —, mas não admite negociar mais com produtores de arroz.

Dois deles — Paulo César Quartiero, líder dos arrozeiros, e Tiaraju Faccio — diziam que ficariam nas fazendas por terem colheitas pendentes. Ontem de madrugada, Faccio colhia arroz em sua propriedade e embarcava a produção em caminhões.

O juiz auxiliar do Tribunal Regional Federal da 1aRegião (TRF-1), Lincoln Rodrigues de Faria, informou que Quartiero esteve à tarde em uma de suas fazendas, mas deixou o local após ser “convencido pessoalmente” por Meguerian a sair.

No início da noite de ontem, o administrador regional da Funai, Gonçalo Teixeira, informou que foram enviados veículos para dar condições para as famílias retirarem seus pertences e garantiu que todo o processo aconteceu de forma pacífica: — Até o momento não foi registrado qualquer incidente.

Desde quinta, protesto em frente à sede do governo Em protesto contra a decisão do STF, rizicultores,

pequenos produtores e trabalhadores chegaram em comboio na tarde de anteontem e mantêm caminhões, colheitadeiras e máquinas na Praça do Centro Cívico, em frente à sede

do governo, no centro de Boa Vista. Pedaços de tecido preto e faixas simbolizam a insatisfação dos manifestantes com a decisão da Justiça.

Quartiero, proprietário de duas fazendas na região de Surumu, disse que a manifestação é apenas o começo de uma série de protestos que o grupo pretende fazer.

— Vamos pôr gado e cavalos na praça pública, pois não temos para onde levá-los. Vamos ficar aqui até quando aparecer solução, até sermos respeitados.

Estamos vivos e não estamos com medo das intimidações e ameaças da Polícia Federal e da Justiça. O Supremo Tribunal Federal e o governo federal vão ter que aprender a respeitar a população de Roraima — disse o arrozeiro.

De acordo com Meguerian, os rizicultores não receberão novas terras do governo federal, pois não se enquadram no perfil de assentamentos e reforma agrária, diferentemente dos pequenos produtores e demais famílias retiradas da Raposa Serra do Sol.

MST lidera 'exército'de 15 mil homens no sul do Pará - Estado de São Paulo – Capa – 03/05/2009

O MST comanda 15 mil homens no sul e sudeste do Pará, informa **José Maria Tomazela**. Para ouvidores do Incra,o recrutamento coincide com a escalada de conflitos pela terra: o Pará concentrou 46,4% dos casos de violência rural registrados no País em 2008.

Pará tem'exército'de 15 mil sem-terra – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 03/05/2009

Estado que lidera conflitos fundiários no País assiste a amplo recrutamento, enquanto força policial é quase nula

Numa ação sem precedentes, grupos de luta social liderados pelo Movimento dos Sem-Terra(MST)formaram um contingente de 15 mil homens para enfrentar o latifúndio no sul e sudeste do Pará. A estimativa é baseada em números do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária(Incra)e dos próprios sem-terra.O recrutamento coincide com o aumento da violência no campo,segundo ouvidores do Incra. O Estado registra o maior número de conflitos fundiários do País e tem imensas extensões de terras pretendidas por possíveis beneficiários da reforma agrária.

A massa recrutada nas periferias das cidades, em sua maioria gente pobre e desempregada, é preparada para lutar pela terra em quase cem acampamentos ao longo de rodovias como a PA-150, que liga de Marabá, no sudeste, a Xinguara, 250 quilômetros ao sul. Além do MST,sindicatos ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) aceleraram a formação de acampamentos.

Grande parte desse contingente está acampada em fazendas invadidas,como as da agropecuária Santa Bárbara, do banqueiro Daniel Dantas. Nesses redutos, nem a polícia entra, a não ser na companhia de ouvidores agrários. Só este ano, o MST tomou 15 fazendas na região. Na Espírito Santo, em Xinguara, uma das fazendas do grupo, seguranças e sem terra entraram em confronto, no dia 18, deixando oito feridos.

Depois do tiroteio, os sem-terra fizeram uma trincheira com sacos de areia e se mantêm na entrada da propriedade. O risco de novos conflitos é iminente: os fazendeiros, sem poder contar com a força policial, montaram aparatos próprios de segurança.

Só a Santa Bárbara tem 58 vigilantes armados. O efetivo da fazenda é maior que o da Polícia Militar de Xinguara, cidadede40milhabitantes que tem pouco mais de 20 policiais, e nem se compara ao contingente do posto da PM no distrito de Gogó da Onça, o mais próximo do conflito. Ali, um sargento e três soldados atendem ocorrências a pé – a única viatura está quebrada. O distritotem2,5 mil habitantes e é cercado de acampamentos O soldado Alex Oeiras diz que não tem autorização para se meter com o MST. “Mexer com eles é bronca brava.” Em caso de conflito, a ordem é avisar o comando, em Xinguara. Geralmente é deslocada tropa de Belém. Ele classifica os semterra como abusados. “Falam abertamente que, se despejar cem vezes, as cem eles voltam.”

ARMAS

As forças mandadas pelo governo estadual após o tiroteio na Espírito Santo continuavam na região na última quinta-feira.

São 22 homens do Comando de Missões Especiais da Polícia Militare15 da Divisão de Investigação de Operações Especiais da Polícia Civil. Já fizeram buscas nos acampamentos e fazendas, mas só conseguiram apreender uma espingarda velha.

As viaturas enfrentam os buracos da PA-150, destruída pelas chuvas e usada ainda para escoar boiadas. Os fazendeiros reclamam da demora do governo em cumprir as reintegrações de posse.

Os sem-terra alegam que só os acampados são desarmados, não as milícias.

Na Polícia Federal de Marabá, apenas sete empresas estão cadastradas para dar segurança nas fazendas. Juntas, somam 800 homens. O delegado Antonio Carlos Beabrun Júnior, chefe da PF de Marabá, conta que empresas de outros Estados atuam na região.Mas o número de homens armados é muito maior, por causa da contratação de capangas.

Nas blitz e,a PF tem dificuldade para encontrar armas, sempre escondidas.“ Já achamos espingardas penduradas em árvore”, relata o delegado.

No acampamento Helenira Resende, na Fazenda Cedro, em Marabá, os sem-terra treinam a “resistência camponesa”. “A gente aprende como fazer a ocupação e resistir”, conta um militante, logo advertido por outro. “Não pode falar, não.” Ali ninguém se identifica. Um grupo de oito sem-terra vigia, de uma guarita improvisada, quem chega pela PA-150.

Em caso de alerta, como a chegada da polícia ou estranhos, eles disparam morteiros para chamar reforço.Uma vala impede a passagem de carros – só passam as motos dos sem-terra.

A entrada da imprensa é proibida. Fotos, mesmo de fora, só com autorização da liderança.

Integrantes do MST bloqueiam também a entrada da Fazenda Maria Bonita, outra do grupo de Dantas.

O vaqueiro Raimundo Silva, de 62 anos, entrou meio sem querer na força-tarefa usada pelo MST para invadir a Espírito Santo,no final de fevereiro.Morador de Xinguara, ele atendeu ao chamado de um carro de som que prometia uma cesta básica por mês,mais a terra e, ainda, dinheiro para plantar. Numa mensagem gravada, o locutor dizia que o governo assentaria todas as famílias acampadas.

Pai de nove filhos, a maioria“ coma vida feita”, ele deixou na casa a mulher e um casal de filhos menores e foi até um assentamento do MST. Na noite seguinte, estava na carroceria de um caminhão indo para a sua primeira invasão – “lá eles dizem ocupação”, observa.

Quando a casa do funcionário da portaria foi atacada e os moradores obrigados a sair, Silva ficou lá atrás: “Vi criança e pensei no meu caçula de 13 anos.” Silva não estava no grupo que enfrentou os seguranças da Espírito Santo, mas ouviu o tiroteio e viu as pessoas chegarem feridas. “Nosso pessoal não tinha armas, só foguetes.”

O capataz da fazenda, Luiz Nunes de Araujo, diz que os sem-terra atiraram. Prova de que os acampados têm armas, segundo ele, são os tiros contra os bois.No dia anterior ao conflito, eles tinham matado quatro vacas.Ele mostrou as carcaças.

“Só levaram a carne melhor, do traseiro.” O capataz conta que os próprios sem-terra avisaram, ironizando, que tinham “ido ao açougue” no pasto. No verso da placa com o nome do acampamento, os sem-terra grafaram “churrascaria”.

TERRA VIOLENTA

O Pará é campeão nacional em conflitos no campo. Números divulgados semana passada pela CPT mostram que, ao contrário do resto do País, ali a violência está aumentando.Em2008, oEstado registrou 245 ocorrências, mais que o dobro do Maranhão, segundo colocado, que teve 101. No ano passado, 46,4% dos casos de violência rural no Brasil ocorreram no Pará – no ano anterior eram 18%.

O número de assassinatos decorrentes desses conflitos no Estado aumentou 160% – de 5 para 13 –, enquanto as prisões dos envolvidos caíram 50%.

Desde 1996, quando ocorreu o assassinato de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás, 205 pessoas foram mortas em disputas pela terra. Entre elas, a freira Doroty Stang, assassinada por fazendeiros em 2005.

Segundo o advogado e membro da CPT José Batista Afonso, a região atraiu investimentos de grandes grupos e vive uma explosão demográfica, incapaz de ser absorvida, engrossando os acampamentos. A líder Maria Raimunda César, da coordenação nacional do MST, disse que o aumento de acampados é consequência da falta de empregos. “O governo precisa acelerar os assentamentos.”

‘Ocupar é um direito deles’, defende líder da Pastoral

As regiões sul e sudeste do Pará têm exatos 489 assentamentos, com cerca de 350 mil pessoas assentadas,e todos eles resultaram da ocupação das terras pelos movimentos sociais, segundo o frei Henry des Roziers, da Comissão Pastoral da Terra (CPT)deXinguara. “Se são terras públicas, ocupar é um direito deles”, afirma.

Defensor do MST e de outros movimentos, frei Henry é considerado um “agitador” pelos fazendeiros e já foi ameaçado de morte.

Desde então,o religioso trabalha com segurança policial. “Estou nesta região desde 1991. Nunca vi um assentamento ser feito de forma espontânea pelo governo. É sempre na base do conflito: o semterra invade, o fazendeiro reage e o governo vem como bombeiro, para apagar o fogo.”

Nos últimos dez anos, foram assentadas 80 mil famílias no Estado. Destas, 64.691 participaram das 377 ocupações, segundo dados da CPT.

O número de famílias que foram despejadas totaliza 25.857, mas muitas voltaram a invadir. Frei Henry lembra que, em 2008, não houve desapropriação e não foi instalado nenhum assentamento na região. “A reforma agrária parou e isso provoca tensão.” A concentração de terras também contribui para o conflito, segundo ele. “Os milhares que não têm nada ficam revoltados.”

De acordo com o frei, pesquisas da CPT mostram que as propriedades do banqueiro Daniel Dantas somam a segunda maior extensão de terras do mundo,atrás apenas de uma fazenda na Austrália. “São mais de 500 mil hectares e não têm mais floresta.”

Para o frade da Ordem Dominicana, as terras têm títulos duvidosos, por isso foram invadidas.

“Eles veem os problemas do Dantas na televisão e ficam revoltados. Acham que, se a compra não foi legal, é melhor ocupar para ver o que prevalece. Não é justo ocupar uma terra que dizem que é pública?”

Frei Henri alertou para o risco de novos conflitos na região.

“Os fazendeiros têm milícia armada que recebe ordem para atirar”, garante.

O ouvidor agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Flávio Costa, disse que a Justiça bloqueou, em primeira instância, a titularidade das fazendas Espírito Santo e Castanhal Carajás, do grupo Santa Bárbara, de Dantas.Para ele há risco de um novo conflito na Espírito Santo, como o do último dia 18. “Qualquer que seja a decisão, vai haver revolta de uma das partes.”

VISTORIAS

Como as áreas estão invadidas, o Incra está impedido de fazer vistorias para atestar os índices de produtividade, a menos que haja autorização dos proprietários. De acordo com Costa, muitas vezes os sem-terra desocupam a área apenas para possibilitar a vistoria, depois voltam a invadir.

Também usam a tática de incomodar o proprietário, até que ele concorde com a vistoria.“O movimento usa a estratégia de minar a resistência para o fazendeiro permitir a vistoria”, explica Costa.

A tática inclui o abate de gado e o bloqueio de acessos.

No sul do Pará, o requisito básico para ser assentado pela reforma agrária é participar de invasão. Costa diz que dar prioridade a quem está acampado é uma forma de reduzir a tensão.O problema é que o número de famílias acampadas em áreas invadidas supera a capacidade técnica de atender a demanda.

"Não adianta ocupar mais do que o Incra pode atender."

De acordo com o ouvidor, o governo estadual criou as varas agrárias para evitar Conflitos como o que ocorreu em Eldorado dos Carajás."O que se busca é sempre a mediação."

Ele admite que esse processo causa demora nas reintegrações de posse.

As desocupações são realizadas exclusivamente pelo Comando Militar Especializado (CME). "É uma polícia mais treinada, mas fica em Belém." Neste ano, nenhuma reintegração foi cumprida nas regiões sul e sudeste do Estado.

Gerente de fazenda denuncia 'guerrilha'

Funcionário diz que sem-terra já mataram mil bois e fizeram furtos Desde que invadiram as fazendas do grupo Santa Bárbara, os sem-terra já mataram cerca de milbois,destruíramcercas,furtaram portões e aparelhos de comunicação e fazem terrorismocontra os moradores, acusa ogerentedaEspírito Santo,Oscar Boller. Além do MST, as áreas foram invadidas por integrantes de outros dois grupos.

Boller acha que as ações visam a pressionar a empresa para abrirmãodasterras. "Eles misturam pressão psicológica com táticas de guerrilha", disse.

Ogerente conta que o projeto do grupo era criar na região um polo de pecuária de alto padrão. "Chegamos a ter 500 mil bois, com índices de lotação e produção muito superiores à média nacional." Segundo ele, os bois foram os primeiros alvos dos sem-terra.Alémde mataranimais, cortaramascercas e misturaram vacas selecionadas para inseminação artificial.

Aos grupos, em motos e armados, os sem-terra hostilizaram os funcionários, disse. "Elesdemarcaramtodaafazenda com tinta vermelha, alegando que as terras já são deles." Tambémteriamseapossadode caminhões e máquinas. As casas dos empregados, pichadas com mensagens ameaçadoras.

Assustados, 70 funcionários pediramaconta.Umgruporendeu dois seguranças e tomou os rádios. "Tiveram a ousadia de me chamar pelos rádios furtadosparapediroempréstimo de umtrator", conta Boller.

BARREIRA

Noacessoàsede,controladopelo acampamento, só passa quem os sem-terra autorizam.

Até o ônibus que leva crianças para a escola é revistado. O gerentecontaqueofornecedorde vacina contra a febre aftosa foi barrado. Todas as ocorrências foramregistradasnaPolíciaCivil de Xinguara, diz Boller.

Depoisdoconfrontodeseguranças da fazenda com os integrantes do MST, Boller passou a ser ameaçado de morte. No dia do tiroteio, sua caminhonete foi atingida

porumtirode espingarda. Ele passou a usarum veículoblindadoeéacompanhado por três seguranças.

Boller diz saber que a ação do MST é política e visa a atingirumdossóciosdoempreendimento, Daniel Dantas. "Mas a empresa tem outros sócios que nada têm a ver com isso."

AJustiçadeua reintegração das fazendas Cedro, Porto Rico, Espírito Santo, Rio Pardo e MariaBonita, segundo o gerente.

"Aliás, o mandado de reintegração da fazenda Maria Bonita foi emitido pela Justiça em agostode2008eaindanãocumprido pelo governo do Pará."

Os acampados não quiseram comentar as acusações. O MST informou que, dentro da área de Dantas existem outros dois grupos de sem-terra, por isso as ações relatadas não podem ser atribuídas ao MST.

Futuro da Raposa divide Roraima – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 03/05/2009

Saída de não-índios de reserva provoca apreensão, mas há entidades que apostam no desenvolvimento da área

Após uma polêmica de 30 anos, o território da Raposa Serra do Sol,noEstadodeRoraima,será entregue aos índios nos próximos dias. Os grandes rizicultores obtiveram ontem à tarde um prazo extra para concluir a colheita de arroz nesta semana, mas, logo em seguida, vão deixar a área. Os pequenos e médios produtores rurais, que não conseguiram retirar o gado no prazo determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), esgotado na quinta-feira, estão recebendo ajuda da Fundação Nacional do Índio(Funai).Pelas estimativas da Polícia Federal, a área estará livre de não-índios dentro de quinze dias.

E agora?Oque vai ser da terra com 1,7 milhão de hectares, na qual vivem cerca de 19 mil índios, de cinco diferentes grupos étnicos? Há um grupo que vaticina a catástrofe. Nele, estão desde os rizicultores expulsos de lá, o governador do Estado, José de Anchieta (PSDB), a quase totalidade dos políticos do Estado e a gente comum das ruas de Boa Vista.

Para eles, sem a presença dos não-índios, que ofereciam emprego nas fazendas, cuidavam da manutenção de parte do sistema de tráfego (de estradasabalsas, paragarantiracirculação das carretas de arroz), controlavam quase todo o comércio e faziam circular riquezas, a qualidade de vida dos índios vai piorar.O deputado Márcio Junqueira (DEM-RR), que até quarta-feira ainda tentava em Brasília prorrogar a saída dosrizicultores,nãocessaderepetir, com sua voz poderosa de apresentador de programas de rádio e animador de TV, que, sem emprego, os índios logo vão se "amalocar" na capita.

É comum ouvir tanto na capital quanto no interior do Estado que os índios são preguiçosos, não têm capacidade de iniciativa para negóciosevivempendurados em

benefícios oferecidos pelo governo. “Eles não gostam do trabalho”, diz Antonio Glemyson da Silva, rapaz que trabalha como ajudante de serviços gerais na capital. “Eles não plantam nada, nem a mandioca para fazer a farinha deles. Só sabem roubar”, ecoa a senhora AlaídeRebouças,quefoiobrigadaadeixaraVilaSurumu– antigoepequenopovoado, naRaposa – e hoje vive na sede do município de Pacaraima.

Do outro lado estão os dirigentes do Conselho Indigenista de Roraima (CIR), que encabeçou a luta pela demarcação da terra em área contínua, com a expulsão dos não-índigenas, a Funai e outras organizações não-governamentais e religiosas.

Todos acreditam que a Raposa passará por uma fase de desenvolvimento econômico e tambémderevitalizaçãodacultura indígena, especialmente com a recuperação de suas línguas.

Mas todos também acreditam que isso só será possível se o governo investir na área e não deixá-la ao abandono – como ocorre com outros territórios indígenas do País.

“O grande desafio agora é a gestão territorial, segundo os própriosíndios”, dizopresidente da Funai, Márcio Meira. “Já temos várias ações do governo federal sendo iniciadas naquela área,como participação dos ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social, da Agricultura. A Funai já assinou convênio com a Embrapa para o estímulo à agricultura.

A Raposa também faz parte do Territórios da Cidadania, nos quais as políticas públicas têm prioridade.”

Os índios querem esse apoio.Mas não basta, segundo o presidente do CIR, Dionito José de Souza. “Não podemos viver de migalhas de programas sociais. Precisamos de desenvolvimento.”

E como seria possível obter esse desenvolvimento, além dos programas oficiais de governo? Uma solução proposta pelo presidente do CIR é a regulamentação da mineração em terras indígenas – que está em discussão no Congresso. Quando isso ocorrer, os índios poderiam firmar acordos com empresas de mineração (a região é ricaemouro, nióbio, cassiterita e outros minérios), em troca de uma participação nos lucros ou royalties,como fazem os índios canadenses que permitem a extração de petróleo em suas terras.

Na sexta-feira à tarde, antes que o arrozeiro Paulo César Quartiero saísse da Fazenda Providência, no município de Normandia, na divisacoma Guiana, oíndio Avelino Pereira já estava lá, anunciando que ele e outros membros da comunidade

Santa Rita, que ele lidera, iriam tomar posse da área.

Morando numa área próxima dali, Pereira mantinha boas relações com o rizicultor. “Sempre fomos parceiros”, disse. Para Souza, do CIR, o discurso do índio destina- se sobretudo a marcar posição.

“Sabemos que vamos morar juntos aqui dentro e que precisamos conversar.”

Por via das dúvidas, as autoridades que estão controlando a operação de retirada dos não-indígenas já determinaram que a ocupação terá de ser decidida de comum acordo entre as seis entidades que existem na Raposa. É o começo de uma nova etapa naquela região.

Sem-terra querem Incra em SP – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 03/05/2009

Texto pedirá que reforma deixe de ser feita pelo Itesp Sem-terra do Pontal do Paranapanema e região de Araçatuba, no oeste paulista, aprovaram ontem,em plebiscito, a transferência da gestão da reforma agrária em São Paulo para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Atualmente, a tarefa está a cargo da Fundação Instituto de Terras (Itesp), órgão do governo estadual.

Dos 3.700 votantes, 95% optaram pelo órgão federal, enquanto 3% preferiram o Itesp – houve 2% de votos brancos e nulos.

O plebiscito, organizado pelo líder dissidente do Movimento dos Sem-Terra (MST), José Rainha Júnior, não é reconhecido pelo Itesp. Segundo Rainha, o resultado será encaminhado, em forma de documento, ao secretário da Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo, Luiz Antonio Marrey, e ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

"Esperamos que o secretário da Justiça reconheça o resultado e devolva ao Incra a função de realizar assentamentos em São Paulo", disse Rainha. De acordo com o líder, acampados e assentados da região participaram da votação, que foi acompanhada por lideranças políticas e prefeitos. O plebiscito foi realizado durante encontro,em Mirante do Paranapanema, para discutir o projeto do biodiesel, bancado pelo governo federal, na região.

Rainha leu uma carta da ministra chefe da Casa Civil Dilma Roussef de apoio ao programa. "Aproveitamos para lançá-la como a candidata dos sem-terra à presidência."

De acordo com Rainha, o evento teve apoio da prefeitura de Mirante,maso deslocamento até a cidade foi custeado pelos próprios sem-terra.

O Itesp informou que tem a atribuição constitucional de arrecadar terras tidas comodevolutasparadestinarà reformaagráriaeque,paraa maioria da sociedade, vem cumprindo de forma satisfatória essa função.

Índios fazem pressão para acelerar ação de retirada na Raposa – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 03/05/2009

Agentes dizem que operação conjunta de PF, Força Nacional e Funai tem de ser cautelosa; permanência de não índios casados com indígenas causa divergência

Dois dias após o fim do prazo legal (0h de quinta) para a saída dos não índios da Raposa/Serra do Sol, no nordeste de Roraima, indígenas já começam a ficar impacientes com o que consideram lentidão das retiradas.

Membros do CIR (Conselho Indígena de Roraima) se reuniram ontem para pressionar a Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança e a Funai (Fundação Nacional do Índio) a acelerar o que chamam de operação de "desintrusão".

Reclamam que, mesmo na vila Surumu, porta de entrada da área, ainda restam mais de dez não índios, mas que são casados com indígenas. Alguns, dizem, participaram de um tiroteio, em maio do ano passado, que terminou com nove membros do conselho feridos.

A **Folha** viu ao menos um dos detidos à época andando na vila, a poucos metros de um dos baleados. Não havia nenhum tipo de provocação direta.

"Disseram que iam prender todo mundo, mas não cumpriram com a palavra. E ainda tem cachaça entrando", disse Martinho Souza, liderança do CIR.
A questão da bebida alcoólica é essencial para a entidade, que vê nela um dos motivos para o aumento da violência na comunidade e o distanciamento de suas tradições culturais.

Líderes de diferentes regiões da terra tentariam, na noite de ontem, fazer uma nova reunião na Surumu -que o CIR quer rebatizar de "Comunidade do Barro", seu antigo nome.

Segundo a cúpula da operação que faz a retirada determinada pelo STF -que deve ir até o fim deste mês-, o que está acontecendo é uma ação cautelosa, para evitar conflitos.

Os não índios que ainda restam na área são apoiados pela Sodiur (Sociedade em Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima) e muitos são casados com mulheres desta organização. Ontem, lideranças das duas entidades chegaram a ter uma discussão ríspida na vila.

Um deles é Ryan Farias, morador de um conjunto de 12 casas construído com recursos da Prefeitura da Pacaraima (RR), quando o rizicultor Paulo César Quartiero era prefeito. "Medo, a gente não tem, não [de ser expulso]. Mas vamos para onde?", questionou.

Segundo ele e sua mulher, Sandra José, as autoridades federais já garantiram a continuidade desse tipo de casal na reserva. "Se formos embora, não vamos ter indenização, porque a casa é do governo."

Para Osorito Ulisses, um dos coordenadores da Funai na área, essa questão deve ser discutida após a operação, e entre os próprios índios. Ontem, a movimentação na reserva era tranquila e nenhum caminhão foi visto deixando o local.

Os cursos para assentados – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 04/05/2009

Ao julgar em caráter liminar um recurso impetrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, manteve a suspensão das atividades do curso de medicina veterinária da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) para assentados do programa de reforma agrária do governo federal. A suspensão havia sido determinada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região a pedido do Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul, que alegou que o acesso à universidade pública tem de ser feito por concurso, com base no princípio do mérito, não sendo permitida a criação de turmas "especiais" ou "exclusivas" para determinados grupos sociais.

O curso foi criado por convênio firmado pelo Incra com a Fundação Simon Bolívar, vinculada à Universidade Federal de Pelotas. Na ocasião, o Conselho Departamental da Faculdade de Medicina Veterinária se opôs à iniciativa, alegando que o convênio fere os princípios da autonomia universitária e da igualdade no acesso ao ensino superior. Pelo convênio, o curso é oferecido a estudantes indicados pelos assentamentos e a matrícula é condicionada à obtenção de uma carta de anuência do superintendente regional do Incra.

A direção do Incra alegou que o convênio faz parte do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Seu objetivo seria capacitar "grupos historicamente desfavorecidos", criando condições para reduzir as desigualdades sociais.

Mas, ao acolher o recurso dos procuradores gaúchos, a Quarta Turma do TRF da 4ª Região afirmou que, além de padecer de vícios jurídicos, o curso "especial" de medicina veterinária da UFPEL é um curso universitário como outro qualquer, não sendo por isso "adequado à atuação específica e à atividade profissional de seus beneficiários".

Os argumentos do Ministério Público e do TRF foram endossados pelo presidente do STF. "A Constituição garante igualdade de acesso e permanência ao ensino público de qualidade conforme a capacidade de cada um. Ela impõe ainda que o acesso ao ensino seja realizado de modo isonômico", disse Mendes, em despacho de 15 páginas. "Apesar de se reconhecer a validade e a necessidade de se oferecer aos assentamentos condições favoráveis ao seu desenvolvimento sustentável, as providências adotadas para o atendimento dessa finalidade não podem ocorrer de maneira a comprometer o delineamento constitucional do ensino superior no País", concluiu. Segundo Mendes, ao se formarem, os alunos dos cursos "especiais" sentir-se-iam estimulados a pleitear registro no conselho profissional da categoria como se tivessem feito um curso regular, o que levaria a uma enxurrada de contestações judiciais à validade de seus diplomas.

Além dos vícios jurídicos, o convênio peca pelo enviesamento ideológico. Entre outros absurdos, ele prevê que técnicos do Incra e representantes de movimentos sociais possam interferir na supervisão pedagógica dos cursos "especiais" ou "exclusivos" de medicina veterinária da UFPEL. Para oMinistério Público Federal e para a Quarta Turma do TRF da 4ª região, isso permite ingerência política nas aulas, esvazia a autonomia didática e científica dos professores e compromete o pluralismo de ideias.

Esses argumentos também foram endossados pelo presidente do Supremo. “Causa perplexidade a participação do Incra e de movimentos sociais na supervisão pedagógica. Ou seja, indivíduos não pertencentes aos quadros da Universidade poderão influir de forma decisiva no programa do curso a ser ministrado”, afirmou Mendes.

Para os responsáveis pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, o convênio com a Fundação Simon Bolívar configura uma política de ação afirmativa, a exemplo do sistema de cotas raciais. O presidente do STF refuta o argumento, alegando que as turmas “especiais” em universidades públicas são uma “medida de tal forma gravosa” que trazem mais problemas do que soluções para a correção das desigualdades sociais.

A decisão de Mendes não é definitiva. Ele reconhece que o tema é polêmico e que o caso só terá uma decisão definitiva quando o STF julgar, no mérito, a constitucionalidade do sistema de cotas, que é a espinha dorsal das políticas de ação afirmativa do governo.

Índios da Raposa negociam parceria com MST – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 04/05/2009

Sem-terra propõem aumentar o plantio de arroz, sem a utilização de agrotóxicos, na reserva em Roraima

Índios da terra indígena Raposa/Serra do Sol, no nordeste de Roraima, negociam uma parceria com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) para aumentar a produção agrícola da área.

O CIR (Conselho Indígena de Roraima) afirmou que foi procurado por representantes dos sem-terra no final do ano passado, logo após a primeira fase do julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal), que confirmou a demarcação contínua da reserva e determinou a saída dos não índios. A operação de retirada começou na semana passada e deve durar 30 dias.

Segundo Dionito de Souza e Djacir Melquior, do CIR, os sem-terra propõem dar assistência técnica gratuita para desenvolver o plantio de arroz orgânico -sem uso de agrotóxicos e sementes transgênicas.

No mês passado, dois técnicos do MST do Rio Grande do Sul foram até a Raposa, onde avaliaram as condições para desenvolver esse tipo de cultura, já praticada em larga escala pelos sem-terra gaúchos.

Também deram uma espécie de palestra para alunos de uma escola técnica indígena, dentro da reserva, e se ofereceram para doar sementes de arroz. Souza disse serem mil sacas. Melquior falou em 500.

O próximo passo do acordo, cuja data ainda não foi marcada, deve ser a visita de uma comissão de índios a assentamentos. Se as sementes forem doadas, um técnico irá até

Roraima para assessorar sua utilização.
Os líderes do CIR disseram que a relação com os sem-terra não será política e que o único objetivo é ajudá-los a desenvolver economicamente a reserva, que tem 1,7 milhão de hectares. "Nunca nos deixamos levar por ninguém", afirmou Souza. "Não estamos dando terra", disse Melquior. A presença do MST em Roraima é pequena.
A capacidade de os cerca de 20 mil índios sobreviverem sozinhos na área foi um dos principais argumentos usados para a permanência dos arrozeiros. Eles dizem ser os responsáveis pela renda e infraestrutura do território.
O governador do Estado, José de Anchieta Júnior (PSDB), disse na semana passada que a região se transformará em um "zoológico humano". Para Paulo César Quartiero, principal líder dos fazendeiros, os índios voltarão à "Idade da Pedra".
Os indígenas discordam e dizem já ter começado um planejamento para se sustentarem e terem lucro com a terra. Para isso apostam na união e em recursos públicos. Recentemente, criaram uma federação para congregar as principais entidades. Quanto ao dinheiro, afirmam ter obtido a promessa de repasses de R$ 2,4 milhões, até 2010, por meio do programa Territórios da Cidadania, do governo federal.

Sem dinheiro, demitidos ficam em Boa Vista – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 04/05/2009

Demitidos por arrozeiros que ocupavam a terra indígena Raposa/Serra do Sol, mais de dez homens de Santa Luzia (300 km de São Luís, MA) se amontoavam em duas pequenas casas na periferia de Boa Vista (RR), esperando terem o dinheiro que pagará a viagem de barco para sua cidade de origem.
Os maranhenses fazem parte da leva de desempregados criada com a operação de retirada de não índios da área. Alguns tiveram seu último dia de trabalho na sexta, quando a retirada começou.
Estavam contratados para plantar e colher o arroz de propriedades de Paulo César Quartiero e da família Faccio, onde também moravam. Recebiam em média dois salários mínimos - R$ 930.
"Ah, nem sei mais quantos são. Eles vão chegando. Um diz pro outro que pode ficar, e assim vai", diz Francisco Henrique de Souza, o Cícero, dono de uma das casas. "Ainda" empregado na fábrica de beneficiamento de grãos de Quartiero, na capital, foi ele quem chamou boa parte dos conterrâneos para Roraima. "O pessoal dizia: "Cícero, quero cinco, quero oito [maranhenses]". E eu conseguia."
Os homens precisam do dinheiro da rescisão contratual para pagar a viagem de barco, que custa R$ 500 e dura cerca de seis dias. A reportagem conversou com quatro deles. Nenhum vê boas possibilidades na volta para o Maranhão. "Lá não tem nada. É só me chamarem que eu volto", disse João Pereira, 43. **(JOÃO CARLOS MAGALHÃES)**

Agricultores retornam a Raposa para colher arroz - Ana Marques – O Globo – O País – 04/05/2009

Acordo garante que rizicultores façam colheita da safra na reserva indígena durante dez dias

BOA VISTA. Um acordo fechado neste fim de semana deverá acelerar a desocupação pacífica da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima: funcionários dos rizicultores expulsos da área poderão ter acesso às fazendas de arroz na reserva para colher o resto da safra. Os trabalhadores e o maquinário estão de volta às fazendas para a colheita, que terá início hoje.

Numa audiência com representantes dos rizicultores e de indígenas, o desembargador Jirair Meguerian, presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1aRegião, obteve das partes a garantia de que o arroz seja colhido nos próximos dez dias.

Segundo o desembargador, o arroz será colhido numa área de 500 hectares. De acordo com os rizicultores, serão colhidas cerca de 50 mil sacas de arroz.

No dia 30 de abril terminou o prazo estipulado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a saída dos não índios da área.

Com isso, os rizicultores foram obrigados a deixar para trás parte do arroz que ainda não fora retirado.

Com o acordo, acabou a manifestação EM frente ao palácio do governo, no Centro de Boa Vista. Meguerian atuou em outra frente para acelerar a desocupação.

O rizicultor Paulo César Quartiero — líder dos agricultores afetados pela decisão do STF — havia se negado a sair da área e exigiu um mandado judicial. O desembargador escreveu de próprio punho uma ordem judicial e a entregou a Quartiero, que então deixou o local.

De acordo com o superintendente da Polícia Federal em Roraima, José Maria Fonseca, a operação de retirada dos não índios ocorre sem incidentes.

— Tudo está sendo feito sem atropelos, sem resistência ou uso da força. Os que ainda permanecem lá apenas aguardam residências urbanas, que deverão ser entregues na próxima semana, para se instalarem — afirmou o superintendente.

A operação de retirada, antes prevista para ser executada em um mês, deverá ser concluída em no máximo 20 dias. Até lá, policiais federais e a Força Nacional de Segurança permanecerão na área da reserva Raposa Serra do Sol para garantir tranquilidade a índios e não índios no processo de transição.

O GLOBO NA INTERNET Teste seus conhecimentos sobre a reserva Raposa Serra do Sol

MST quer uma Reforma Agrária massiva e de qualidade – **Sítio Eletrônico do MST – 05/05/2009**

Encarada pelos setores conservadores como uma pauta anacrônica, a Reforma Agrária continua sendo, para a esquerda, questão fundamental para se mudar a desigualdade social nas cidades e no campo. Por isso, a Fundação Maurício Grabois e o PCdoB realizaram na noite desta segunda-feira (27/4) o debate Estrutura agrária e relações produtivas do campo. "A burguesia nunca teve interesse em fazer a Reforma Agrária", disse João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do MST, um dos participantes.

Segundo ele, esta é a razão principal para que, ainda hoje, o Brasil continue sendo um dos países com a maior concentração fundiária do mundo. João Paulo criticou a gestão de Fernando Henrique Cardoso, que teria "cooptado até mesmo setores progressistas para a elaboração teórica que dividiu a agricultura brasileira entre a dos pobres e a dos ricos".

Como um dos sinais dessa escolha, o dirigente Sem Terra apontou a consolidação do agronegócio, tido pela elite como fator de modernização no campo. "É um tipo de agricultura de larga escala que aposta na monocultura, no uso abundante de agrotóxicos e visa a exportação; é um clube onde os pequenos não entram e sua valorização vem de uma escolha ideológica".

Para os pobres do campo, foi elaborado o "Novo Mundo Rural", programa de FHC posto em prática a partir de 2001. "Ele traz em sua origem uma concepção de agricultura familiar que mantém o pequeno produtor sempre pequeno, dentro daquela ideia do 'agricultor alternativo', bonitinho, além de minar a ideia de coletividade", criticou.

Outra armadilha foi que 60% dos assentados no período tucano foram feitos na Amazônia Legal, sem que fosse preciso mexer nas propriedades já ocupadas. "A reorganização do Estado sobre bases neoliberais foi muito bem elaborada durante a era FHC", ironizou.

No entanto, segundo João Paulo, o governo Lula – apesar de apoiado pelo MST – "deu continuidade àquele modelo". "As terras usadas na Reforma Agrária continuam sendo majoritariamente as da Amazônia Legal e o crédito, apesar de ter seus recursos aumentados, chegou a um ponto em que 70% das famílias assentadas estão endividadas". A lógica, de acordo com o coordenador do MST, "é a mesma e não conseguimos avançar numa política que mude a estrutura agrária atual e que invista numa política de agroindústria para os assentados".

Mesmo mantendo a perspectiva de luta pela Reforma Agrária, o MST reconhece as dificuldades do cenário atual. "Estamos numa correlação de forças desfavorável no governo e a mídia piora isso criminalizando nossas manifestações". Por fim, João Paulo ressaltou que a perspectiva do MST é "um programa agrário de sentido socialista". Mas, num prazo

mais curto, é lutar por um programa popular e por pautas pontuais, tais como a aquisição de terras boas perto de grandes centros, crédito para custeio e investimento nos assentamentos, a agroindústria para os assentados numa concepção cooperada, financiada pelo Estado, entre outros.

"Precisamos que a Reforma Agrária seja feita, de fato, pelo Estado com a participação dos trabalhadores e ela precisa ser massiva e de qualidade, o que implica grande quantidade de terra e de assentados para que seja possível enfrentar o agronegócio", afirmou.

Modernização sem democracia

Ao iniciar o debate, Marcelo Cardia, engenheiro agrônomo e assessor da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), fez um breve histórico que contemplou, entre outras coisas, bases teóricas para a discussão da reforma agrária, como as análises feitas outrora por Lênin e por Kautsky. No contexto nacional, Cardia colocou que um dos principais problemas do país neste aspecto é que "a modernização do campo se deu sem a sua democratização", chegando à situação atual em que "graças aos avanços tecnológicos, é possível produzir mais com menos trabalhadores".

Com uma população majoritariamente concentrada na área urbana – 83% contra 17% na rural e 40% em nove regiões metropolitanas – a Reforma Agrária seria um instrumento de melhorias sociais não só no campo como nas cidades, muitas vezes inchadas pelos migrantes que não tiveram oportunidades em seus locais de origem. "Num país de capitalismo dependente como o nosso, a Reforma Agrária não tem nada de anacrônico; pelo contrário, é condição para a luta contra a pobreza e por um projeto nacional de desenvolvimento. O paradigma produtivista isoladamente é, sim, atrasado".

Com relação à Amazônia, Cardia disse que "é preciso haver desenvolvimento ordenado e sustentável para contemplar as famílias que vivem ali, o que pode ser um fator para se evitar a devastação e a invasão por potências estrangeiras".

A questão da posse

A professora Lígia Osório Silva, coordenadora do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, iniciou sua apresentação diferenciando a divisão das terras próprias da distribuição de terras públicas. "No Brasil, estas são questões que se confundem ao tratar de Reforma Agrária porque ainda há 1/5 de terras devolutas que podem ser usadas, mas é importante também que haja desapropriações para que de fato seja feita a divisão das terras".

Numa retrospectiva histórica, Lígia lembrou que "o sistema de sesmarias não foi culpado pela formação de latifúndio. Havia limites para o tamanho das terras e quando foi suspenso

em 1822, sua área era pequena". A questão central estaria, portanto, na posse descontrolada das terras. "O latifúndio se mantém porque a estrutura da propriedade nunca mudou e a posse de terras tem papel fundamental nesse entendimento. E quando falo em posse, falo não do pequeno, mas do grande posseiro".

Ela lembrou que a Lei de Terra de 1850 procurou regular a situação da terra, inaugurando o regime de propriedade plena, mas as posses irregulares continuaram. "O Estado imperial não conseguiu ter um cadastro de terras. Aliás, até hoje não temos porque o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ainda não concluiu esse levantamento", explicou, lembrando que tal lei foi um dos fatores que levaram ao fim da monarquia justamente porque o Estado tentou colocar ordem num terreno em que os interesses dos poderosos já predominavam.

A população mais pobre, por sua vez, nunca conseguiu ter suas pequenas posses reconhecidas por conta da estrutura coronelista. É nesse contexto, principalmente já sob a vigência da Primeira República, que ganhava corpo a violência no campo. Mesmo com os avanços da era Vargas, quando nasceu o conceito de função social da terra, a situação não mudou estruturalmente. "Ao regulamentar o uso da terra, o Estado, historicamente, beneficia os grandes posseiros e acaba restringindo a quantidade de terras que poderiam ser usadas para outros fins", concluiu.

O neoliberalismo x o povo

Dando continuidade à análise história da questão agrária, Francisco Canindé de França, secretário de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária do Governo do Rio Grande do Norte, colocou como traços marcantes da questão agrária "a ausência de democracia real e a disputa de dois projetos", um advindo dos europeus e outros dos povos subjugados, os índios e os negros, além da dependência em relação a outras potências.

Foi nos anos 70, durante o regime militar, "que o latifúndio se transformou em agronegócio", colocou. Nos anos 80, diante do cenário de crise econômica, "a agricultura torna-se um elemento ainda mais importante para a balança comercial. Foi o processo de redemocratização que trouxe de volta o debate sobre a Reforma Agrária".

A chegada dos anos 90, marcada pelo fim da experiência socialista e a consequente aplicação de políticas neoliberais, gerou um novo cenário em que dois campos se opuseram: os neoliberais, que no meio rural são representados pelo agronegócio, e o campo popular e democrático, que continuava a luta pelo acesso à terra e pela valorização da agricultura familiar. "Ambos fazem parte da disputa política e estão em constante ebulição", destacou Canindé.

Mesmo reconhecendo que o governo Lula não mudou a situação da Reforma Agrária, ele

destacou que "abriu-se espaço para conquistas no meio rural, como a diminuição da violência no campo pelas mãos do Estado e a não criminalização dos movimentos sociais".

A solução, para Canindé, passa hoje por aspectos como uma legislação que limite o tamanho das propriedades; a revisão dos índices de produtividade; o zoneamento econômico ecológico e a implantação de políticas de comercialização dos produtos de agricultura familiar, inclusive pelo Estado.

Dependência econômica

O engenheiro agrônomo Marcos Kowarick encerrou o evento. Segundo ele, o "elemento central do problema agrário está na dependência econômica do Brasil e pela busca por um projeto nacional de desenvolvimento, o que fez com que o agrário fosse submetido a um projeto pautado pela dependência". O agronegócio, portanto, seria resultado desse cenário. "É um dos pontos da economia cartelizada e que surge ainda nos anos 60".

Kowarick lembrou ainda que resultante desse processo de centralização da produção agrícola está a falta de comida. "O Brasil produz o suficiente para alimentar três vezes a sua população, mas ainda assim milhares de brasileiros sofrem com a fome e a pobreza. No mundo, não é diferente", lamentou.

De acordo com o especialista, "o modelo do agronegócio é concentrador de renda e de propriedade. Então, temos de um lado a riqueza e de outro, a miséria, produto do capitalismo. E a crise atual é resultado da superprodução, bem como do subconsumo".

Por fim, colocou: "a justiça social é fundamental para um novo projeto nacional, mas hoje continua a usurpação do público pelo privado, que segue aumentando sua renda e as desigualdades enquanto paga royalties para as grandes corporações".

O evento realizado ontem, com a mediação do jornalista José Carlos Ruy, foi a continuação do seminário "Desvendar o Brasil – suas singularidades, contradições e potencialidades" – realizado no começo do mês – e decorre da busca, pelo PCdoB, de um amplo debate com vistas a atualizar o programa socialista no próximo congresso do partido, marcado para novembro.

Amazônia concentra 72% dos assassinatos de camponeses – Sítio Eletrônico do MST – 05/05/2009

Dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra) apontam que 72% dos assassinatos em conflitos no campo em 2008 ocorreram na Amazônia. O índice se refere a disputas pelo acesso à terra e à água, além de casos de trabalho escravo. O relatório anual "Conflitos no Campo Brasil 2008" foi divulgado durante a 47ª Assembléia Geral da CNBB (Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil), em Indaiatuba (SP), cidade do interior paulista. O encontro começou no dia 22 de abril e termina nesta sexta (1º).

"Houve um avanço da cana-de-açúcar em Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais. A cana está substituindo áreas de pastagem e o gado está indo para a fronteira agrícola. Isso antecipa a ação do grileiro, que vai na frente", explica o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, da UFF (Universidade Federal Fluminense). Entre as principais consequências desse processo, está a apropriação ilegal de terras públicas, a expulsão de populações tradicionais e o aumento da violência. Outro efeito imediato foi o recorde histórico de denúncias sobre o uso de mão-de-obra escrava.

No ano passado, houve 28 mortes por conflitos no campo - 20 delas na Amazônia Legal, que corresponde à totalidade do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Maranhão. No total, 1.170 conflitos agrários foram registrados, uma redução de 23% em comparação a 2007. O relatório da CPT, que passou a ser publicado de forma sistemática em 1985, cita ainda 44 tentativas de assasssinato, 90 ameaças de morte, 168 prisões e 800 agressões. Esse é o principal levantamento no país sobre casos de violência ocorridos na zona rural.

O número total de pessoas assassinadas se manteve igual ao índice verificado em 2007 (28). No entanto, um dos aspectos negativos fica por conta do Pará - de 5 mortes em 2007 saltou para 13 em 2008. Outros três estados tiveram aumento no número de assassinatos: Bahia, Rondônia e Rio Grande do Sul. Houve uma morte para cada 54 conflitos no país em 2007. Já em 2008, a proporção foi de um homicídio para cada 42 ocorrências.

As principais vítimas dos confrontos são as populações tradicionais, que envolvem indígenas, quilombolas, posseiros, ribeirinhos e camponeses. Em 2007, eles representavam 41% dos envolvidos nesses conflitos - são agora 53% do total. Os sem-terra, que ocupavam o primeiro lugar em 2007, caíram de 44% para 36%. Carlos Walter, que é professor da UFF e elabora análises para o relatório da CPT desde o ano de 2003, afirma que essas comunidades estão sendo "expropriadas". "São ocupantes históricos que não detêm a titulariedade jurídica das terras", complementa.

O levantamento da CPT avalia que esse cenário de vulnerabilidade das populações tradicionais tende a se agravar num contexto de expansão desenfreada da fronteira agrícola e do agronegócio. Além disso, há diversas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como a reforma da rodovia BR-319 - que liga Porto Velho a Manaus -, além da chegada de investidores estrangeiros no comércio de terras, que podem ser indicativos de mais pressão sobre essas comunidades, muitas delas localizadas em áreas de mananciais e florestas ricas em biodiversidade.

O bispo emérito de Goiás dom Tomás Balduino, um dos fundadores da CPT em 1975 e ex-

presidente da entidade (1999-2005), argumenta que as políticas voltadas ao campo não estão contribuindo para reverter esse cenário. Ele diz que o governo federal não direciona recursos à reforma agrária nem realiza as desapropriações. "Os índices de atualização da produtividade são da década de 1970", lamenta. "Há uma política antirreforma agrária que retrocede ao Brasil exportador de matéria-prima".

A CPT elegeu no último dia 18 de abril a sua nova coordenação nacional para o próximo triênio (2009-2011). Dom Ladislau Biernaski, bispo de São José dos Pinhais (PR), foi escolhido presidente da entidade. Ele substituiu dom Xavier Gilles de Maupeou d`Ableiges, bispo de Viana (MA). Dom Tomás Balduino permanece como conselheiro permanente da CPT.

Impunidade

O caso Dorothy Stang foi lembrado como um dos principais símbolos da impunidade no campo. A missionária norte-americana naturalizada brasileira foi assassinada com seis tiros - um deles na nuca - aos 73 anos, em fevereiro de 2005. Ela foi alvejada numa estrada vicinal de Anapu (PA). Dorothy defendia os Programas de Desenvolvimento Sustentável (PDSs) como modelo de reforma agrária e de fixação das famílias na Amazônia.

No último dia 22 de abril, o STJ (Superior Tribunal de Justiça), em decisão liminar, mandou soltar Vitalmiro Bastos de Moura (Bida), acusado de ser um dos mandantes do crime. Bida, que teve o seu julgamento anulado pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), estava detido desde o início do mês. Ele e o pistoleiro Rayfran das Neves (Fogoió) serão julgados novamente. Seu cúmplice Clodoaldo Batista (Eduardo) cumpre pena de 17 anos de prisão. Já o intermediário Amair da Cunha (Tato) foi condenado a 18 anos de reclusão.

O fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão, o "Taradão", outro acusado pelo crime de mando, deve ir a júri neste semestre. Essa é a promessa pública feita pelo desembargador Rômulo Nunes, presidente do TJ do Pará, que assumiu o cargo em fevereiro deste ano. Se não for possível agendar o julgamento até junho, Rômulo assumiu o compromisso de fazê-lo até o final de 2009.

Quatro anos após a morte de Dorothy, o Pará continua na liderança do ranking no número de conflitos (245), assassinatos (13), ameaças de morte (35), famílias expulsas (740) e despejos (2051). "A impunidade favorece o avanço da criminalização dos movimentos socias e da violência no campo", afirma o padre Dirceu Luiz Fumagalli, membro da coordenação nacional da CPT.

Criminalização

A principal pressão contra os movimentos sociais em 2008 veio do Poder Judiciário. Em

junho do ano passado, o Conselho Superior do MP (Ministério Público) do Rio Grande do Sul chegou a pedir a "dissolução" do MST. O promotor Gilberto Thums foi o responsável por uma ação civil pública que tentou declarar o MST "ilegal" (confira matéria). Denúncias foram encaminhadas à ONU (Organização das Nações Unidas) contra a criminalização dos movimentos sociais.

Segundo o documento da CPT, a atitude do MP gaúcho "abriu as portas" para outras ações conjuntas entre o Judiciário e o governo estadual. O relatório diz que as políticas de "repressão" adotadas geraram um "efeito Yeda" - em referência à governadora Yeda Crusius (PSDB). Os dados apontam um recrudescimento generalizado da violência rural no estado. Houve aumento no número de conflitos (de 32 para 33), famílias envolvidas (3.875 para 4.934), despejos (940 a 1.954), expulsões (0 a 60), prisões (15 a 19), agressões (54 a 328), ameaças (1 a 3) e assassinatos (0 a 2).

Neste mês, porém, o Pará voltou a estar em evidência. Um conflito entre os acampados da fazenda Espírito Santo e "seguranças" da Agropecuária Santa Bárbara, que tem o banqueiro Daniel Dantas entre os proprietários, deixou nove feridos a bala - oito sem-terra e um funcionário da empresa - em Xinguara, a 792 km de Belém. A ação gerou polêmica após uma denúncia não-comprovada de que integrantes do movimento teriam mantido quatro jornalistas como "reféns" durante o enfrentamento. O MST nega a acusação.

Durante o lançamento do balanço da CPT, dom Tomás Balduino teceu comentários sobre o que vem ocorrendo no Pará. "São provocações do lado dos latifundiários que chegam ao ponto da explosão. É uma situação de profissionais da provocação. O pessoal da base não é de fazer violência. Eles se defendem. Mas quando acontece isso quem sai com a imagem danificada são os trabalhadores rurais. Eles são considerados agressores".

Cassel participa de instalação do Fórum sobre conflitos fundiários – Sítio Eletrônico do MDA – 08/05/2009

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, participa nesta segunda-feira (11), às 10h, da abertura do seminário de instalação do Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários. O evento, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), será realizado em Brasília, no auditório da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (ESMAF).

O Fórum Nacional foi instituído por meio da Portaria nº 491 do CNJ, de 11 de março de 2009 (veja anexo). Ele foi criado com o objetivo de monitorar e resolver os conflitos fundiários rurais e urbanos. Suas atribuições estão relacionadas à elaboração de estudos e à proposição de medidas concretas e normativas para o aperfeiçoamento dos procedimentos,

para o reforço à efetividade dos processos judiciais e para a prevenção de novos conflitos.

Estão previstas no seminário de instalação do Fórum as presenças de magistrados e de membros do Ministério Público Federal e dos Estados, do Ministério Público do Trabalho, além de autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo. Também participarão do encontro especialistas nas áreas correlatas que atuem, direta ou indiretamente, com questões que envolvam conflitos fundiários rurais e urbanos.

As atividades do evento serão divididas em cinco Grupos Temáticos, cuja coordenação-geral ficará a cargo do ouvidor Agrário Nacional, Gercino José da Silva Filho. O primeiro grupo tratará da especialização de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público para dirimir questões agrárias. Esse GT será coordenado pela procuradora-chefe da Procuradoria Federal Especializada do Incra, Gilda Diniz.

Os demais grupos abordarão os seguintes temas: a regularização fundiária urbana e o Poder Judiciário diante das demandas de massa; o Estatuto da Cidade como instrumento de resolução de conflitos urbanos; o combate ao trabalho em condições análogas às de escravo e a função social da propriedade; e, ainda, a atual realidade fundiária brasileira - o Direito Agrário e os conflitos no campo.

Um telefonema de Gilmar Mendes – Sítio Eletrônico do MST – 08/05/2009

Em janeiro de 2008, a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, foi surpreendida por um telefonema de um antigo companheiro do PT, o ex-deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. De São Paulo, Greenhalgh manteve uma conversa evasiva e pediu uma audiência com a governadora. De pronto, Ana Júlia convidou o correligionário para um almoço na residência oficial, em Belém. O que deveria ter sido uma conversa entre velhos amigos tornou-se um encontro constrangedor. Greenhalgh levou a tiracolo o empresário Carlos Rodenburg, então vice-presidente do Banco Opportunity e ex-cunhado do banqueiro Daniel Dantas. Enquanto saboreava um peixe da região, a governadora haveria de descobrir um segredo que só seria revelado ao País dali a seis meses, após a Operação Satiagraha: Greenhalgh, antigo defensor de trabalhadores rurais e presos políticos da ditadura militar, havia se tornado advogado e lobista de Dantas. O petista intercedeu a favor do banqueiro e de suas atividades pecuárias no Pará.

Greenhalgh se apresentou, em Belém, para pedir à governadora a revisão de uma notificação de crime ambiental apresentada pela secretaria estadual de Meio Ambiente contra a fazenda Espírito Santo, da Agropecuária Santa Bárbara, de propriedade de Dantas. “Se eu soubesse que o assunto era esse, jamais o teria recebido”, afirma Ana Júlia Carepa. Ainda assim, em respeito ao passado de Greenhalgh. Ela não espalhou a notícia.

Rodenburg acaba de ser indiciado pela Polícia Federal (Dantas também) por crimes de

gestão fraudulenta, formação de quadrilha, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e empréstimo vedado.

Hoje a governadora faz uma interpretação mais profunda dos fatos. Para ela, a visita de Greenhalgh e Rodenburg a Belém, em 2008, era apenas o primeiro movimento de uma seqüência de movimentos que culminaria, em 18 de abril passado, no conflito em que seis trabalhadores Sem Terra foram feridos a bala por seguranças da fazenda de Dantas.

O segundo movimento foi um telefonema do ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), em 4 de março deste ano. Fato inédito na vida republicana brasileira, o chefe do Poder Judiciário telefonou à governadora para tomar conhecimento da maneira como o Executivo paraense conduzia a reintegrações de posse de terras no estado, além de perguntar a quantas andava o efetivo da Polícia Militar.

Uma semana antes, o ministro havia criticado a invasão de terra pelo MST e acusado o governo de ser o principal financiador de ilegalidades no campo.

O telefonema de Mendes deixou Ana Júlia em alerta. Não foi por menos. Seis dias depois, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entrou no Tribunal de Justiça do Pará com uma ação judicial contra a governadora, em 11 de março. Alegou, justamente, descumprimento de mandados de reintegração de posse de terras invadidas por trabalhadores Sem Terra. Foi o terceiro movimento. O quarto viria a seguir, e só foi descoberto mais recentemente: em uma audiência na Câmara, em 16 de março, o deputado Abelardo Lupion (DEM-PR), expoente da chamada "bancada ruralista", anunciou, clarividente, que em breve haveria um sério conflito de terras no Pará. Bingo. Dois dias depois, jornalistas levados de avião pelo Opportunity à região de Xinguara presenciaram a guerra campal na fazenda do banqueiro.

Passados quatro dias do conflito, em 22 de abril, Kátia Abreu voltou à carga, desta vez na Procuradoria-Geral da República, onde foi pedir intervenção federal no estado. Foi, até agora, o último movimento. Por trás de todos eles está, segundo a governadora do Pará, Daniel Dantas.

Na quarta-feira 29, Ana Júlia Carepa recebeu CartaCapital no escritório da representação do estado do Pará, no Setor Comercial Sul de Brasília. A governadora não consegue esconder a decepção de ver o companheiro Greenhalgh do outro lado da trincheira e denuncia uma conspiração, segundo ela, montada pela turma de Dantas para tentar passar a imagem de que o Pará é uma terra sem lei.

De que maneira o ex-deputado Luiz Eduardo Greenhalgh se aproximou da senhora para interceder pelo Opportunity?

O Greenhalgh é um companheiro por quem sempre tive muito respeito. Ele telefonou para mim, de São Paulo, e disse que precisava falar comigo, que viria a Belém, em janeiro de 2008. Eu falei "pois não, meu companheiro". Quando ele chegou, percebi que tinha vindo com Rodenburg (Carlos Rodenburg, do Opportunity). Fiquei surpresa.

Qual foi a sua reação?

Eu me virei e disse a ele (Rodenburg): "Já o conheço de situações bem menos confortáveis do que esta aqui". Eu o conhecia da CPI dos Correios, ele estava lá acompanhando o Daniel Dantas, a quem desafiei muitas vezes e acusei de subjugar os fundos de pensão, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, para manter o controle acionário da Brasil Telecom. Mesmo assim, seguimos para a residência oficial e fomos almoçar.

Havia mais alguém nesse almoço, além de vocês três?

Sim, o meu então chefe de gabinete, João Cláudio Arroio.

O que Greenhalgh e Rodenburg queriam?

Eles queriam "vender" a imagem da empresa (Agropecuária Santa Bárbara) e reclamar que tinham recebido uma notificação de crime ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Pará. Perguntaram se era uma coisa específica para eles. Eu disse que não, pois a certificação ambiental é obrigação de todo mundo. Somos cobrados por isso. Greenhalgh queria saber especificamente sobre esse documento, do qual o governo do Pará não abre mão. Disse que se eles precisassem de mais algum prazo para levantar a documentação não seria problema. Mas o documento seria mantido. Disse que a única exigência que o estado faz para qualquer empreendedor do Pará é que trabalhe dentro da legalidade, dentro das leis ambientais, e por isso mesmo houve a notificação.

Por qual razão o ministro Gilmar Mendes ligou para a senhora?

Queria saber como é que estava a situação no campo, como estavam sendo feitas as reintegrações de posse. Ele foi educado, e eu respondi que as reintegrações estão sendo feitas de forma tranquila, depois de eu ter encontrado o estado com 173 mandados de reintegração, herdados do governo anterior (do PSDB), que não cumpriu a lei. Hoje, temos apenas 63 mandados a serem cumpridos. Então, expliquei para ele que, ao assumir o governo, logo no primeiro ano, cumprimos vários mandados de reintegração, sobretudo na região sudeste e sul do Pará. Fizemos também uma ação de paz no campo, justamente nessa região de Xinguara (onde fica a fazenda de Dantas), elogiada pelos produtores rurais da região.

O que mais ele quis saber?

Sobre o efetivo policial do estado. Falei que encontramos o Pará com a força policial completamente defasada. Nos governos do PSDB (que duraram 12 anos), foram dez anos sem concurso para a Polícia Militar. Dez anos sem ampliar o efetivo policial. Fiz o concurso e 9 mil novos policiais entraram agora, entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009, na PM. Estou reconstruindo o estado. Não posso abandonar a segurança nas cidades para cumprir mandados de reintegração de posse de forma aleatória.

Ele disse por que queria saber dessas coisas?

Não, e nem eu perguntei. O governador do Amapá (Waldez Góes, do PDT) estava, por coincidência, do meu lado, numa audiência. Ouviu tudo que eu falei.

O ministro Gilmar Mendes já havia ligado antes para a senhora?

Nunca havia ligado antes. Nem ligou depois.

Algum ministro do STF já havia ligado para a senhora para colher informações do estado? Isso é uma praxe?

Não, nunca tinha ouvido falar nisso. Para mim, foi a primeira vez que isso aconteceu.

A senhora se sentiu cobrada pelo ministro Gilmar Mendes?

Ele me "cobrou", entre aspas. Eu senti que ele foi acionado por alguém para me pedir informações. Tive essa sensação, de que alguém o acionou e disse que as coisas (as reintegrações de posse) não estavam acontecendo, e ele resolveu ligar para mim para saber.

E quem teria acionado o presidente do STF?

Aí não posso dizer, não posso afirmar.

Foi antes da ação judicial impetrada pela senadora Kátia Abreu, não?

Ela entrou com uma ação no Tribunal de Justiça do Pará, em março, logo depois do telefonema (de Mendes), não demorou muito tempo, não. Depois, entrou com outro pedido, de intervenção federal, na Procuradoria-Geral da República.

O que mudou, exatamente?

No momento em que entra um grande grupo econômico, a gente sente a diferença. Na hora que o MST ocupou as terras desse grupo (Opportunity), a senadora passou para o ataque

frontal. Depois, soubemos da declaração do deputado Abelardo Lupion, anunciando que conflitos iriam acontecer no estado do Pará. Ele foi acompanhado do deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA) ao ministro da Justiça, Tarso Genro, solicitar a presença da Força Nacional no estado. Dali a três dias, no dia 18 de abril, a advogada do Opportunity levou jornalistas de avião à fazenda de Dantas e aconteceu aquele conflito. Está no depoimento do jornalista da TV Liberal (Vitor Haor, que confirmou ter sido levado de avião à faz da Espírito Santo, e também nega ter havido cárcere privado e ter sido usado de "escudo humano" pelos sem-terra).

A senhora achaque o conflito foi premeditado?

Eles anunciaram antes que haveria o conflito e levaram os jornalistas de avião. Infelizmente, os sem-terra acabaram sendo funcionais para esse grupo. Foram provocados e acabaram aceitando a provocação, porque Dantas tenta posar de vítima nessa situação. O que se está tentando fazer é passar a imagem de que o estado do Pará não toma providências, que somos lenientes. Ora, antes de acontecer o conflito, tínhamos prendido vários sem-terra armados.

A senhora está sendo pressionada a usar de violência?

Eles (a oposição) têm saudade desse expediente. O grupo que governou o estado do Pará por 12 anos provocou o massacre de Eldorado dos Carajás (ocorrido em 1996, quando19 sem-terra foram mortos pela PM paraense). Agora, estão doidos para que aconteça de novo, que eu patrocine um outro massacre, mas meu governo se caracteriza exatamente pelo contrário. Em 2006, foram 24 mortes por conflito no campo.

Há como erradicar os conflitos de terra no Pará?

Os conflitos agrários no Pará são históricos, mas eles têm decrescido de uma forma evidente. O estado foi o campeão de diminuição de mortes no campo, em 2007. Até então, éramos os campeões de morte. Isso ocorre porque fazemos as reintegrações de posse de uma forma responsável, dentro de uma política de respeito aos direitos humanos.

Como é o diálogo com o MST?

A gente dialoga com o MST, mas não é um diálogo fácil. Eles fazem essas coisas, acabam sendo funcionais para o grupo de Dantas. Recentemente, tivemos de abrir um processo contra um dos líderes do MST no estado, pois ele disse na televisão que iria comandar uma invasão de terra e que não iria sobrar nada, nem uma árvore, nem para fazer remédio. Não posso ficar inerte diante de alguém fazendo uma incitação como esta.

A terra do Grupo Opportunity é grilada?

Parte dela com certeza é. Eles adquiriram áreas já griladas. Minha obrigação como governadora é combater as ilegalidades todas. Não posso combater só ilegalidades do MST. E é isso que incomoda, sobretudo a esse grupo, que tem muita força em alguns setores da imprensa. Dantas já tinha as terras, ele não comprou as terras no meu governo. O meu governo é que questionou a legalidade de parte dessas terras. Queremos retomar essas áreas.

Havia a possibilidade de cumprir o mandado de reintegração de posse da fazenda de Dantas?

Aí é que está. Não existe mandado de reintegração de posse para a fazenda Espírito Santo, em Xinguara. O mandado que eles mostraram na televisão era para uma fazenda em Marabá, a 100 quilômetros de lá. A Vara Agrária de Redenção, que poderia ter expedido o mandado de reintegração, jamais se pronunciou a respeito. Aliás, o juiz dessa vara, Líbio Araújo de Moura, foi o mesmo que bloqueou os títulos de terra de toda aquela área, para estancar a grilagem na região, em janeiro passado. Mas o Opportunity criou esse factoide. A procuradoria do Estado é que descobriu isso. Os procuradores viram o número do processo e conferiram. Além do mais, nem poderia ter mandado, porque o título da terra está bloqueado.

81% dos prefeitos paulistas apóiam Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 08/05/2009

Uma pesquisa que traça o perfil dos prefeitos paulistas, realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Cepam) em parceria com a Secretaria de Comunicação e divulgada no início de abril deste ano, revela que nada menos que 81% dos prefeitos paulistas se declaram favoráveis à desapropriação de terras improdutivas para fins de Reforma Agrária.

Nos meses de novembro e dezembro de 2008, foram entrevistados 624 prefeitos, o que representa 96,7% do total de 645 municípios do Estado. Em todos os partidos, as respostas favoráveis foram consistentemente altas; em nenhum deles a incidência foi menor que 75%.

Segundo o diretor executivo do Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), Gustavo Ungaro, "O relato dos prefeitos parceiros do Itesp confirma que a realização de assentamentos rurais dinamiza a economia local e melhora a vida dos beneficiários. Em cidades pouco populosas do Pontal do Paranapanema os resultados são mais perceptíveis, atingindo também os setores de comércio e serviços".

Sem-terras são baleados no Pará, diz MST - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 10/05/2009

Pelo menos três sem-terra teriam sido feridos num confronto com seguranças da Fazenda Maria Bonita, do grupo do banqueiro Daniel Dantas, em Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, no início da tarde de ontem.

O grupo acusou integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) de terem matado bois e disparado com armas de grosso calibre contra os seguranças da propriedade, causando o conflito.

Este é o segundo enfrentamento armado entre seguranças do grupo e integrantes do MST na região. No fim de abril, sete sem-terras e um segurança ficaram feridos em tiroteio na Fazenda Espírito Santo, em Xinguara.

De acordo com a assessoria da Agro Santa Bárbara, empresa do grupo de Dantas, os seguranças da fazenda seguiram alguns sem-terras que se deslocavam pelos pastos da propriedade e que se encontraram com outros invasores que já tinham matado dezenas de cabeças de gado de elite da Maria Bonita.

Quando notaram os seguranças, os sem-terra dispararam com armas de fogo.Os seguranças reagiram. O tiroteio foi intenso e durou vários minutos.

Os invasores dispersaram pela mata fechada. Logo depois, outros sem-terra do MST do acampamento na Fazenda Maria Bonita seguiram em direção aos seguranças, que ficaram acuados entre os dois grupos invasores.

Não houve novo confronto porque os acampados voltaram para seus barracos.

De acordo com a assessoria, a fazenda Maria Bonita é a mais produtiva do Pará,com produtividade quase 5 vezes superior à média do Estado. A propriedade está invadida desde o dia 25 de julho de 2008 pelo MST.

REINTEGRAÇÃO

Em agosto 2008, a Agro Santa Bárbara, proprietária da fazenda, conseguiu mandado de reintegração de posse, mas o Governo do Estado do Pará ainda não o cumpriu.

Ontem, a administração denunciou à Polícia Civil a matança de pelo menos 30 cabeças de gado. O coordenador do MST no Pará, Charles Trocate, procurado por telefone pela reportagem, não foi localizado

Presidente do CNJ defende especialização do Judiciário para solucionar conflitos fundiários – Sítio Eletrônico da CNA – 11/05/2009

Promover a especialização dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público, no intuito de solucionar conflitos agrários e garantir a regularização fundiária rural e

urbana, além do direito à moradia. Esta foi uma das medidas defendidas pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, ao instalar o Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários, nesta segunda-feira (11/05), em Brasília. "É preciso repensar todo o processo judicial direcionado à resolução dos conflitos fundiários rurais e urbanos de modo a torná-lo mais célere e eficaz", enfatizou o ministro.
O ministro destacou ainda a importância de se adotar a conciliação e a mediação como instrumentos de pacificação de conflitos no campo e na cidade. Para isso, no entanto, é necessário uma capacitação específica, dada a complexidade do tema, segundo ressaltou o ministro Gilmar Mendes. "É preciso uma articulação com os órgãos públicos, além de troca de experiências e estabelecimento de estratégias para a difusão responsável do uso desses importantes instrumentos", declarou.

Resposta - De acordo com o ministro, a criação do Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários tem como objetivo dar uma resposta efetiva à sociedade, que convive diariamente com quadros de desordem urbana e agrária, como desapropriações irregulares, manutenção de regimes de trabalho degradantes e crescimento desordenado das cidades.

A idéia, segundo destacou o presidente do CNJ, é discutir o tema de maneira integrada e abrangente com outros órgãos públicos e ramos da sociedade civil, de maneira a encontrar soluções eficazes para os conflitos fundiários existentes no Brasil, um desafio "que remonta à época da colonização". "O Brasil chegou ao século XXI sem ter resolvido problemas com raízes no século XVI", destacou.

Em relação às questões urbanas, o ministro ressaltou que o Poder Judiciário precisa cumprir o seu papel, garantindo os direitos à terra, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, ao transporte, entre outros. "Na questão fundiária urbana, o modelo judicial existente ainda é frágil e incapaz de oferecer solução compatível com as demandas de massa", destacou. Outra função do Fórum, segundo, o ministro, será a de buscar as causas do descumprimento de decisões judiciais, freqüente em algumas regiões do país.

O aprimoramento dos cartórios de registro de imóveis também está entre as prioridades destacadas por Gilmar Mendes como forma de reverter "o deplorável quadro de grilagem que se instalou no Amazonas". Segundo ele, a atual situação, além de ameaçar os direitos de propriedade, atinge o meio ambiente e a soberania do Estado Brasileiro.

Cercado de expectativas, fórum de conflitos fundiários é instalado hoje - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 11/05/2009

Líderes ruralistas, órgãos do governo e até movimentos de sem-terra esperam que traga agilidade à Justiça

O Conselho Nacional de Justiça realiza hoje, em Brasília,o seminário de instalação do Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos.

Sugerida por Gilmar Mendes, presidente do conselho e do Supremo Tribunal Federal, a iniciativa tem o objetivo de estudar e propor medidas destinadas a aperfeiçoar e dar agilidade às ações da Justiça numa área em que a insegurança e os conflitos parecem não ter fim, especialmente na zona rural.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em dez anos, entre 1999 e 2008, foram registrados na zona rural 5.335 conflitos envolvendo a posse da terra–o número engloba assassinatos, despejos, expulsões, tentativas de homicídio e agressões. No mesmo período, os movimentos de semterra invadiram 3.685 propriedades. No Pará, Estado que registra o maior número de conflitos, os proprietários rurais têm nas mãos cerca de 100 mandados de reintegração de posse que não foram cumpridos.

Para onde quer que se vire é possível ou vir reclamações contra a inoperância do Judiciário, fato que causa a sensação de impunidade e estimula novos conflitos.

Talvez seja por isso que quase todos os setores envolvidos vejam com simpatia a iniciativa de criação do fórum.

O desembargador Gercino José da Silva Filho, que há dez anos media conflitos agrários,à frente da Ouvidoria Agrária Nacional, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, classifica a iniciativa como "louvável".

Na opinião dele, "o fórum vai contribuir para a especialização dos órgãos que cuidam dos conflitos, principalmente no que se refere à criação de varas agrárias".

No conjunto dos 27 Estados brasileiros, apenas 9 possuem varas especializadas da Justiça Estadual para o julgamento de conflitos agrários. Na área da Justiça Federal, o número é ainda menor: só existem varas agrárias federais em 5 unidades federativas.

No Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a procuradora-chefe da Procuradoria Federal Especializada, Gilda Diniz dos Santos, também elogia:"

É um excelente espaço de discussão. Pode resultar na apresentação de normas que ajudem a dar soluções mais rápidas para os processos".

No fórum de hoje em Brasília, a procuradora apresentará um levantamento preliminar que aponta a existência de 220 processos de desapropriação de terras, para a reforma agrária, que estão parados na Justiça.

Eles englobam uma área, segundo a procuradora, na qual seria possível assentar mais de 11 mil famílias.

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), conta que enviou uma carta a Gilmar Mendes, assim que soube da

iniciativa, para cumprimentá-lo. “Espero que o fórum ajude a por fim a essa sensação de relativização do direito de propriedade que existe hoje no País”, diz.

“Nãoparamdesurgir decretos, portarias, ações disfarçadas de bandeiras sociais a favor de quilombolas, indígenas, sem-terra.

Respeito os direitos desses grupos,mas eles são usados como nuvem de fumaça, como tentativa de silenciar o discurso contrário e impedir que a população veja que o direito de propriedade, um dos direitos pétreos da Constituição, está sendo agredido.”

A entidade presidida pela senadora hoje patrocina, direta ou indiretamente, quatro ações diretas de inconstitucionalidade (Adins), que tramitam há anos no STF. Questiona, entre outros tópicos, a regularização de terras de quilombos.

EXPECTATIVA Do lado de entidades que apoiam a reforma agrária e os sem-terra, ainda há certa desconfiança.

Elas estão convencidas de que está em curso uma onda de criminalização dos movimentos sociais. Dias atrás, ao divulgar o seu relatório anual de conflitos no campo, a Comissão Pastoral da Terra destacou que ela ocorre sobretudo na esfera do Judiciário.

Além da faixa da desconfiança, porém,persiste certa expectativa de que surjam propostas capazes de dar agilidade aos processos. Para João Pedro Stédile, líder do Movimento dos Sem-Terra (MST), o fórum só terá validade se tomar medidas concretas nessa direção.

“O concreto que esperamos de um fórum como esse é que agilize os 220 processos de desapropriação parados na Justiça”, diz ele.“Não se pode esquecer também dos 1.600 casos de assassinatos de trabalhadores, ocorridos nos últimos 20 anos, dos quais apenas 80 tiveram algum julgamento. E o que o seu Gilmar tem a dizer sobre a demarcação das terras dos índios pataxós, da Bahia, parada há quase 30 anos no STF?”

Seja qual for o viés, o fato é que há um descontentamento generalizado em relação ao Judiciário na a área dos conflitos agrários. Daí a expectativa que cerca o fórum.

Ações dos juízes serão monitoradas

Além de fazer recomendações, fórum vai acompanhar seu cumprimento

O juiz Marcelo Berthe, que trabalha como auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça no trabalho de instalação do Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos, afirma que o objetivo central do órgão será “a melhoria do trabalho do Judiciário, para que dê respostas mais rápidas e mais eficazes”. Ainda de acordo com o juiz, o fórum será permanente, com um comitê executivo que se reunirá de maneira periódica. “Além de identificar os problemas e fazer recomendações, deverá monitorar as ações dos juízes.”

O seminário de instalação, que acontece hoje, em Brasília, na sede da Escola de Magistratura Federal da 1.ª Região, fará um primeiro diagnóstico dos problemas do Judiciário e já encaminhará sugestões de mudança.

Berthe, que é juiz titular da 1.ª Vara de Registro Público, na cidade de São Paulo, observa que, embora os conflitos agrários apareçam com destaque nos debates, as ações do fórum terão um alcance maior.

O órgão vai influir também nos conflitos fundiários urbanos.

"Na região metropolitana de São Paulo existem 2,5 milhões de habitações em loteamentos clandestinos, fruto do crescimento desordenado, sem planejamento, durante décadas", diz Berthe. "Se cada um desses casos resultasse num novo processo no Judiciário, seriam mais 2,5 milhões de ações para serem julgadas."

INSEGURANÇA

A falta de solução para esses problemas, segundo o juiz, causa insegurança e conflitos, além de desestruturar famílias:

"Quem não tem a segurança do chão, quem não tem a situação da casa regularizada, fica sempre na expectativa de, a qualquer momento,sair dali, ser expulso.

Isso afeta os jovens e suas famílias."

Outro assunto do fórum será o trabalho escravo. "Essa questão está sempre associada a conflitos no campo", explica Berthe. "Além disso, a lei diz que,onde houver trabalho escravo, a terra ficará sujeita a desapropriação para a reforma agrária, o que envolve diretamente o Judiciário."

O juiz auxiliar da presidência do CNJ acredita que um tema central do fórum será a questão da especialização de juízes para o julgamento de questões agrárias, com varas especiais,como determinou a Constituição de 1988.

"Não se deve pensar os conflitos agrários apenas pelo ângulo do Direito Civil."

ParaBerthe,semiraoslocais de conflitos, sem conhecer a realidade de cada caso, o Judiciário pode estimular confrontos,em vez de ajudar a resolvê-los.

Em Minas,vara agrária estimula conciliações

Minas Gerais foi o primeiro Estado a instalar varas especiais para julgar questões relacionadas à reforma agrária, tanto na área da Justiça Estadual quanto na Federal.A12.ª Vara FederalCível/ Agrária,em Belo Horizonte, julga questões nessa área desde 1987. No final de março, dos 1.746 processos que transitavam naquela instituição, cercade400eramdenatureza agrária.

"A maior parte são casos de desapropriações por interesse social para a reforma agrária", diz o juiz federal Rodrigo Rigamonte Fonseca, que atua como substituto naquela vara. "Os acordos por aqui são comuns. Chegam, na média, a 25% dos casos."

Há bastante tempo os tribunais especializados de Minas já adotam procedimentos que estão sendo recomendados agora a outros Estados pelo Conselho Nacional de Justiça. Um deles é dar preferência nos julgamentos a questões com tensões mais aguçadas, ameaças de conflitos.

Outro procedimento comum por ali é o estímulo à conciliação.

Sobre as reclamações quanto à morosidade nos processos de desapropriação de terras, Fonseca observa que, em parte, ela é devida também a falhas nos laudos do Incra. "Mas a boa notícia é que os prazos estão encurtando, porque houve uma grande melhora nos procedimentos administrativos do Incra.

Quandoo processo é acompanhado por laudos mais exatos, mais condizentes com a realidade, diminuem as possibilidades de questionamento judicial", afirma o juiz. ●

Cresce o desmatamento em assentamentos na Amazônia – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 11/05/2009

Incra revela que áreas de reforma agrária foram responsáveis por 21% do desmate

Relatório do órgão aponta que 869 assentamentos na Amazônia Legal derrubaram 251,6 mil hectares, 51,3% deles no PA e 22,1% em MT

Um grupo de 60 assentamentos concentrou no ano passado metade do desmatamento registrado nas 2.546 áreas de reforma agrária da Amazônia Legal, região formada pelos Estados do Norte, Mato Grosso e parte do Maranhão.
Essa densidade na derrubada da floresta aparece em relatório do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) recém-concluído com auxílio de dados do Ibama e do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).
Segundo o documento, 869 assentamentos (34% do total) contribuíram com o desmate no ano passado. Nessas áreas, foram derrubados 251,6 mil hectares, sendo 126,1 mil hectares (50,1%) no grupo de 60 assentamentos (2% do total).
Em tese áreas federais autônomas, os projetos de reforma agrária não conseguem barrar a cultura do desmatamento de certas regiões. Do total derrubado nos 60 assentamentos, 65% ocorreram no Pará ou em Mato Grosso -dois Estados que lideram o ranking geral de desmatamento do Inpe.
"Isso é resultado da insistência do Incra de criar assentamentos em áreas de floresta, onde as famílias não têm outra alternativa, a não ser ficar reféns do madeireiros", afirma José Batista Afonso, da coordenação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e advogado da entidade em Marabá (PA).
O relatório do Incra revela que os assentamentos contribuíram no ano passado com 21% do total desmatado na Amazônia Legal. Foram 251,6 mil hectares, contra 221,6 mil hectares no ano anterior. Nessa região, os assentamentos representam cerca de 8% da área.
"O desmatamento não respeita assentamento, unidades de conservação, parques nacionais, áreas indígenas. Ele avança em cima de tudo isso", declara Celso Lacerda, diretor de Implantação de Projetos de Assentamento do Incra.
Essa visão oficial, porém, é contestada por Adalberto Veríssimo, pesquisador da ONG Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). Segundo ele, o desmatamento ocorre com mais intensidade nos assentamentos, e não em terras indígenas e unidades de conservação.
"Tem um coquetel explosivo: pecuarização, agricultura, além do efeito da exploração predatória da madeira e do carvão. Tudo isso dentro dos assentamentos. Fazer assentamentos em regiões de florestas é pedir para desmatar", disse Veríssimo. "Eles [os assentados] acabam assediados pela dinâmica do desmatamento", completa.

Concentração de lotes

Do total desmatado nos 869 assentamentos, 51,3% estão no Pará, seguido de MT (22,1%). Os dados usados no levantamento são do Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal), do Inpe, com imagens da floresta captadas por satélite de agosto de 2007 a julho de 2008.
Segundo o Incra, o avanço do desmatamento em áreas de reforma agrária ocorre em meio a um processo de concentração dos lotes, ou seja, quando uma única pessoa compra irregularmente lotes dos assentados para ampliar sua propriedade.
No final do ano passado, o Ministério do Meio Ambiente divulgou uma lista que incluiu oito assentamentos entre os cem maiores desmatadores do país. Na ocasião, a ala agrária do governo criticou a metodologia do estudo, que não dividiu o total desmatado nos projetos pelo número de assentados.
Para amenizar os efeitos da motosserra, o Incra fechou um acordo com o Inpe para que as imagens de satélite sejam monitoradas em intervalos mais curtos.

Chegada do Opportunity ao PA ampliou tensão, diz CPT – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 11/05/2009

Sem-terra feridos no sábado vão depor nesta semana

A chegada do grupo Opportunity, ligado ao banqueiro Daniel Dantas, ao sudeste do Pará aumentou a tensão em uma das áreas de maior conflito fundiário do país, afirma a CPT (Comissão Pastoral da Terra).
Segundo a comissão, braço agrário da Igreja Católica, a Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, que tem o banco como um dos acionistas, contratou, com seu poderio econômico, quantidade de seguranças nunca vista antes na região.
Anteontem, três sem-terra foram baleados, sem gravidade, pelos vigilantes da empresa na fazenda Maria Bonita, em Eldorado do Carajás -invadida pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e por outras organizações desde julho de 2008. Os três devem prestar depoimento à Polícia Civil nesta semana.
No mês passado, tiroteio entre trabalhadores rurais e seguranças em fazenda da empresa deixou nove feridos. As investigações ainda não acabaram.
"É o momento mais tenso desde o massacre, pelo número de famílias envolvidas [na disputa com a empresa]. Não sei até quando os trabalhadores vão ficar só contando seus feridos", disse José Batista, advogado da CPT, que começou a atuar na área à época do massacre de Eldorado do Carajás, em 1996, quando 19 sem-terra foram mortos por policiais.
"O que assusta é a ordem dada: encontrou [um invasor], atirou", afirmou.

O Opportunity começou a comprar terras e gado no Pará há cerca de três anos. Afirma gerar cerca de 15 mil empregos.
Rodrigo de Paula, diretor da Santa Bárbara, concorda que a chegada da empresa aumentou a violência na região, mas que isso se deve à incapacidade da governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), de impor a ordem, ao não cumprir mandados de reintegração de posse.

Terras mapeadas, uma nova realidade – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 11/05/2009

O georreferenciamento entrou definitivamente na pauta dos produtores do país. Originalmente obrigatório na comercialização de imóveis rurais acima de 500 hectares, o mapeamento por GPS de uma propriedade se tornou exigência para obtenção de financiamentos bancários e, a partir do ano que vem, também para a contratação de seguro rural. A medida ainda encontra a resistência de alguns agricultores e esbarra em barreiras burocráticas no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão do governo que dá o aval a esse mapeamento.

A exigência do georreferenciamento - o nome "chique" para a medição topográfica - ganhou força a partir do decreto número 4.449 de 2002, que regulamentou a lei 5.868 de 1.972. A lei escalonou para um período de dez anos a adesão gradual de imóveis rurais de diferentes tamanhos, iniciando com as propriedades de mais de cinco mil hectares, depois para mil hectares e, desde novembro do ano passado, para áreas acima de 500 hectares. A partir de 2011, imóveis rurais inferiores a 500 hectares terão de ser mapeados. Na prática, todas as propriedades rurais do país.

O georreferenciamento é uma ferramenta eficaz para desatar o nó fundiário que ainda existe em grandes porções do Brasil. Por meio do monitoramento por GPS é possível estabelecer os limites do imóvel com relativo alto grau de precisão, identificando as áreas de preservação permanente (APPs), reserva legal (RL), lavouras, pastagens, reflorestamento e também áreas inservíveis ou mesmo com benfeitorias.

Há no país hoje 5,5 milhões de propriedades rurais cadastradas, das quais apenas 13,5 mil foram georreferenciadas, segundo levantamento do Incra. Há ainda uma fila com 24 mil pedidos de análise de georreferenciamento protocolados no órgão. Com a retomada da comercialização de terras no país após o período mais crítico da crise econômica mundial, a fila tende a engrossar.

Isso porque o mapeamento por GPS é exigido pelo Incra no ato de venda ou compra de terras, assim como para o desmembramento e remembramento (incorporação) de propriedades. Transferências de titularidade de imóveis - de pai para filho, por exemplo - também necessitam do mapeamento. "Essa medida permitirá que daqui a uma geração o país conheça a sua malha fundiária", diz Edaldo Gomes, engenheiro cartográfico e coordenador-geral de cartografia do Incra.

Está na história do Brasil: imóveis rurais jamais eram registrados com referências precisas sobre seu começo ou fim. Documentos antigos sobreviveram gerações referindo-se a "cursos d'água", "estradas de terra" e "montanhas" como os limites reais das propriedades do país.

"Os limites das áreas urbanas ficaram mais claros somente a partir do início do Século XX. Nas áreas rurais, a situação é mais complicada e não havia nenhuma medida clara até os anos 70", explica Olivar Lorena Vitale Júnior, advogado especialista em imóveis rurais do Escritório Tubino Veloso, Vitale, Bicalho & Dias.

Se no passado a disputa de áreas ficava restrita à vizinhança, hoje a situação é mais complexa. Vitale Júnior adverte que a retomada das vendas de terras, expressiva antes da crise, pode ficar comprometida se a propriedade não for corretamente mapeada. "Um imóvel georreferenciado pode ter maior valorização, uma vez que está apto a ser comercializado. Ou seja, sem entraves", diz o especialista. "O perfil desses compradores [estrangeiros] é não fechar negócios quando a documentação não está certa."

Uma alternativa para driblar essa exigência seria comprar a empresa que possui lotes de terra. "Mas isso implica riscos. O novo proprietário corre o risco de levar uma propriedade com passivos trabalhista e ambiental, por exemplo", observa Vitale Júnior.

O produtor Luiz Fernando Gonçalves tem uma área de 2.150 hectares em Paracatu, em Minas Gerais, onde planta milho e soja. Gonçalves decidiu fazer o georrefenciamento porque se tornou uma exigência para garantir financiamento, principalmente de bancos estrangeiros. "Estou preocupado com a burocracia no Incra, porque sabemos que o negócio lá é demorado", afirmou.

E, de fato, o não cumprimento da lei pode se tonar uma barreira. "O instrumento não está vinculado à concessão de crédito, mas tornou-se exigência, sobretudo quando o imóvel é hipotecado", disse uma fonte ligada a banco.

Procurado, o Banco do Brasil informou que o georreferenciamento se tornou exigência para a concessão de financiamento. "A partir de janeiro de 2010, o

georreferenciamento será obrigatório para a concessão de seguro rural", afirmou José Carlos Vaz, diretor de agronegócios do BB.

Para fazer o georreferenciamento, o produtor é obrigado a contratar uma empresa especializada, que tem de ser credenciada pelo Incra. Fica a cargo do órgão a validação do documento. Weber Pires, diretor da Engemap, uma das empresas aptas a fazer esse trabalho, afirma que o georreferenciamento tira o "raio x" da propriedade, identificando vegetação, minérios e nascentes de rios, muitas vezes ignorados pelos próprios proprietários.

Quem está disposto a fazer o que a lei determina, contudo, esbarra em entraves burocráticos do Incra. A reclamação mais comum é que o processo costuma ser demorado, uma vez que há poucos funcionários destacados para fazer a análise de cada mapeamento. Edaldo Gomes, do Incra, reconhece a falta de técnicos. "É, sem dúvida, um problema". De acordo com ele, há uma média de quatro funcionários para cada superintendência, mas eles dividem a análise dos mapeamentos com um sem-número de outras tarefas. "O ideal seria ter mais três funcionários por superintendência, dedicando-se exclusivamente a isso", diz Gomes. Mas a demora na análise dos mapeamentos também reflete a falta de documentação ou de qualidade. "Muitos proprietários optam por contratar o serviço mais barato que não atende às exigências do Incra", ressalta Gomes.

Darcy Eichelt, produtor de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, aguarda o aval do Incra há um ano. "Demos a entrada no ano passado e ainda não foi liberado. Não entendo porquê", diz ele.

MST apreende trator de fazenda do Opportunity – Folha de São Paulo – Brasil – 12/05/2009

Os sem-terra tomaram ontem um trator da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, ligada ao grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, em Eldorado do Carajás (PA). A ação aconteceu na fazenda Maria Bonita, invadida pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em julho de 2008. No sábado, três lavradores ficaram feridos após serem alvejados por seguranças da empresa, que dizem ter se defendido de um roubo de gado.
Segundo a Santa Bárbara, o trator transportava filhos de funcionários até a estrada, onde eles pegavam ônibus para ir à escola. Segundo o delegado Alberone Lobato, os sem-terra disseram que a ação foi um "protesto" contra o incidente de sábado e que a máquina será devolvida hoje. A Folha tentou falar com os sem-terra, mas não localizou nenhum.

PAÍS CONDENA POUCOS FAZENDEIROS, DIZ OIT – Folha de São Paulo – Brasil – 13/05/2009

Apesar de atribuir ao Brasil papel de destaque por sua atuação no combate ao trabalho forçado, relatório global divulgado ontem pela Organização Internacional do Trabalho criticou o baixo índice de condenações de proprietários rurais pela Justiça. Segundo a OIT, até maio de 2008 havia só uma condenação com privação de liberdade. O Ministério do Trabalho, que participou do lançamento do documento no Brasil, explicou que em 2008 houve três decisões nesse sentido e, neste ano, há 27 condenações.

Gilmar defende a criação de vara especial para mediar conflito agrário – O Globo – Nacional – 12/05/2009

Mandado de prisão deve atender a garantia da ordem, não clamor popular, diz BRASÍLIA e RIO. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, defendeu ontem a criação de varas especializadas na questão agrária, para auxiliar na solução de conflitos fundiários.

Segundo Gilmar, a resposta rápida "minimiza, reduz e previne outros conflitos". O ministro também sugeriu que os juízes atuem mais na conciliação.

— Criando instâncias permanentes, vamos aprender mais, ter maiores cuidados na deflagração de novos procedimentos que possam ensejar conflitos. É preciso que tenhamos conhecimento dessa realidade para tomarmos decisões políticas adequadas — disse Gilmar, na instalação do Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários.

O ministro enfatizou a importância da atuação conjunta dos três Poderes para solucionar disputas de terra no Brasil: — Ninguém pode fazer nada sozinho. É preciso esse sentimento de humildade e de necessidade de articulação.

No Rio, em palestra na Escola de Magistratura sobre crime organizado, o presidente do Supremo lamentou a deficiência de provas em condenações baseadas só em inquéritos policiais.

E afirmou que a concessão de mandados de prisão deve atender ao princípio da garantia da ordem pública, não ao clamor popular.

Com fórum agrário, amplia-se ativismo judicial sobre o Executivo – Juliano Basile – Valor Econômico – Política – 12/05/2009

Numa resposta aos conflitos envolvendo pecuaristas e sem-terra, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instalou, ontem, o Fórum Nacional para Monitoramento e

Resolução dos Conflitos Agrários. O objetivo é acompanhar todas as ações judiciais envolvendo conflitos agrários e verificar as razões de eventuais descumprimentos.

O fórum discutirá a criação de novas varas agrárias e novas formas de mediação de conflitos. Com a medida, o presidente do CNJ, ministro Gilmar Mendes, acredita que será possível resolver conflitos no campo, como invasões de propriedades e processos de desapropriação. "É importante que se busquem as causas do reiterado descumprimento de decisões judiciais em algumas regiões do país", afirmou Mendes, que preside também o Supremo Tribunal Federal (STF).

O evento marcou ainda uma postura ativa do ministro que decidiu agir sobre problemas que são tradicionalmente tratados pelo Poder Executivo. Mendes ingressou em assuntos, como a violência no campo e as deficiências do sistema prisional, com metas e agenda a cumprir. Ele afirmou, ontem, que pretende levar mutirões carcerários a todos os 27 entes da federação (26 Estados mais o Distrito Federal) até abril de 2010, quando deixa a presidência do CNJ e do STF. O objetivo desses mutirões é verificar os processos de todos os presos para localizar aqueles que não devem mais ficar na cadeia, mas continuam lá por conta de procedimentos burocráticos. Segundo Mendes, os mutirões já levaram à liberdade de mais de 2,2 mil pessoas, que estavam irregularmente em prisões. "É o equivalente a mais de quatro estabelecimentos penais de porte médio", comparou. Agora, Mendes deverá fazer mutirões em varas agrárias para verificar caso a caso os descumprimentos de decisões.

O STF já sofre questionamentos a respeito de supostos avanços em assuntos tradicionalmente de competência do Congresso, como a fixação de regras para as greves no serviço público e as decisões a respeito de quais procedimentos devem ser adotados em Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Questionado a respeito deste novo ativismo - agora, sobre o Poder Executivo -, Mendes respondeu que esses mutirões na área carcerária e agrária também são "missões do Judiciário".

"Não pretendemos a sobreposição de ações, e temos consciência de que nossa missão não é substituir-nos aos órgãos governamentais responsáveis pelas políticas públicas", disse o presidente do STF e do CNJ. "Mas temos também a convicção de que o sistema de Justiça tem ouvidos e mãos para reverter grande parte do quadro sombrio que se instala no campo e nas cidades e para a prevenção de novos conflitos", completou, referindo-se às invasões de propriedades urbanas e rurais.

A instalação do fórum se deu dois dias de um tiroteio entre integrantes do MST e seguranças da Agropecuária Santa Bárbara, em Eldorado dos Carajás. Foi o segundo tiroteio em menos de um mês. A Santa Bárbara tem o banqueiro Daniel Dantas como sócio

e sofre invasões desde julho de 2008, quando foi deflagrada a Operação Satiagraha da Polícia Federal com o objetivo de investigá-lo.

O ouvidor agrário nacional do Incra, Gercino Silva, defendeu que seja feita vistoria nas terras da Santa Bárbara. Segundo ele, se a vistoria constatar que as terras são produtivas e cumprem função social (seguem as leis trabalhistas e ambientais), o Incra forneceria um atestado aos proprietários e enviaria cópia ao MST para pedir aos sem-terra para deixar o local. Mas, a proposta foi rechaçada por ambos os lados em conflito.

A Santa Bárbara não aceita a vistoria, sob a alegação de que essas informações estão no processo em que pediu a reintegração de posse e confirmariam a produtividade das terras e o cumprimento às leis. Outro problema, para a fazenda, é que a vistoria seria feita pelo Incra que é parte interessada no processo, no qual defende a desapropriação para reforma agrária.

"Nós também não concordamos com a proposta do ouvidor", respondeu Ulisses Manaças, da direção nacional do MST. Ele afirmou que as terras não devem ser analisadas pelo critério da produtividade, mas sim, pela transferência feita pela família Mutran, que as recebeu do Estado e vendeu, depois, para a Santa Bárbara. O MST contesta essa venda entre particulares e defende que as terras são públicas e deveriam ser coletivizadas. "O problema fundamental é que houve uma transação ilegal", disse Manaças.

A Santa Bárbara informou que os sem-terra roubaram um trator da empresa, ontem, em Eldorado, e desafiaram os seguranças a buscá-lo numa atitude que os fazendeiros consideraram "provocadora". O trator estaria sendo utilizado para transportar crianças, já que a entrada da fazenda Maria Bonita, do grupo, estaria bloqueada pelo movimento.

Manaças informou por telefone, de Belém, que não tinha informações sobre roubo de trator. "Mas, sabemos que há um clima de instabilidade por conta do ataque dos seguranças", rebateu o líder do MST.

MST-SC comemora seus 24 anos de luta pela terra – Sítio Eletrônico do MST – 13/05/2009

Em 1984, o Brasil vivia uma conjuntura de duras lutas pelo fim da ditadura, pela abertura política e de muitas mobilizações operárias nas cidades. Como parte desse contexto, entre 20 e 22 de janeiro, foi realizado o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel, no Paraná. Esse foi o ponta pé inicial para que os Sem Terra de Santa Catarina se organizassem e fizessem as primeiras ocupações no Oeste do estado. E foi assim que, no dia 25 de Maio de 1985, 800 famílias de agricultores Sem Terra ocuparam a Fazenda Papuã, marcando a chegada do MST em Abelardo Luz.

A ocupação da fazenda Papuã revela uma das tão belas histórias de luta do Movimento. Numa madrugada gelada, o ronco dos motores dos caminhões e dos ônibus fazia eco junto ao canto dos pássaros que, como uma orquestra afinada, anunciavam a chegada de uma nova aurora. Para chegar à fazenda Papuã, era preciso atravessar a ponte sobre o rio Chapecó. A fazenda era vigiada por pistoleiros pagos pelo proprietário que, para impedir o acesso dos Sem Terra, incendeiam a ponte. Corajosas, são as mulheres quem descem dos caminhões e dos ônibus, e conseguem apagar o incêndio. Nesse instante histórico, o ronco dos motores e o canto dos pássaros são superados pelos gritos de "Reforma Agrária já, terra para quem nela trabalha!"

É para relembrar esse e tantos outros eventos constituintes da história do MST em Santa Catarina, que no dia 24/5 o assentamento Papuã - comunidade Serra do Papuã (dos Lavratti) - cediará uma grande comemoração dos 24 anos do Movimento no estado.

As atividades terão início às 9h e, para relembrar o dia da ocupação, o primeiro ponto de encontro será a ponte que no passado tentaram destruir. Em seguida haverá uma celebração e um ato, que contará com a presença de entidades da região. Após as solenidades, um gostoso almoço de confraternização encerrará o dia de festa.

Ruralistas obtêm vitória em votação - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 14/05/2009

Mudança em MP da regularização de terra prevê indenização por benfeitoria

A bancada ruralista conseguiu trêsvitóriasnavotaçãodamedida provisória que permite a regularizar terras na Amazônia. O texto aprovado pela Câmara dosDeputados assegurou indenização por benfeitorias nas terras que forem retomadas pela União, a possibilidade de empresas comprarem as posses e agarantia de processo administrativo e ampla defesa para quem desmatar de modo irregular áreas de preservação permanente ou de reserva legal.

Mas os ambientalistas também comemoraram, porque a MP exige recomposição de reservas para os que comprarem as terras, além de proibir alienação de florestas públicas,de unidades de conservação ou de áreas em processo administrativo para a criação de áreas de preservação."Foi uma boa solução.Exige respeito aomeio ambiente e não é draconiano aponto de impedir que as posses sejam regularizadas", afirmou o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ).

Pelo texto, poderão ser regularizadas ocupações em terras em nome da União, remanescentes de núcleos de colonização ou de projetos de reforma agrária que perderam a

vocação agrícola, áreas tomadas por cidades (são cerca de 450), devolutas emfaixa de fronteira ou em nome do Incra.

Posses de até 100 hectares serão doadas aos ocupantes; de 101 a 1,49 mil hectares,o concessionárioterá comprá-la pelo valor de mercado, sem licitação.

Os ocupantes de terras de até 400 hectares terão direito aos benefícios do Programa Nossa Terra, que concede empréstimos subsidiados aos agricultores familiares. Áreas acima de 1,49 mil hectares poderão ser objeto de titulação parcial, até 1,5mil hectares.

Por dez anos a partir da titulação, o beneficiado terá de fazer o aproveitamento racional e adequadoda área, averbara reserva legal, identificar as áreas de preservação permanente e observar as disposições que regulam as relações de trabalho.

Quem obtiver o título e negociálo não poderá ser beneficiado por programas de reforma agrária ou de regularização fundiária.

Preço de terras da União opõe ruralistas a ambientalistas – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2009

O preço das terras da União na Amazônia divide ruralistas e ambientalistas, que ontem submeteram ao primeiro teste de votos as regras de regularização fundiária de uma área de 67,4 milhões de hectares na região, equivalente aos territórios da Alemanha e Itália juntos.

A partir de junho, o governo quer começar a cadastrar os ocupantes das terras para a entrega de títulos. As condições do programa dependem de votação no Senado e, se houver mudanças, o projeto voltará para a Câmara.

Entre as mudanças feitas está a que prevê que, além de pessoas físicas, empresas que ocuparam terras públicas até dezembro de 2004 terão direito à propriedade. Também será permitida a venda de médias propriedades após três anos e de pequenas após dez anos.

A bancada ruralista tentou, sem sucesso, excluir do projeto o custo proposto para as médias propriedades, com base em planilhas do Incra. Embora abaixo do valor de mercado, os preços foram classificados de "impraticáveis" pelo deputado Onix Lorenzoni (DEM-RS), que falava pelos produtores rurais. O preço será calculado caso a caso, e o prazo de pagamento é de 20 anos. **(MARTA SALOMON)**

MMA debate pauta ambiental dos trabalhadores rurais - Suelene Gusmão – Sítio Eletrônico do MMA -14/05/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, ouviu nesta quinta-feira (14) de representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) que, atualmente, uma das maiores angústias no campo tem relação com a criminalização ambiental do agricultor familiar. Os trabalhadores na agricultura solicitaram ao ministro

"um olhar diferenciado", justificando que não será possível sobreviver caso a legislação trate da mesma forma o agricultor e o agricultor familiar.

Na reunião ocorrida no MMA estiveram também presentes representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e os deputados federais Ancelmo Jesus (PT/RO) e Assis Couto (PT/PR).

Como exemplo, foi citada a questão da recomposição da reserva legal que, segundo Alessandra de Jesus, vice-presidente da Contag, pesa muito para os agricultores familiares com uma pequena propriedade. "Ao não cumprir a legislação neste aspecto, o agricultor familiar é criminalizado e fica, por exemplo, sem ter acesso a crédito", explicou Alessandra.

O Ministério do Meio Ambiente foi o primeiro órgão do governo a iniciar o debate da pauta de reivindicações com a Contag. O documento com as solicitações da entidade ao governo federal foi entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 29 de abril e representa a bandeira de luta dos trabalhadores na agricultura. A lista completa das reivindicações será apresentada durante a realização do Grito da Terra, marcado para ocorrer entre os dias 25 e 29 de maio em Brasília.

Os representantes da Contag também entregaram ao ministro um documento com as propostas da entidade para a revisão do Código Florestal. Elas são um consenso resultante de três anos de debate realizados em vários estados, segundo informou a vice-presidente da Contag. A secretária-executiva do MMA, Izabella Teixeira, marcou para segunda-feira (18) uma reunião com representantes da entidade para iniciar o debate sobre a questão.

O ministro do Meio Ambiente declarou-se favorável à maioria das reivindicações apresentadas pela Contag e disse que neste momento de grande ofensiva conservadora, com avanço do agronegócio, a posição do MMA é a de estreitar relações com a Contag e com os deputados que defendem a agricultura familiar. "Vamos privilegiar estas alianças", declarou o ministro.

Com relação à recomposição da reserva legal, o ministro explicou aos presentes que o MMA é favorável a somar as áreas correspondentes à reserva legal e às Áreas de Preservação Permanente (APPs). Segundo ele, no entanto, a questão precisa ser tratada por biomas. Quanto à recuperação das encostas de morros, o ministro disse que o ministério apóia desde que não seja feita por qualquer cultura. "Esta recuperação deve utilizar plantas nativas, perenes, frutíferas ou de cultura permanente", explicou.

Carlos Minc respondeu uma a uma as reivindicações apresentadas. Ele se declarou favorável ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) informando que no dia 5 de junho

o presidente Lula envia ao Congresso Nacional um mensagem sobre o assunto. Disse que com relação à Lei de Cultivares, o MMA vai se opor à qualquer modificação da lei que prejudique os trabalhadores.

Com relação à educação ambiental, o ministro garantiu que nenhum grande empreendimento será licenciado sem que haja recursos alocados para ações de educação ambiental. Minc informou aos presentes, que, mesmo não fazendo parte da lista de reivindicações da Contag, o MMA está trabalhando com o Ministério das Cidades a formulação de um plano decenal de saneamento ambiental, onde estará incluído um item sobre saneamento rural.

Ruralistas vencem na MP da regularização de terras da Amazônia – Mauro Zanatta e Mônica Izaguirre – Valor Econômico – Política – 14/05/2009

Um acordo entre líderes do governo e da oposição para relaxar as condicionantes ambientais permitiu a aprovação, ontem, no plenário da Câmara dos Deputados, da medida provisória de regularização fundiária de posses com até 1,5 mil hectares na Amazônia. A MP 458 deve regularizar a situação jurídica de 400 mil posses em 436 municípios da Amazônia. Em jogo, estão os interesses de 1,2 milhão posseiros na região.

Influenciados pelas teses da bancada ruralista, os parlamentares mudaram o relatório original do deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA) para isentar os posseiros da obrigação de recuperar as áreas de preservação permanente (APPs) e reserva legal. Os deputados transformaram a situação em um "compromisso". O relator também permitiu a compensação da reserva legal obrigatória de 80% da propriedade na Amazônia. Bentes recuou, ainda, na intenção de punir com a reversão da posse à União para quem descumprisse a legislação ambiental na Amazônia. Pelo novo texto, a punição ocorrerá somente em casos de desmatamento irregular em APPs e reservas legais. Além disso, concordou que o governo indenize posseiros em caso de retomada das terras pela União por descumprimento de alguma imposição legal. E incluíram a indenização de benfeitorias aos posseiros.

Antes das discussões, o relatório já havia ampliado, de dez para 30 anos, o prazo para recomposição de APPs e reserva legal, além de ter permitido a regularização de áreas em nome servidores públicos e de pessoas jurídicas.

Desde o fim de fevereiro, o texto da MP foi alterado algumas vezes. Asdrúbal Bentes ampliou a regularização para todas as áreas da União, e não só para aquelas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O texto básico permitiu, ainda, a venda das terras regularizadas após três anos de posse efetiva desde que fosse concedida anuência de representantes da União. Antes, o prazo era de dez anos. A MP n 458 também estabeleceu um prazo de até três anos aos Estados da Amazônia para a

realização de zoneamentos econômicos e ecológicos (ZEEs). Do contrário, esses Estados não poderiam firmar convênios com a União. Pelo texto, serão doadas posses de até 100 hectares. Para terras até 400 hectares haverá um processo simplificado com "valor simbólico" . Quem tiver até 1,5 mil hectares, terá preferência para comprar a terra pelo "valor de mercado". Acima disso, haverá licitação pública normal.

Até as 22h nem todos os destaques (supressivos ou para incluir emendas não acatadas pelo relator) tinham sido votados. Mas todos os que tinham sido apreciado foram rejeitados, prevalecendo nesses casos, portanto, o texto inicialmente aprovado pelo plenário. O DEM, PPS e PSDB tentaram, sem sucesso, retirar a restrição de venda de terras a quem já tem propriedade rural no país (destaque do DEM). Também foi minoritário o voto desses partidos para retirar a data limite de ocupação ou invasão (destaque do PSDB) que continuou sendo 1 de dezembro de 2004. Foi rejeitado também destaque do PPS para que o preço da terra fosse limitado aos 20% passsíveis de desmatamento. Já o PDT viu rejeitada a proposta de excluir as pessoas jurídicas. O líder do governo, Henrique Fontana (PT-RS)) argumentou que isso seria incompatível com a realidade atual da situação da Amazônia, limitando muito o processo de legalização.

Carlos Minc: Ruralistas foram derrotados com MP da Regularização Fundiária – Sítio Eletrônico do MMA – 15/05/2009

Ao contrário do tom crítico da maior parte das reportagens veiculadas até agora sobre o resultado da votação da MP 458, que trata da regularização fundiária na Amazônia, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou hoje (15/05/2009) que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, em 13/05, consagrou o princípio da legalidade ambiental como condicionante para a titulação das terras na região e impôs uma fragorosa derrota aos ruralistas.

Deputados da base ruralista pretendiam derrubar as cláusulas resolutivas que preveem que a desobediência às exigências ambientais implicará na perda do título de propriedade. Mas nas cinco tentativas de modificar o texto original, com a votação de destaques, eles perderam por 90 votos contra 190.

Minc lembrou que o Ministério do Meio Ambiente conseguiu incluir - no texto da Medida Provisória assinada pelo Presidente Lula e aprovada pela Câmara dos Deputados - importantes condicionantes para se evitar o desmatamento. A principal delas, contida no artigo 15º, explicita que quem receber o título da terra não poderá desmatá-la.

Além disso, o beneficiário da titulação em áreas já desmatadas terá que demarcar as áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal para serem recuperadas. A desobediência a essas exigências implicará, de acordo com o texto legal aprovado, na perda do título e na reversão da propriedade das terras para a União.

A mobilização dos ruralistas, que reagiam duramente à proposta do Governo desde a edição da MP, levou o ministro Carlos Minc à Câmara dos Deputados, na terça-feira 12/05, para uma reunião com o relator do projeto de conversão, deputado Asdrubal Bentes (PMDB-PA), e com 24 líderes da base governista e da oposição.

Em um vigoroso trabalho de convencimento, o ministro mostrou aos parlamentares que, se derrubassem as cláusulas condicionantes, estariam sinalizando para a sociedade que entregavam aos posseiros da Amazônia "o título de propriedade da terra em uma mão e uma motosserra na outra".

Segundo Minc, isso representaria prejuízos imensuráveis ao País, em especial ao Fundo Amazônia - que capta dinheiro do exterior e do Brasil com o pressuposto de que o País está comprometido com a conservação do Bioma Amazônico - e ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que estabelece metas de redução do desmatamento.

Na última quarta-feira (13/05), no mesmo momento em que começava, no Senado, a Vigília Amazônica, os deputados colocavam em pauta para votar a MP 458. O ministro Carlos Minc fez questão de comparecer ao plenário da Câmara e - a despeito da reação de ruralistas que protestavam contra sua presença no local - acompanhar a votação.

E, ao contrário do tom da maior parte das reportagens veiculadas, pôde comemorar o resultado da votação: a derrota, por 90 votos contra 190, dos que pretendiam desvirtuar completamente a proposta de regularização fundiária.

"A regularização fundiária da Amazônia, além de fazer justiça com as pessoas que vivem naquelas terras há muito tempo, representa uma vitória dos ambientalistas sob vários aspectos. Em primeiro lugar, com a identificação dos proprietários também se estabelece a legalidade ambiental. Poderemos responsabilizar e punir quem cometer crimes ambientais e, melhor ainda, incentivar e apoiar quem produzir de forma sustentável e conservando a floresta".

Ambientalistas mobilizam-se para derrubar MP fundiária no Senado - Mauro Zanatta
Valor Econômico – Pilítica – 15/05/2009

A medida provisória da regularização fundiária na Amazônia, aprovada na noite de quarta-feira pela Câmara dos Deputados, enfrentará dura resistência de ambientalistas no Senado. Sob a liderança da ex-ministra Marina Silva (PT-AC), a reação contra o texto da MP nº 458 tentará derrubar alterações feitas pelo deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA)

no texto original da proposta do Executivo. A medida deve regularizar a situação jurídica de 400 mil posses em 436 municípios da Amazônia.

Mesmo contra a orientação do Palácio do Planalto, que comemorou a aprovação na Câmara, ambientalistas ligados ao governo decidiram combater quatro pontos: a permissão da regularização da posse para empresas, a indenização de benfeitorias, a titulação para áreas exploradas por terceiros e a autorização para a venda dessas terras após três anos da emissão dos títulos definitivos. "Tivemos um claro retrocesso na Câmara e precisamos separar o joio do trigo, sem a política do fato consumado ou de terra arrasada", diz Marina, que afirma ter o apoio do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) em sua cruzada contra as regras da MP.

A primeira batalha no Senado, prevista para ocorrer já na próxima semana, será pela relatoria da medida. Na disputa, estão a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), uma das principais líderes ruralistas do Congresso, e o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), líder da Maioria na Casa. Relator da MP na Câmara, o deputado Asdrúbal Bentes afirma que não alterou nenhuma das condicionantes ambientais previstas na MP. "Quem desmatar além da reserva legal, terá que assinar o termo de compromisso para recomposição. E se não fizer isso em 30 anos, perderá a terra para a União", diz. Bentes admite, porém, ter aumentado, de dez para 30 anos, o prazo para recuperação de áreas desmatadas.

A queda de braço entre governo e oposição também deve acirrar os ânimos. No Senado, a margem de manobra da base política governista é bem menor do que na Câmara. Autor da proposta original da MP, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, defende o texto aprovado na Câmara. "Não temos nenhum problema grave para resolver na MP. Para uma matéria delicada, ficou melhor do que esperávamos", diz. "Acho que está muito próximo da MP original e preservou o espírito da prioridade aos pequenos e de inibição da grilagem. Temos que separar regularização fundiária da reforma do Código Florestal", afirma o ministro.

A senadora Marina Silva insiste, entretanto, que permaneceram no texto aprovado pela Câmara alguns "vícios de origem" que precisariam ser alterados no Senado. "Essa MP, do jeito que está, vai favorecer 80% dos pequenos posseiros da Amazônia. Mas eles têm apenas 11,5% das terras lá", argumenta a ex-ministra. "Os outros 20% de grandes posseiros vão ficar com 88,5% das terras". Segundo a senadora, a MP deve restringir os benefícios da regularização a áreas com até 4 módulos fiscais, ou cerca de 400 hectares. "Nas demais posses, o governo deveria fazer uma análise para verificar a função social da terra". Marina Silva diz que as cláusulas para evitar abusos na regularização caíram com a dispensa de vistoria pelo Incra. "Por isso, precisamos de um relator que possa dialogar com todos os lados", apela.

A senadora afirma que a MP ajudará a consolidar uma situação de grilagem de terras na Amazônia. "O governo só poderia fazer isso mediante cumprimento social da terra. Mas qual é a função social de aumentar o patrimônio de grandes produtores?", questiona. Os artigos que beneficiam empresas donas de terras e permitem a regularização de áreas exploradas por terceiros serão questionadas no Senado. "Mesmo tendo outro imóvel, um grande posseiro poderá ter a posse regularizada com direito de preferência em licitação. Além disso, o governo permitiu a venda da terra após três anos. Com isso, esses posseiros se capitalizam e vão grilar novamente".

Pastoral chegou ao Nordeste antes do MST - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 17/05/2009

Coube à CPT promover a primeira ocupação de terra no Nordeste, em Pernambuco, em 1986. Ela culminou com a desapropriação das terras do Engenho Pitanga, no município metropolitano de Igarassu, depois de uma luta que incluiu um acampamento de quatro meses de duração na praça da República, no centro do Recife.

Na época o MST ainda não existia noNordeste.Mas os padres católicos envolvidos com questões sociais já acompanhavamos conflitos agrários desde os anos 60.

“Na nossa região, nos anos 70, a prioridade número 1 da Igreja, no nível pastoral, era o campo”,relembra o padre italiano Herminio Canova, de 63 anos, dos quais 30 vividos no Nordeste. Coordenador da CPT na Paraíba, ele conta que se identificou coma questão logo que chegou à região. Participou da Pastoral Rural e do Movimento de Evangelização Rural (MER), antes da criação da CPT – que ocorreu em 1975, na parte final do governo do general Garratazu Médici, emplena ditadura militar.

Segundo seu relato, no início a pastoral apoiou sobretudo os posseiros,ameaçados de expulsão por grandes empresas e latifundiários. Também ajudou na formação de lideranças sindicais e apoiou greves de cortadores da cana.

Nos anos 90, com a chegada do MST ao Nordeste, começaram as grandes ocupações.

“Nossas equipes se envolveram nas ocupações”, diz Canova.

“Com tanta gente desempregada e pedindo terra foi necessária uma missão nossa, foi necessário se meter”, diz.Ele destaca,no entanto, que a CPT não é um movimento: “É uma pastoral. Movimento é direção política, tem dirigentes, nós não temos dirigentes, não somos quadros politizados de sem-terra.

A CPT promove o protagonismo dos trabalhadores”.

A Igreja, segundo padre Herminio,analisa hoje um novo modelo de reforma agrária. “Este modelo está esgotado”, observa. “Ele mexeu, arranhou a estrutura fundiária, mas não

resolveu o problema fundiário do País.A estrutura agrária ainda é complicada, com muita concentração de terra,muita disputa pela terra, pela água."

Foi pensando nesta nova direção que a CPT lançou uma campanha para impor um limite máximo na propriedade rural, considerada um bem comum. Isso permitiria democratizar a propriedade.

Em outra frente, exige que o governo aumente o atual índice de produtividade, que estaria defasado em relação às técnicas de produção. Isso facilitaria a obtenção de terras para a reforma agrária, uma vez que, legalmente, terras improdutivas podem ser desapropriadas.

Para o padre, o campo "está em disputa". De um lado estariam grandes empresas do agronegócio; do outro, comunidades tradicionais, camponeses e índios.

Nessa luta já existem"territórios livres", segundo o padre.

Ele cita como exemplo os 40 assentamentos acompanhados pela CPT no litoral paraibano, que contam com cooperativas, associações,escolase até um pequeno banco de crédito, gerido pelos assentados.●

CPT já é 3ª entidade em invasões - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 17/05/2009

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) – instituição vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – tem como objetivo apoiar a organização dos trabalhadores rurais, para que possam defender suas causas. Esse é o objetivo declarado. Na prática, porém, a organização tem mudado seu foco, assumindo a frente de ocupações de terras, como se fosse ummovimento social.

No total de invasões, a CPT figura hoje em terceiro lugar na lista dos 89 movimentos de sem-terra que atuam no País. Se for considerado o número de famílias que cada um deles mobiliza, a entidade pastoral também ocupa posição de destaque: a quarta posição.

Essa informação faz parte de um artigo divulgado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), vinculado à Universidade Estadual Paulista (Unesp). Assinado pela pesquisadora Elenira de Jesus Souza, que trabalha sob orientação do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes,coordenador do núcleo, o artigo aponta os seis principais movimentos de luta pela terra do País.Ali, a CPT só perde para o Movimento dos Sem Terra, a Confederação Nacional dosTrabalhadores na Agricultura (Contag) e o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST).

O artigo confirma tendência já observada por outros pesquisadores e também pela imprensa. Sua maior contribuição são os números que utiliza, a partido do Banco de Dados da Luta pela Terra, o chamado Dataluta, do Nera – provavelmente o mais amplo do País, reunindo informações de jornais, movimentos sociais, órgãos de governo e, sobretudo, levantamentos da própria CPT.

Entre 2000 e 2007,de acordo com o artigo, 89 movimentos estiveram em ação, realizando pelo menos uma ocupação de terra.O MST lidera a lista com larga vantagem, tendo mobilizado 376.329 famílias no período.Utilizando a média de 5 pessoas por família, pode-se dizer que esse movimento, sozinho, pôs em campo um exército de quase 1,9 milhão de pessoas. No quarto lugar, a CPT movimentou 11.477 famílias – o que corresponde a 57,4mil pessoas.

A maior parte dos movimentos de sem-terra atua de forma localizada, atingindo regiões restritas.As duas únicas organizações que estendem suas ações por todos os Estados são a Contag – que conta com uma rede ampla de sindicatos e federações – e o MST, que nasceu e cresceu sob as asas da CPT.

Com apoio de bispos católicos e de alguns pastores protestantes, especialmente luteranos, a CPT também se espalha pelo País. Mas não atua de forma homogênea. A ação como movimento socioterritorial continua localizada no Nordeste.

De acordo com os mapas montados pela pesquisadora Elenira, a partir dos números do Dataluta, ela é mais forte noEstado da "A ação da CPT como movimentoque tem a terra como objetivo final de sua luta, que nós chamamos de movimento socioterritorial, é bem acentuada no Nordeste", diz o professor Fernandes."Ali existem outros movimentos socioterritoriais,mas as famílias de sem-terra tem um vínculo mais forte com a CPT e se organizam em torno dela na luta pela terra.As famílias são a CPT."

Segundo representantes da pastoral, a realidade varia de um região para outra e exige respostas diferentes.Em entrevista aoEstado (leia nesta página), o padre italiano Hermínio Canova, coordenador da CPT naParaíba,admitiu: "Foi necessário, como missão, sem eterna luta pela terra". ●

Reforma agrária é 'cínica', diz padre emilitante

●O padre escocês Thiago Thorlby, de 67 anos, é mais conhecido na zona da mata pernambucana como Tiago Trovão. Apelido apropriado, não só por ser alto e forte, mas também por sua intensa capacidade de ação à frente dos sem-terra.

Agente pastoral da CPT, ele é um símbolo da organização no Nordeste e também no exterior.

Em recente entrevista à revista alemã Der Spiegel, disse que o etanol brasileiro é produzido por escravos.

Em depoimento ao Estado, ele disse que o governo do presidente Luiz Inácio da Lula prefere os grandes empresários do agronegócio aos pobres: "Visitar um assentamento é ter a impressão que este povo foi jogado, que os assentados têm de se virar para não ficar ainda mais exilados dentro do seu próprio país."

Chamou de “cínica” a reforma agrária atual e disse que o Incra deveria se chamar Instituto Nacional Contra a Reforma Agrária. Sobre a atuação da CPT como movimento social, respondeu: “No fimdos tempos, a pergunta não vai ser se a gente foi membro de um movimento ou de uma Igreja. A pergunta será: como amaste teu irmão, tua irmã? Eu estava sem terra: me ajudaste a nos unir, a nos organizar?” ●

Governo agora quer incluir sem-terra no Bolsa Família – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 17/05/2009

Em vez de cestas básicas, acampados passariam a receber cartões do programa

Em 2008, União distribuiu 925,5 mil cestas a 225 mil famílias -uma cesta a cada quatro meses; com o cartão, benefício passa a ser mensal

O governo federal fará uma varredura nos acampamentos da reforma agrária para, ainda neste ano, incluir todos os sem-terra no Bolsa Família. O objetivo é trocar a cesta básica pelo cartão do programa.
No ano passado, por exemplo, o governo distribuiu 925,5 mil cestas de alimentos a 225 mil famílias cadastradas em acampamentos pelo interior do país. A média foi de uma cesta básica a cada quatro meses.
Com o cartão do programa, o benefício à família será mensal, em dinheiro, o que permitirá ao governo interromper a distribuição da cesta.
"A cesta não incentiva o desenvolvimento do comércio local. A ideia é que, a médio prazo, não tenha mais esse atendimento [com cestas]", afirma Lúcia Modesto, secretária de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Essa iniciativa encontra resistência no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que vê na ampliação do Bolsa Família um risco de desmobilização de suas bases.
Questionado sobre esse possível efeito do programa, o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) afirmou: "Se eles [sem-terra] vão ficar desmobilizados, não é problema do Estado. É um problema do movimento".
Para José Batista de Oliveira, da coordenação nacional do MST, o agravamento da crise econômica provocará o aumento das mobilizações pelo país, o que justificaria a necessidade da reforma agrária.
"O Bolsa Família não vai resolver os problemas dos acampados, que têm consciência e não querem viver de uma ajuda do governo. Eles querem trabalhar na terra, cuidar da família e colocar os filhos na escola. As políticas assistenciais são importantes, mas insuficientes para abrir perspectivas de futuro para as famílias."
A inclusão no Bolsa Família não levará em conta a eventual participação dos sem-terra em invasões de terra ou na montagem de barracos numa área com a reintegração de posse determinada pela Justiça.

Não há uma verba específica para atender os sem-terra no Bolsa Família. O orçamento de 2009 será ampliado em R$ 400 milhões, atingindo R$ 11,8 bilhões, para incluir novas famílias cadastradas pelo país, todas as que hoje recebem cestas básicas do governo federal, como os acampados, quilombolas, atingidos por barragens e indígenas.
Até 2010, a meta do governo é ampliar o número de famílias atendidas dos atuais 11,1 milhões para 12,9 milhões. Ao final deste ano, já serão 12,3 milhões atendidas (incluindo os acampados).
Esse processo vinha sendo costurado há ao menos três anos no governo, mas ganhou impulso com um recente pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao ministro Patrus Ananias (Desenvolvimento Social) para que, ao final de 2010, nenhuma família considerada "pobre" (com renda per capita abaixo de R$ 137) esteja fora do programa.
Como estima-se que muitas delas estejam nos acampamentos, coube então ao Desenvolvimento Social e ao Desenvolvimento Agrário encontrar uma fórmula para incluí-las.
As prefeituras, responsáveis pelo cadastramento dos beneficiários, farão a varredura nos acampamentos num prazo de três meses, para saber quantas das 225 mil famílias se encaixam no perfil de renda do programa, mas ainda não possuem o cartão do Bolsa Família.
Um obstáculo operacional foi solucionado: as prefeituras poderão incluir o nome do acampamento no espaço destinado ao "endereço" da família.
Além do cadastro, caberá às prefeituras oferecer serviços de saúde e vagas nas escolas aos filhos dos sem-terra. Os beneficiários do Bolsa Família são obrigados a cumprir condicionalidades para se manter no programa, como a frequência mínima de 85% nas aulas.

Bolsa reduziu base de apoio dos sem-terra – Folha de São Paulo – Brasil – 17/05/2009

DA REDAÇÃO

O Bolsa Família é um dos fatores responsáveis pelo esvaziamento dos movimentos dos sem-terra durante o governo Lula.
Seus integrantes em geral não são recrutados no campo, mas na periferia das cidades. Essa clientela só aceita enfrentar riscos para obter um lote de terra porque já não vê nenhuma possibilidade de conseguir um emprego urbano.
Quando o governo oferece uma renda fixa, ainda que pequena, o número de famílias dispostas a entrar na luta agrária diminui.
De 2003 para 2006, o número de famílias atendidas pelo programa passou de 3,6 milhões para 10,9 milhões. No período, o número de famílias que invadiram terras caiu de 65.552, em 2003, para 44.364, em 2006, enquanto a quantidade daquelas acampadas caiu de 59.082 para 10.259. Isso explica por que 11 organizações de sem-terra desapareceram.

Essa correlação entre o avanço do Bolsa Família e o declínio do MST era potencializada pelo fato de que o programa fazia com que o trabalhador optasse entre o benefício e o movimento -para obter o auxílio, era preciso preencher um cadastro com características do domicílio, o que era difícil para acampados, que em tese não têm endereço. Ao mesmo tempo, o benefício também desestimula o sem-terra a deixar o acampamento para promover novas invasões.

Prioridade para Reforma Agrária é negociada no Incra – Sítio eletrônico da Contag - 18/05/2009

"Nossa pauta não é uma pauta de sonhos e ideologias, mas sim uma pauta baseada na realidade do campo". Essa foi a justificativa do secretário de Política Agrária da Contag, Willian Clementino, na negociação da pauta do Grito da Terra Brasil (GTB) 2009 com representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A reunião iniciada pela manhã terá continuidade agora à tarde.

O presidente da Contag, Alberto Broch, abriu a reunião e disse que é necessário o esforço do governo em priorizar a reforma agrária em um momento de crise mundial. "Há a necessidade de usarmos todos os esforços para que a gente possa ter um Grito da Terra que avance na questão da reforma agrária".

O presidente do Incra, Rolf Rackbart, ressaltou que as negociações devem ser centralizadas em eixos estruturantes, como orçamento, índices de produtividade, alteração do decreto sobre georreferenciamento de imóveis rurais e norma regulamentadora (NR) 70. "Não tenho dúvidas de que esta negociação será a mais importante dos últimos sete anos", ressaltou.

Mais de 20 representantes do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo País participaram da negociação. Entre as principais reivindicações da Contag para essa área a atualização dos índices de produtividade, o assentamento de pelo menos 250 mil famílias até 2010, assegurar igualdade de condições para o cadastramento de reforma agrária para jovens solteiros, entre outros.

Entre as respostas dadas pelo Incra pela manhã está a meta de assentamento para este ano, que diminuiu para 75 mil famílias, com investimento de R$ 1,2 bilhão; agendamento de reunião entre as superintendências e federações de trabalhadores na agricultura (Fetags) para discutir prioridades de áreas para assentamento e que a inclusão de jovens solteiros como público que deve ter prioridade no cadastramento de reforma agrária depende de alteração da Lei 8629, de 2003, que define as regras para assentamento.

Após contestação de representantes da Contag em relação a algumas das respostas, a equipe do Incra se reuniu novamente para rever as propostas. O secretário de Política Agrária da Contag, Willian Clementino da Silva, explicou que as respostas apresentadas não são suficientes porque o órgão apresentou medidas que estão sendo realizadas e que já são conhecidas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais. "O próprio Incra compreendeu que as respostas não foram satisfatórias e por isso voltaremos a nos reunir esta tarde", concluiu.

Fonte: Ciléia Pontes, Agência Contag de Notícias.

Reserva indígena ou de mercado? – Douglas Falcão e Renato Pacca – O Globo – Opinião – 18/05/2009

O Conselho Indígena de Roraima (CIR), organização não governamental ligada aos índios que defendiam a demarcação contínua da Reserva Raposa Serra do Sol — recentemente referendada pelo Supremo Tribunal Federal —, negocia uma parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), visando ao aumento da produção agrícola na área.

Os silvícolas, inclusive, já falam abertamente em obter financiamento público para auferir lucro com a produção de arroz orgânico.

Logo o arroz, originário da Índia e fortemente disseminado por Ásia e Europa! Um alimento, por assim dizer, típico do malvado homem branco.

Ora, a ideia de demarcação contínua sempre embutiu a finalidade de manter preservada a cultura de seus habitantes e intocadas as terras indígenas. Ninguém imaginou um índio "capitalista", aculturado, empresário do agronegócio em parceria com o suspeitíssimo MST. Reservas indígenas só fazem sentido pelo escopo da preservação cultural e ambiental. Índios empresários ou donos de cassino, como sucedeu nas reservas norte-americanas, não fazem parte dos princípios que informaram a decisão do colendo STF.

Dentre as condições estabelecidas pela Suprema Corte, consta que "o usufruto dos índios na área afetada por unidades de conservação fica restrito ao ingresso, trânsito e permanência, bem como caça, pesca e extrativismo vegetal, tudo nos períodos, temporadas e condições estipulados pela administração da unidade de conservação, que ficará sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade".

Além disso, é vedada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática de caça, pesca ou coleta de frutas, assim como de atividade agropecuária exploratória.

Resta saber qual será a postura do Instituto Chico Mendes. Quanto ao MST, já é possível suspeitar que o patrocínio do agronegócio orgânico em terras indígenas faz parte de sua tentativa de "bolivarizar" o Brasil e buscar mais espaço político, opondo o campo às cidades.

Se a retirada dos arrozeiros der ensejo a prósperos índios empresários do agronegócio, aproveitando as terras de cultivo dos brancos recentemente despejados com apoio do MST, "reserva indígena" passará a significar "reserva de mercado", o que seria coerente com a lamentável política de cotas implementada pelo atual governo, mas profundamente prejudicial aos interesses do país como um todo.

Movimento social alega ser alvo de perseguição - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 19/05/2009

MAB reage a prisão de militantes

Entidades de defesa dos direitos humanos intensificaram nos últimos dias as críticas ao Judiciário, sob a alegação de que promotores e juízes estariam conduzindo um processo de criminalização dos movimentos sociais em todo o País. O motivo das críticas agora é decisão da Justiça do Pará de manter na prisão quatro militantes – três homens e uma mulher – do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Eles estão detidos há 23 dias em presídios comuns de Belém, acusados de terem cometido quase uma dezena de crimes, entre os quais formação de quadrilha, sabotagem, incitação ao crime, resistência à prisão e invasão de estabelecimento industrial.

As detenções ocorreram no dia 26, quando o MAB invadiu os canteiros de obras das eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí – localizada no município que leva o mesmo nome, a 400 quilômetros de Belém, na região central do Pará. Na ocasião, o promotor de Justiça José Augusto Nogueira Sarmento tentou negociar a desocupação do local. Diante da recusa dos invasores, porém, determinou a prisão de 18 pessoas, encaminhando-as para Belém.

Na semana passada, 14 foram soltas pela Justiça de Tucuruí, atendendo a pedidos das organizações de direitos humanos.

Ficaram detidas as que representam maior perigo para a segurança pública, segundo o promotor. "Em nome das mazelas do País e por conta da omissão do Estado, os movimentos sociais cometem todo tipo de excesso, sem que sejam responsabilizados por isso", explicou o promotor. "Alguém tem que pôr freio nisso."

O promotor lembrou que essa não foi a primeira invasão na hidrelétrica. Em 2007, militantes do MAB chegaram à casa de máquinas, ao centro de controle da obra que responde por quase 90% do fornecimento de energia elétrica no Pará. "Não estou preocupado em criminalizar movimentos sociais, mas sim em responsabilizar as pessoas pelos seus atos",afirmou Sarmento. "Se fizerem protestos pacíficos, sem manter pessoas em

cárcere privado, sem facões, sem violência, as autoridade irão até providenciar segurança para garantir a liberdade de manifestação."

Em Belém, entidades, ligadas a movimentos sociais tentam obter a libertação dos quatro detidos. De acordo com a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Pará), Mary Cohen, as prisões em Tucuruí fazem parte de um processo mais amplo, que envolve o Ministério Público de vários Estados,como intuito de criminalizar os movimentos.

"Os presos são pessoas comuns que participavam de um ato legítimo de protesto contra o não cumprimento de acordos feitos com a empresa federal Eletronorte", afirmou. "Caberia no máximo uma ação civil de reintegração de posse, mas nunca acusações criminais. O que move essas pessoas são razões políticas, não criminosas. Não poderiam estar em presídios, ao lado de presos comuns."

Para a diretora da MAB na região, Daiane Carlos Höhn, a construção das eclusas, para facilitar a navegação no Rio Tocantins, implicou expulsão de famílias que viviam na região. "Elas não foram indenizadas", disse. "Isso sempre acontece: a empresa até hoje não indenizou as famílias expropriadas durante a construção da usina, assim como não cumpriu os acordos para a criação de cooperativas destinadas a melhorar a renda das famílias."

A assessoria da imprensa da Eletronorte negou as acusações.

Disse que todas as famílias atingidas pela construção da hidrelétrica foram indenizadas. E que as atingidas pelas obras das eclusas também estão recebendo indenização.

Quanto às cooperativas, acertadas por meio de acordos, "estão atuantes e produzindo", segundo a assessoria.

MST invade fazenda do governo da BA – Biaggio Talento e Alean Rodrigues – O Globo – O País – 19/05/2009

Sem-terra assinaram termo de responsabilidade contra danos ao patrimônio

SALVADOR. Cerca de 300 militantes do Movimento dos Sem Terra (MST) invadiram ontem mais uma propriedade do governo baiano: a fazenda da Estação Experimental Cruzeiro Mocó, da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), em Feira de Santana. Mês passado, tinha sido ocupado o prédio da Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária do estado.

A estação desenvolve pesquisas e transfere tecnologia para agricultores familiares. A direção da EBDA pediu reintegração de posse. Para se garantir contra atos de vandalismo, técnicos do governo fizeram uma lista dos equipamentos existentes na estação, bem como o plantel de animais. Um termo de responsabilidade foi assinado pelos representantes do MST. A direção da EBDA afirmou que foram tomadas "todas as providências para que tudo venha a ser resolvido da melhor maneira".

Entre as pesquisas paralisadas está a de melhoramento genético em 394 animais, incluindo bovinos e caprinos leiteiros.

A estação disponibiliza reprodutores e matrizes aos produtores, através de leilões. Os agricultores são orientados sobre manejo sanitário, reprodutivo e alimentar dos animais. Apesar de tudo isso, o MST entende que a unidade não cumpre seu papel social e dá prejuízos ao estado. Por isso, pode ser destinada à reforma agrária.

— Esta área está praticamente inativa, com poucos animais, casas abandonadas e cercas quebradas, ocupando uma grande quantidade de terras e gerando um alto custo para o Estado.

Reivindicamos a criação de um assentamento com mil famílias — afirmou Weldes Queiroz, da direção estadual do MST.

Agricultores protestam em 12 Estados por melhoria no campo – Folha de São Paulo – Brasil – 20/05/2009

Trabalhadores rurais realizaram protestos em 12 Estados por melhorias nas condições de trabalho no campo. Houve bloqueios de rodovias e manifestações em frente a bancos e órgãos de governos.

O MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) organizou a jornada, que contou com o apoio do MST e da Via Campesina. Os manifestantes pedem crédito para a produção de alimentos, regularização fundiária, melhoria na infraestrutura do trabalho e moradia. Neste ano, incluíram na pauta a questão das enchentes no Nordeste e a seca no Sul.

Houve atos, diz o MPA, em Espírito Santo, Paraná, Rondônia, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Alagoas.

No Rio Grande do Sul, a polícia disse que houve bloqueios de rodovias e pontes em quatro pontos do Estado. Cerca de 1.500 pessoas, segundo o movimento, saíram de Guaíba em direção a Porto Alegre, onde devem realizar ato hoje. Em São Borja, na BR-285, houve bloqueio da ponte na fronteira com a Argentina. Em Iraí e Vacaria, houve bloqueio de rodovia.

Em Araçuaí, na região do Vale do Jequitinhonha (MG), agricultores fizeram protestos em frente à agência do Banco do Brasil.

No Espírito Santo, cerca de 1.500 agricultores, de 28 cidades, percorreram as ruas de Vitória e foram recebidos pelo governo estadual.

No Paraná, uma marcha com 400 integrantes do MST e da Via Campesina segue em direção a Curitiba. A previsão é que cheguem no dia 4.

Em Goiás, a polícia informou que agricultores e sem-terra bloquearam a BR-153 pela manhã, entre Uruaçu e Campinorte. Em Rondônia, integrantes do MPA foram recebidos por secretários estaduais em Porto Velho.

Na Bahia, o MPA protestou em Vitória da Conquista. Também foram feitas marchas em

Ponto Novo e Bonfim. Em Pernambuco, houve atos no sertão do Araripe. Em Serrana (SP), 72 famílias do MST desocuparam uma área da fazenda Martinópolis. Cerca de 120 PMs acompanharam a retirada. Sem-terra reivindicam o local sob a justificativa de que a Martinópolis tem dívida com o governo que ultrapassa o valor de sua área. O advogado disse que questionamentos devem ser feitos à Justiça.

Sem movimentos sociais, Judiciário instala fórum sobre conflitos agrários – Sítio Eletrônico do MST – 20/05/2009

Alvo preferencial dos movimentos sociais e das entidades patronais que atuam no campo, o Judiciário aposta agora no "Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários" como o seu principal instrumento de "pacificação" das disputas de terras no país. O fórum foi instalado na última segunda-feira (11/5) em Brasília a partir de uma sugestão do ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que coordena os trabalhos.

O fórum, que tem caráter permanente, aprovou um documento com 50 recomendações para enfrentar os atuais conflitos fundiários rurais e urbanos e agilizar processos ligados à posse das terras. Entre as principais propostas, estão a criação de Varas Agrárias, a mediação dos conflitos, a capacitação de magistrados e a reforma nos sistemas de registro de imóveis em cartórios - foco de inúmeras fraudes. Numa iniciativa de apoio concreto a uma matéria que tramita no Congresso, foi declarada posição favorável à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 438/2001, a "PEC do Trabalho Escravo".

"A questão que mais apareceu é a especialização da Justiça, focando mais no direito agrário, e não no direito civil, que protege mais a propriedade em detrimento dos camponeses", analisa o advogado Darci Frigo, coordenador executivo da ONG Terra de Direitos, que acompanhou o encontro.

A despeito de algumas sinalizações positivas na questão social, Darci Frigo pondera que o espaço ainda não possui um foco definido. "A forma como as forças conservadoras vão se posicionar é o que vai definir. Esse fórum vai orientar as ações do Judiciário", antecipa.

A iniciativa surge num momento no qual o Judiciário tenta emplacar uma "agenda positiva" sobre a questão agrária em meio à insatisfação generalizada. Entidades patronais, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) - participante do encontro -, reclamam que há uma suposta omissão da Justiça que coloca em risco o direito de propriedade.

Já os trabalhadores rurais argumentam que o Judiciário não está contribuindo para o fim da

impunidade. Diversos exemplos são citados, como o assassinato de Dorothy Stang, a chacina dos fiscais do trabalho em Unaí (MG) e o massacre de Eldorado dos Carajás (PA). O MST, um dos principais movimentos sociais do país, não foi convidado para discutir os rumos do Fórum.

Em discurso feito na cerimônia de abertura, o ministro Gilmar Mendes disse que o novo espaço é uma resposta à demanda da sociedade, que estaria "diuturnamente confrontada por quadros de desordem urbana e agrária em cuja raiz entremeiam-se desde antológicos conflitos coletivos pela posse da terra até questionadas ou discutíveis desapropriações". Na Justiça Federal, tramitam atualmente 200 processos de desapropriação de áreas rurais.

Gilmar Mendes vê situações cotidianas de conflito que remetem a "cenários medievais". Ele disse ainda que a iniciativa representa mais um passo na "modernização" da Justiça brasileira, que visa tornar a resolução dos conflitos fundiários rurais e urbanos mais célere e eficaz. "O Brasil chegou ao século 21 sem ter resolvido um problema com raízes no século 16", afirma.

O relatório anual "Conflitos no Campo Brasil 2008", divulgado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), aponta que houve 28 assassinatos no ano passado, igual ao índice verificado em 2007. Ao todo, foram 1.170 conflitos agrários. O levantamento também compila diversas tentativas de homicídio, ameaças de morte, prisões, agressões e despejos. Outro aspecto negativo foi o recorde histórico de denúncias sobre o uso de mão-de-obra escrava.

Indefinição

Ao todo, são cinco grupos de trabalho no fórum. Eles discutem especialização agrária de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público (MP), a regularização fundiária urbana, o Estatuto da Cidade como instrumento de resolução de conflitos, o combate ao trabalho em condições análogas às de escravo e a função social da propriedade, e a atual realidade fundiária.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho, estiveram presentes na discussão, além de representantes do Ministério das Cidades, do MP e do CNJ. A ausência da defensoria pública e das organizações camponesas foi motivo de questionamento por parte de alguns integrantes, que chamaram a atenção para a necessidade de democratização do espaço.

A possível participação dos movimentos sociais e a definição dos integrantes do Comitê Executivo - responsável por elaborar a agenda de trabalhos - está a cargo do ministro Gilmar Mendes, desafeto público do MST. O magistrado já fez diversas declarações críticas ao repasse de recursos públicos a entidades que atuam na luta pela terra e contra as ocupações no campo. O próximo encontro do fórum está previsto para ocorrer em

setembro.

Função social

O advogado Darci Frigo afirma que o Judiciário ainda interpreta de forma "muito estreita" a Constituição. Ele lembra que a função social da propriedade abrange a produção, o respeito ao meio ambiente, o direito ao trabalho digno e a garantia do bem-estar. "Hoje só aplica (o direito) sobre a questão da produtividade", diz. Para ele, se a Justiça trabalhasse com uma visão "mais aberta", sob monitoramento e pressão da sociedade, em articulação com as políticas públicas, haveria mais possibilidade de avanço.

Já o ministro Gilmar Mendes reconheceu a existência dos diversos espaços nos quais já são discutidas e implementadas medidas sobre o tema dos conflitos fundiários rurais e urbanos. "Nossa missão não é substituir-nos aos órgãos governamentais responsáveis pelas políticas públicas", garante.

No entanto, ele preferiu destacar a importância de descobrir "as causas do reiterado descumprimento de decisões judiciais em algumas regiões do país".

O presidente do STF não citou diretamente o caso do Pará. Em março deste ano, a CNA e a Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa) entraram com um pedido de intervenção federal no estado para que fossem cumpridos os mandados de reintegração de posse pendentes. A governadora Ana Júlia Carepa (PT) é criticada pela CNA por supostamente ser leniente com os movimentos sociais do campo brasileiro.

Diálogo

Segundo o relatório divulgado pela CPT, a principal pressão contra os movimentos sociais em 2008 veio do Poder Judiciário. Em junho do ano passado, o Conselho Superior do MP do Rio Grande do Sul chegou a pedir a "dissolução" do MST. O promotor Gilberto Thums, que esteve no evento do CNJ, foi o responsável por uma ação civil pública que tentou declarar o MST "ilegal" (confira matéria). Denúncias foram encaminhadas à Organização das Nações Unidas (ONU) contra a criminalização dos movimentos sociais.

A atual iniciativa do CNJ procura adotar um discurso mais conciliador. "Temos que buscar uma dinâmica própria para as ações de desapropriação e possessórias, de modo a assegurar o processo adequado e efetivo de distribuição de terras. É importante repensar a lógica de tramitação das ações discriminatórias, voltadas à identificação das terras devolutas, como forma de prevenção de novos conflitos no campo", pondera Gilmar Mendes.

Na sua análise histórica, ele defendeu ainda que o Estatuto da Terra "patrocinado pelo governo de 64" foi "bem intencionado", apesar de ser uma tentativa "infrutífera" de

enfrentar a questão fundiária brasileira. "Com um texto abrangente e bem elaborado, e tendo como metas a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura, o Estatuto não alcançou efetividade na distribuição das terras", adiciona o chefe do Judiciário.

O magistrado reconheceu o "deplorável quadro de grilagem" na Amazônia. "Nos livros de notas, de várias unidades, são encontradas folhas em branco, vício que enseja a lavratura de escrituras com datas atrasadas". Para Darci Frigo, essa postura evidencia uma mudança de estratégia. "Ao mesmo tempo em que ataca os movimentos sociais, Mendes tem que dar uma resposta para uma série de conflitos nos quais o Judiciário é o principal responsável".

Minc propõe alívio para pequenos agricultores – O Globo – O País – 21/05/2009

Ministro acusa ruralistas de insuflar produtores familiares contra mudanças no Código Florestal

Antevendo uma derrota no Congresso, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, aliou-se a agricultores familiares para conseguir emplacar mudanças no Código Florestal. Para o ministro, pequenos agricultores devem ter tratamento diferenciado no que se refere à recomposição de áreas desmatadas porque, historicamente, são mais conservacionistas do que donos de grandes propriedades. Segundo o ministro, o agronegócio tem usado produtores familiares como massa de manobra para flexibilizar as leis.

— Os pequenos agricultores têm ciência ambiental. Vamos dar tratamento diferenciado à produção familiar, para fazer face ao rolo compressor dos ruralistas e terminar com esse terrorismo em cima do pequeno agricultor, que acaba sendo arregimentado para interesses daquele que quer passar a motosserra e o trator em cima do que restou — disse Minc. O ministro defende que agricultores familiares contabilizem de forma conjunta as duas parcelas de terra que têm que preservar: as Áreas de Proteção Permanente (APPs) e a reserva legal.

Com isso, sobra mais para o plantio comercial.

— É mais esperneio do que proposta. O maior inimigo é o governo — reagiu Mário Mantovani, da ONG SOS Mata Atlântica.

Para especialista, MP 458 serve só aos interesses de grileiros e funcionários do Incra – Sítio Eletrônico do MST – 21/05/2009

Contrariando as últimas declarações polêmicas do Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que colocou a Medida Provisória 458 como uma "Vitória Ambientalista", o especialista em ocupação humana e conflitos agrários na Amazônia e professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), Ariovaldo Umbelino de Oliveira, criticou a medida e afirmou que "a MP fere o princípio constitucional de função social da terra". As declarações foram dadas em uma conferência de imprensa realizada pela empresa Oboré e Projetos Especiais de Comunicação e Arte - no sábado (16/5).

Oliveira entende a 458 como uma terceira tentativa de legalizar a grilagem de terras, sucedendo as medidas 252 ("MP do Bem") e 422. "A MP 458 não é necessária, pois já existe legitimação das posses destas terras na legislação. A medida surgiu somente devido ao interesse de funcionários do Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária]", afirmou.

Durante sua exposição, que durou cerca de 30 minutos, Oliveira criticou também os projetos fundiários do governo na Amazônia Legal. "O Estado não deveria alimentar assentamentos na Amazônia. Não há esta necessidade. O problema é que o Estado não criou mecanismos para regular suas próprias terras. Estão ao sabor das elites", afirmou o pesquisador.

A Medida Provisória 458 permite à União transferir, sem licitação, terrenos de sua propriedade, de até 1,5 mil hectares, aos ocupantes das áreas na Amazônia Legal.

Oliveira soma-se à maioria dos ambientalistas e entidades da sociedade civil organizada que já batizaram a 458 de "MP da Grilagem", e não vêem nenhuma vitória, a não ser a dos grileiros e da impunidade.

Ataque às instituições

Durante a entrevista coletiva realizada após a conferência, as críticas do pesquisador ao modelo de gestão empregado na Amazônia continuaram. Desta vez voltadas às instituições públicas e privadas que atuam na região. Questionado sobre a eficiência dos mecanismos do controle de desmatamento, Oliveira foi direto. "Não há condições de controle pelo Estado Brasileiro".

O pesquisador destacou que os programas, como o monitoramento realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) é muito bom, mas esbarra na falta de continuidade.

"O problema está nas equipes de fiscalização. O Ministério do Meio Ambiente não tem nenhum corpo funcional para tanto", explicou o pesquisador.

Outra instituição que representa grande problema ao país, segundo Oliveira, é o Incra. O pesquisador, que diversas vezes já prestou consultoria técnica ao instituto, afirmou que o órgão não cumpre sua função devido a um desalinhamento ideológico. "O problema é que grande parte dos funcionários do Incra são contra a reforma agrária", afirmou.

Oliveira também destacou diversos casos de corrupção que se tornaram públicos nos últimos anos na instituição e denunciou um "propagandismo político" por parte do órgão. De acordo com o pesquisador, o atual número de assentados divulgado pelo Incra em 2008 (500 mil famílias) seria falso. Segundo ele, essa quantidade de assentamentos é, na realidade, relativo ao trabalho feito pelo instituto nos últimos anos.

O pesquisador criticou, inclusive, o sistema de exploração da floresta. "No Brasil há um capitalismo de rapina, que quer enriquecer muito rápido e não dar continuidade à sua atividade", afirmou. Para ele, o grande risco não está nas companhias estrangeiras que visam a floresta, mas sim nas nacionais "Precisamos olhar com muito cuidado como as empresas nacionais estão cuidando da Amazônia", concluiu.

Árabes querem terras no Brasil – Estado de São Paulo – Economia – 22/05/2009

Agência de investimentos saudita enviou diretores ao País

As fortunas árabes obtidas com o petróleo serão usadas na compra terras no Brasil para garantir o abastecimento de alimentos nesses países, informou o presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, Salim Schahin. Na próxima semana, a cúpula da Autoridade Geral de Investimentos da Arábia Saudita vem ao Brasil para avaliar áreas para compra.

A Líbia já destinou parte de suas reservas para a compra de terras e está em negociações também no Brasil. “Estamos ainda em uma fase de exploração”, disse Schahin. Nesta semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez a primeira viagem de um chefe de Estado brasileiro à Arábia Saudita.

A busca por terras é um dos principais objetivos dos árabes, que, nos últimos anos,acumularam reservas bilionárias, mas continuam com problemas de abastecimento de alimentos.

Ossauditas,noiníciodoano,decidiram criar um fundo especial apenas para essas operações de compras de terras.

Os sauditas ainda avaliam a possibilidade de comprar terras no Sudão, Ucrânia, Paquistão e Tailândia. Até o Grupo Bin Laden, com sede na Arábia Saudita, também lidera operações de busca de terras aráveis.Um dos projetos em discussão é a aquisição de 500 mil hectares de arrozais na Indonésia. No Paquistão, os sauditas podem levar 1milhão de hectares.

Na Etiópia, onde a fome atinge mais de 5 milhões de pessoas, os sauditas investiram mais de US$100 milhões na produção de trigo e arroz.O valor é o mesmo que as Nações Unidas gastam todo ano para alimentar a população do país considerado berço da raça humana.

Os líbios insistem que o Brasil é parte da estratégia da busca por terras. Trípoli tem US$ 500 milhões para investir na América Latina. Mas as autoridades deixaram claro aos empresários brasileiros que grande parte desse dinheiro será usado no setor agropecuário.

Estudo do Instituto Internacional de Pesquisas de Políticas de Alimentação (Ifpri, em inglês), apresentado há uma semana em Genebra, aponta que os acordos de venda de terras por governos a estrangeiros pode somar US$ 30bilhões, envolvendo a aquisição de 20 milhões de hectares, a grande maioria em países pobres.

Roraima, 20anos depois, recebe terras da União – Estado de São Paulo – Nacional – 23/05/2009

Constituição de 1988 criou o Estado, mas titularidade de duas glebas permanecia com o governo federal

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, participaram ontem do ato de assinatura de dois títulos de doação de terras que transferiram mais de 2 milhões de hectares de áreas federais para o Estado de Roraima.

O evento foi realizado no Salão Nobre do Palácio Senador Hélio Campos, em Boa Vista. Os títulos foram assinados pelo superintendente do Incra em Roraima, Titonho Beserra, e pelo governador do Estado, Anchieta Júnior (PSDB). Cassel assinou como testemunha.

O repasse das primeiras faixas de terras da União, as glebas Cauamé e Caracaraí, ocorreu 20 anos após a criação do Estado,em1988, pela Constituição, e quatro meses após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter assinado uma medida provisória e um decreto determinando a transferência de 6 milhões de hectares.

Nas duas glebas, estão a capital de Roraima, Boa Vista, e os municípios de Alto Alegre, Mucajaí, Iracema e Caracaraí. Ali, se concentram o maior número de imóveis rurais e as posses mais antigas do Estado, que segundo o governador Anchieta Júnior agora serão regularizadas, com a emissão dos títulos definitivos de posse.

O ministro Guilherme Cassel destacou que o ato "é uma conquista para Roraima e uma prova de que o Estado brasileiro é eficiente e eficaz".

INVESTIMENTO

Ele afirmou que, a partir de agora, o Ministério do Desenvolvimento Agrário intensificará sua ação no Estado, com a oferta de crédito rural, de assistência técnica, seguro agrícola e apoio à comercialização dos produtos.

A reivindicação de Roraima é antiga. Ao todo, eram cobrados 5 milhões de hectares de terra.

O presidente do Incra lembrou que o repasse confere legalidade e segurança jurídica ao ordenamento territorial de Roraima, mas manifestou preocupação quanto à destinação das terras a partir de agora.

"Meu sonho é que essas terras doadas sejam destinadas prioritariamente aos agricultores familiares, para gerar emprego e renda e assegurar a preservação do meio ambiente", afirmou Hackbart. É que setores ligados ao movimento de reforma agrária alertam para os riscos de essas terras serem entregues a grandes latifundiários.

REDENÇÃO

Para o governador Anchieta Júnior, o repasse foi um "marco histórico" e representa a "redenção econômica" de Roraima.

"Com isso, o governo federal garante ao amazônida e ao roraimense o direito de explorar com sustentabilidade as terras que ocupam".

Segundo ele, mais de 2.200 produtores serão beneficiados.

Governo vai transferir 13% das terras da União na Amazônia Legal – Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida $ - 24/05/2009

Medida é parte da regularização fundiária; área equivale à França e metade dela vai para as mãos de particulares

O governo federal vai transferir13% de terras da União localizadas na Amazônia Legal. São 674 mil quilômetros quadrados – praticamente uma área igual a da França. Pelo menos metade dessa área, 340 mil km2, vai para particulares, apesar de o governo não saber quem a ocupa nem se essa ocupação foi pacífica ou de má-fé.

Os outros 334 km2 (área maior do que a Polônia) estão divididos oficialmente em 196 mil posses registradas no Incra, das quais cercade10% apenas são legais.

Mas o próprio governo acredita que esse número é muito maior. "Achamos que vamos a 300 mil posses", diz Carlos Guedes de Guedes, coordenador do programa Terra Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA).

O Terra Legal é a divisão do MDA responsável por colocar em prática um dos textos mais polêmicos em discussão hoje no Congresso: a Medida Provisória 458/2009, que dispõe sobre a regularização fundiária da Amazônia Legal. A indefinição sobre quantas posses há na região é apenas uma de suas facetas problemáticas.

Ambientalistas e grupos sociais a apelidaram de "MP da grilagem".

Em vigor desde fevereiro, a MP sofreu na semana passada uma série de modificações na Câmara que facilitam o processo para o posseiro tornar-se proprietário da terra que cobiça (*mais informações nesta página*).

O texto está no Senado, onde a relatora será a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Para Guedes, a intenção é desburocratizar.“Anteserafeita uma análise imóvel a imóvel, que acabava transformando a regularização em exceção, não regra. Agora vamos identificar a situação de fato.”

OPOSIÇÃO

Para ambientalistas, as modificações no texto não cumprema função social da posse prevista na Constituição – a de beneficiar quem precisa da terra para sobreviver–e vão premiar invasores que usaram violência.“

Esse não é um mercado em que todo mundo age de boa-fé. É o contrário. Há artimanhas clássicas, como a fraude de documento se laranjais, quando uma pessoa acumula mais de uma posse com o uso de laranjas”, diz o advogado Rauldo Valle,do Instituto Socioambiental (ISA). “Geralmente a posse do laranja se sobrepõe à do ‘legítimo’proprietário, o ‘seu Zé’,que é expulso. Hoje esse processo acontece de forma clandestina, mas será estimulado como título definitivo.”

Segundo Guedes, o MDA formará uma rede de denúncias anônimas para evitar que os “laranjais” virem latifúndios e os posseiros mais carentes não recebam o benefício.A rede seria alimentada por órgãos oficiais, como Ministério Público, organizações sociais e quem se predispor a falar. Cada denúncia, diz ele, será encaminhada para análise em campo – porém, só nos meses de seca, pois a chuva que atinge a região durante metade do ano interrompe estradas e inviabiliza a checagem.

“No inverno amazônico (*épocada chuva*), faremos trabalho de escritório para planejar a identificação de posses no verão.”

A falta de ordenamento territorial na Amazônia é um dos cernes do desmatamento. Não saber quem está na terra significa não saber o que é feito dela. Por outro lado, a regularização permite ao posseiro obter dinheiro para nvestir.“Essa MP é a legalização do crime. Os grandes posseiros que grilaram ou se apossaram de terras com violência, que devastaram a floresta e cometeram crimes ambientais, vão ser premiados em vez de receber punição”, afirma o advogado da Comissão PastoraldaTerranoPará,

JoséBatista Afonso. “Esse é um processo de privatização, que acontece sem debate e abre brecha para novas regularizações”,diz o pesquisador Paulo Barreto, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

“Historicamente, é o que tem acontecido na Amazônia.”

‘Isso cria uma espécie de processo de enxugar gelo’

Para a ex-ministra do Meio Ambiente, que quer mudar aMP458,em menos de dez anos a terra volta às mãos de poucos

A senadora Marina Silva (PTAC), ex-ministra do Meio Ambiente, prepara-se para tentar derrubar no Senado artigos incluídos na MP 458/2009, que ela vê como desconectada da realidade fundiária encontrada na Amazônia Legal. “Quem estuda a situação fundiária

sabe que, no caso da Amazônia, em menos de dez anos a terra é novamente concentrada nas mãos de poucos." A seguir, trechos da entrevista.

Por que a sra. é contra esse texto que passou na Câmara?

Primeiro, dificilmente a pessoa vai declarar que a posse é ilegal, que a ocupação não foi mansa e pacífica. Outro aspecto é que, para passar a terra pública para um particular, há dois requisitos constitucionais: quando se trata de altíssima relevância social e quando cumpre com a função social da terra. Os que entraram ilegalmente e usaram violência não cumprem a função social, e quem tem posses e não há nenhum problema social a ser atendido também não cumpre esse preceito. Além disso, foi estabelecido que, após três anos, pode haver a venda da propriedade. Isso cria uma espécie de processo de enxugar gelo. Quem assegura que ele não vai grilar nova terra para, daqui a alguns anos, outra MP legalizar o acesso novamente?

Os posseiros não têm direito à terra onde trabalham há tantos anos?

Quem estuda a situação fundiária sabe que, no caso da Amazônia, em menos de dez anos a terra é novamente concentrada nas mãos de poucos. Há um processo muito grande de concentração, até mesmo em projetos de assentamento. E também sabemos que há a figura do laranja, que divide uma propriedade com o cunhado, com o vaqueiro...

OMDAdiz que haveráumsistema anônimo de denúncia para evitar os laranjais. Qual é sua opinião?

A história não tem sido favorável com os poucos que conseguem denunciar. Os que ousam, mesmo os que fazem parte de alguma organização, que têm certa visibilidade e proteção social, são assassinados. O Estado é uma estrutura enorme e mesmo assim é impotente diante da violência. Não dá para o Estado se esconder atrás de pessoas vulneráveis.

O sistema é anônimo, mas os problemas têm um território. Os que conhecem o problema ficam muito próximos. As pessoas comuns não vão fazer isso (*denunciar*).

Qualé oimpacto ambientalque podemos esperar daMP458?

Essas pessoas terão crédito, não importa se houve boa-fé ou não na ocupação. Isso se reveste também em remoção da floresta. Minha crítica não é contra a regularização fundiária. Dentro de uma estratégia de ordenamento territorial, ela contribui para diminuir ilegalidades e o desmatamento. Se não for associada ao zoneamento ecológico-econômico e ao ordenamento territorial, ela pode ter um grande impacto sim. Mas só vamos poder medir esse impacto nos próximos cinco, sete, oito meses. O texto tinha alguns problemas e outros foram agravados na Câmara.

Espero que no Senado a gente possa corrigir essas questões. O relator é que vai dizer se há prioridade para reparo desses problemas ou não.

Diálogo pode desengavetar projetos - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 24/05/2009

Ruralistas e ambientalistas têm cedido, o que deve permitir aprovação no Congresso de textos elaborados há anos

Um ainda tímido diálogo entre governo, bancada ruralista, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) eambientalistas pode enfim começar a tirar da gaveta projetos importantes para o meio ambiente e para o desenvolvimentodaeconomia– alguns do século passado, como a emenda constitucional que torna o cerrado e o pantanal patrimônios nacionais. Outro define o que são resíduos sólidos, que acabou de completar 18 anos.

Nessa mudança de comportamento, osdois lados têm cedido e mudado a atuação.

Os ruralistas não falam em desmatamento.

Dizem não querer mais árvores no chão. Apenas manter áreas existentes para o cultivo de grãos e alimentos e para o gado. "Como não falamos mais em desmatamento e não queremos que isso ocorra, as torcidas organizadas acabaram", diz a senadora Kátia Abreu (DEMTO), presidente da CNA e uma das líderes dos ruralistas."Queremos que o meio ambiente seja respeitado, consolidar o que já existe e manter a cobertura vegetal", acrescenta.

"A gente tem dialogado porque as duas partes estão cedendo. Também dá para perceber que há ruralistas que têm hoje posição mais centrada, que já pensam em resultados de longo prazo e não de curto, o que orientou o comportamento de muitos até aqui,apesar da pressão que as eleições exercem sobre eles, porque têm de dar satisfação para os eleitores, muitos também ruralistas. Também é preciso reconhecer que muitos deles estão fazendo a defesa legítima daquilo em que acreditam. Essa é a luta.O diálogo resolve", afirma o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ).

Um dos primeiros passos para o início do diálogo aconteceu recentemente, na votação na Câmara da Medida Provisória 458, que regulariza posses na Amazônia de até 1,49 mil hectares. Os ruralistas asseguraram vitórias, como a garantia da indenização de benfeitorias, a possibilidade de compradas terras por empresas e o direito à ampla defesa em caso de desmatamento irregular; os ambientalistas mantiveram a exigência do respeito à legislação ambiental.

Além disso, no último dia 15, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto estabelecendo o teto de 0,5% para a cobrança da compensação ambiental.

Agora, o porcentual não se aplica mais sobre o valor total do empreendimento. Descontará do total os custos do licenciamento ambiental e da redução dos impactos sobre o ambiente.

Até o ano passado era cobrado 0,5% sobre o valor total da obra, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a norma até que outro decreto fosse feito. Quem obtiver o título da terra não poderá desmatá-la.

Além disso, o beneficiário da titulação em áreas desmatadas terá de demarcar áreas de preservação permanente e de reserva que deverão ser recuperadas no prazo de dez anos.Quem desobedecer perderá o título. Por causa da falta de diálogo, a votação de projetos que tratam da legislação ambiental foi deixada de lado nos últimos anos. Sem condições de votar o Código Ambiental, por prever derrota, mas pressionado pelo desmatamento na Amazônia, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) editou por 67 vezes uma medida provisória que estabeleceu novos parâmetros para a proteção da Amazônia, cerrado e mata atlântica. Trata-se da MP 2.166/67, de 1996, que nunca foi votada. Como o Congresso mudou a Constituição e os trâmites das MPs, a do Código Florestal foi jogada num limbo.OSTF decidiu que ela e suas companheiras têm validade jurídica, até que se dê um destino a elas.

MUDANÇAS NO CÓDIGO

A bancada ruralista prepara ofensiva para mudar o Código Florestal, a começar do nome, que deverá ser Código Ambiental Brasileiro.

A intenção é apresentar projeto que estabeleça normas gerais a respeito do ambiente e deixar para a legislação estadual detalhes como a recomposição de áreas de proteção permanente.

"Queremos que as áreas consolidadas há décadas, importantes do ponto de vista socioeconômico, sejam preservadas", disse o diretor de Meio Ambiente da CNA, Assuero Veronez. "Se a legislação for aplicada, ninguém poderá trabalhar nessas áreas", prosseguiu. Desta vez, os ruralistas pretendem se preparar melhor e apresentar estudos científicos para defender suas posições. Contam com a ajuda de dois pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Nos estudos dizem que a lei atual impede o crescimento da atividade econômica e que não há base científica para transformar morros e encostas em área de proteção permanente.

Para a senadora Kátia Abreu, a Constituição dá razão aos ruralistas quando defendemumcódigo enxuto, que deixa para os Estados a definição a respeito das áreas de proteção permanente e de reserva legal. "Estamos só querendo cumprir a lei", afirmou Kátia Abreu.

Em reunião com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, parlamentares ligados a ambientalistas e representantes de agricultores familiares e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) decidiram que vão lutar contra mudanças que consideram descabidas no Código Florestal.

Mas querem um tratamento diferenciado para a legislação da agricultura familiar nas questões ambientais, o pagamento por serviços ambientais aos pequenos produtores, a regularização fundiária das pequenas propriedades e a desoneração, que implica compensar áreas degradadas com doações de áreas preservadas.

Nação Guarani – DenisLerrerRosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 25/05/2009

Ademarcação da Raposa-Serra do Sol já aparecia como o prelúdio do que estava por vir. Apesar das ressalvas aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal, que tornaram menos aleatórias e arbitrárias as demarcações e homologações de terras indígenas, o processo de relativização da propriedade privada e da soberania nacional segue agora o seu curso. Imediatamente após a decisão do Supremo, as agremiações ditas movimentos sociais, como o MST e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ala esquerdizante da Igreja Católica, deflagraram um processo de fragilização dessas ressalvas, procurando, nos fatos, mostrar que a lei a eles não se aplica.

Tornaram ainda mais explícitas suas posições contra a economia de mercado, a propriedade privada, o agronegócio e o Estado de Direito. Vejamos.

OCimi e os ditos movimentos sociais estão entrando numa nova etapa de formação da opinião pública nacional e internacional, propugnando pela formação de uma nação guarani. As publicações *Porantim* (Cimi) e *Sem Terra* (MST) já trazem matéria a esse respeito, pois essas organizações têm plena consciência de que sem o apoio da opinião pública nenhuma transformação política pode ter lugar. As mentes precisam ser conquistadas para que haja um espaço de abertura para mudanças. Eles estão cientes de que a política moderna, a das democracias representativas, está alicerçada na opinião pública. Utilizam-se, nesse sentido, da democracia para subvertê-la, arruinando as suas instituições.

Para que se tenha ideia da enormidade que está sendo tramada, a dita nação guarani abarcaria partes dos seguintes Estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. O foco é o Estado de Mato Grosso do Sul num primeiro momento e, logo após, Santa Catarina e Espírito Santo. Cabe ressaltar que é emMato Grosso do Sul que essa luta se vai travar prioritariamente.

Eles reconhecem que perderam nesse Estado a primeira batalha política junto à opinião pública pela disputa desses territórios indígenas. Houve forte reação de proprietários rurais, parlamentares e do próprio governador, impedindo uma primeira tentativa de amputação de cerca de um terço de seu território.

Naquele então, o discurso apresentado era de que se tratava apenas de uma nova demarcação, que corrigiria uma "injustiça" histórica. Em suma, afetaria apenas alguns proprietários.

Ora, já naquela ocasião o que estava em pauta era a formação de uma nação guarani, projeto que ainda não dizia explicitamente o seu nome. Agora estão preparando a segunda batalha, com a bandeira guarani orientando os seus movimentos.

Novas portarias da FUNAI se inscrevem nesse processo em curso.

Anação guarani não está, porém, restrita a esses Estados brasileiros, mas se estende a outros países: Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Segundo eles, a Bolívia já trilha

esse caminho político, necessitando apenas ser apoiada no que vem fazendo, destruindo, na verdade, as frágeis instituições daquele país. O foco, aqui, seria o Paraguai, onde o processo se inicia com um presidente simpatizante da "causa" e que, via Teologia da Libertação, compartilha os mesmos pressupostos teóricos do Cimi, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do MST.

Entendem-se, portanto, melhor a sustentação dessas agremiações políticas ao presidente Lugo e a política adotada de apoio às invasões das terras dos brasiguaios.

A identidade brasileira não lhes interessa.

Para granjear a simpatia da opinião pública internacional criaram um site global, hospedado nos EUA, assumido por uma ONG holandesa e alimentado pela regional do Cimi de Mato Grosso do Sul. Observese que é o próprio Cimi que elabora o conteúdo de um site internacional (*www.guarani-campaign. eu*), visando a interferir, dessa maneira, nos assuntos brasileiros, escolhendo como alvo o Estado de Mato Grosso do Sul. Aliás, o site é muito bem feito, começando por uma apresentação gráfica da América Latina sem fronteiras, sob o nome de Ameríndia. A verdadeira América Latina seria a pré-colombiana.

Provavelmente pensam, no futuro, em expulsar todos os brancos e negros, europeus, africanos e asiáticos, que deram, pela miscigenação, a face deste nosso Brasil!

Como não poderia deixar de ser, o site comporta várias versões: em português, inglês e holandês, estando prevista a sua ampliação para o alemão. Para quem se preocupa com a opinião pública internacional, busca apoio político e financiamento na Europa e nos EUA, uma ferramenta desse tipo é vital. É ela que terminará alimentando as pressões exercidas sobre o Brasil e subsidiará, também, os formadores de opinião nacionais e internacionais.

Consoante com esse trabalho, foi elaborando um mapa da nação guarani, denominado Guarani Retã, que englobaria os Estados brasileiros acima listados e os países latino-americanos vizinhos. Chama a atenção o fato de a América Latina ser apresentada como um território verde, sem fronteiras nacionais, com o lema "terra sem males". Procedimento semelhante foi adotado com o mapa quilombola, elaborado pela Universidade de Brasília, que orienta hoje as ações da Fundação Palmares, do Incra e dos ditos movimentos sociais. A estratégia política é a mesma.

O Cimi, em suas publicações, reconhece ainda a aliança estratégica com o MST, que lhe ofereceu apoio logístico e organizacional em invasões e outras manifestações, como campanhas de abaixo-assinados. Exemplo recente seria Roraima, com "assessores" emessetistas "ajudando" os indígenas em plantações de arroz. Esses "brancos", aliás, podem lá entrar! Reconhecem, inclusive, que tal aliança foi operacional no Espírito Santo, na luta contra a Aracruz, pois, como se sabe, as plantações de eucaliptos e a indústria de papel e celulose são símbolos, a serem destruídos, do agronegócio.

Outros já estão na mira

Incra vai vistoriar cumprimento de leis ambientais e trabalhistas – Eduardo Scolese e Leticia Sander – Folha de São Paulo – Brasil – 28/05/2009

Fazendas que não seguirem legislações serão passíveis de desapropriação

O governo federal anunciou ontem que técnicos do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) responsáveis pela vistoria de terras passíveis de desapropriação para a reforma agrária vão avaliar, além da produtividade da área, se o fazendeiro cumpre a legislação ambiental e trabalhista do país.

A medida foi anunciada por um grupo de ministros -entre eles Dilma Rousseff (Casa Civil)- aos representantes da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), que reuniu nesta semana cerca de 4.000 integrantes em Brasília para cobrar medidas para a reforma agrária e para a agricultura familiar.

Essa "norma de execução" do Incra, publicada ontem do "Diário Oficial", ainda precisa de ajustes no próprio governo. Por exemplo: uma portaria interministerial (Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente) vai listar quais serão os crimes ambientais a serem considerados pelos técnicos.

A questão trabalhista também é passível de regulamentação interministerial. "[Essa medida] amplia a possibilidade de desapropriação e amplia o leque do trabalho do Incra", disse o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário). "A partir de agora os funcionários do Incra estão autorizados a fazer esta fiscalização", completou.

Os ruralistas protestaram contra a medida. "É mais um abuso, dando superpoderes ao Incra", disse Luiz Antonio Nabhan Garcia, da UDR (União Democrática Ruralista). "Isso está completamente fora de foco. Vamos reagir", afirmou Cesário Ramalho, da SRB (Sociedade Rural Brasileira).

O cumprimento da chamada "função social" da terra consta da Constituição de 1988, mas hoje apenas a produção da área é levada em conta nas vistorias.

O governo federal também anunciou R$ 15 bilhões em créditos para a safra 2009/2010 da agricultura familiar.

Dilma à frente

Na tentativa de aproximar Dilma dos movimentos sociais, o governo a incumbiu ontem de anunciar, em nome de Lula, as benesses à Contag. No final de abril, quando vieram trazer ao governo suas demandas, os trabalhadores foram recebidos por Lula, seguindo a tradição.

Minc chama ruralistas de vigaristas, e PT se desculpa - Catarina Alencastro e Isabel Braga – O Globo – O País – 28/05/2009

Ministro acirra crise com agronegócio e
Caiado reage

BRASÍLIA. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, se exaltou ontem ao discursar para 4.000 agricultores familiares que marchavam em frente ao Congresso e chamou os ruralistas de vigaristas. A fala de Minc gerou reação no Congresso, obrigando o a se retratar, por intermédio do líder do governo, Henrique Fontana (PT-RS).

— Não podemos cair no canto da sereia. Fingem que são amiguinhos de vocês. Amanhã vão pedir para parar a reforma agrária, o crédito para a agricultura familiar. Não confiem nesses vigaristas! Estão querendo usar vocês contra o meio ambiente, quando a boa aliança é entre o ambientalista e a agricultura familiar — disse, do alto de um carro de som e com o boné da Contag, a confederação dos trabalhadores na agricultura.

Minc disse que "essa turminha rica" polui rios e fala como se representasse pequenos agricultores.

Acusou líderes do agronegócio de chantagear o governo para conseguir recursos: — Encolheram os dentes de vampiro, o rabinho de capeta.

Mas eles não enganam o povo.

O líder do DEM e deputado ruralista Ronaldo Caiado (GO) retrucou no plenário da Câmara: — Como responder a um desqualificado moral como esse? Esse homem não tem estatura, é irresponsável por tratar um segmento, o setor produtivo rural, com essas palavras. É um palavreado característico dele, nos morros do Borel e da Rocinha com traficantes. Não venha trazer esse palavreado para cá.

A pedido de Minc, o petista Henrique Fontana solicitou a palavra no plenário e disse que o ministro se exaltara, mas se preocupa com a aliança de latifundiários e agricultores familiares.

Em nota, Minc justificou seu discurso e reprovou a fala de Caiado: "Fiquei estarrecido com a virulência e o baixo nível das expressões. Repudio suas alegações de qualquer contato meu com traficantes. É uma afirmação falsa, não condizente com a liturgia do cargo".

Fazenda de Dantas acusa sem-terra de abater gado – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2009

Líder do MST e Fetagri negam participação em ação no Pará

DA AGÊNCIA FOLHA

A Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S.A., que tem entre seus acionistas o banco Opportunity, de Daniel Dantas, acusou movimentos de sem-terra que atuam na sudeste do Pará de furtar e abater gado em uma de suas propriedades localizada entre os municípios de Curionópolis e Xinguara.

A região é foco de conflito entre seguranças da empresa e grupos de sem-terra, que invadiram diversas áreas pertencentes à agropecuária. Desde abril deste ano, 11 sem-terra e um segurança ficaram feridos a tiros nos confrontos.

Segundo a assessoria de imprensa da agropecuária, na terça-feira passada funcionários da fazenda Mundo Novo encontraram pelo menos 69 cabeças de gado mortas, sendo 29 delas abatidas a tiros. Pouco antes, ainda segundo a empresa, agricultores sem-terra haviam sido flagrados conduzindo gado dentro da propriedade.

Os animais mortos foram avaliados, ao todo, em R$ 300 mil. Charles Trocate, líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Pará, negou envolvimento em eventual ação na área. A direção da Fetagri (Federação dos Trabalhadores da Agricultura) também disse que não participou dos supostos furto e abate.

Em nota, a Santa Bárbara criticou o governo do Estado do Pará pelo não cumprimento de reintegrações de posse e disse que não conseguiu registrar um boletim de ocorrência na delegacia de Marabá porque o sistema estava fora do ar.

A Secretaria da Segurança Pública disse que o Estado cumpre as reintegrações de posse seguindo uma ordem cronológica. Segundo sua assessoria de imprensa, ainda estão sendo cumpridas reintegrações expedidas antes de 2007.

A secretaria reconhece eventuais problemas nos sistemas das delegacias, mas disse que assim que a rede é restaurada os boletins de ocorrência voltam a ser elaborados. **(SF)**

Fazenda acusa sem-terra de abater gado – Folha de São Paulo – Brasil – 29/07/2009

A Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S.A., que tem entre seus acionistas o banco Opportunity, de Daniel Dantas, acusou movimentos de sem-terra que atuam na sudeste do Pará de furtar e abater gado em uma de suas propriedades localizada entre Curionópolis e Xinguara.

A região é foco de conflito entre seguranças da empresa e grupos de sem-terra. Segundo a assessoria de imprensa da agropecuária, na terça passada foram encontrados ao menos 69 bois mortos.

Charles Trocate, líder do MST no Pará, negou envolvimento em eventual ação na área. **(SF)**

Invasor do MSTé preso por seqüestro no Pará – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 30/05/2009

OnomedoMovimentodosSem-Terra (MST) acaba de ser envolvido no caso de um seqüestro relâmpago ocorrido em Parauapebas, interior do Pará. A históriacomeçounaquarta-feira, quando uma quadrilha, com quatro homens e duas mulheres, sequestrou o irmão de uma funcionária da agência do Banco Itaú e exigiu,emtrocade sua libertação, que entregasse o dinheiro dos cofres da agência.

Naquinta-feira,apolíciaconseguiu localizar e libertar o seqüestrado e prender cinco integrantes do grupo. O sexto, segundo o relato policial, morreu durante um tiroteio, ocorrido no momento da chegada ao local do cativeiro.

Ao verificar se os acusados tinham antecedentes criminais, odelegadoAntonioMiranda Neto constatou que um deles, WagnerdaSilvaCruz,de29 anos, já havia sido preso e indiciadoporcrimesdeinvasão, danoao patrimônio e formação de quadrilha. A prisão dele ocorreu em maio do ano passado, quando, ao lado de dezenas de outras pessoas, invadiu a sede da Cooperativa de Mineração de Garimpeiros de Serra Pelada, em Curionópolis, durante um conflito em torno dos direitos de exploração da cava de Serra Pelada. Wagner e outros quatro líderes da ocupação foram enviados para Belém e libertados dias depois, apósseremindiciados. Na ocasião, a coordenação estadual do MST protestou e afirmou que entre os detidos figuravam três dirigentes regionais do movimento, citando seusnomes.Umdoscitadosera Wagner da Silva. Aoser interrogado pelo delegado de Parauapebas, Wagner dissequemoranoAcampamento Dina Teixeira – dirigido pelo MST, fica às margens da PA-160, entre Parauapebas e Canaã dos Carajás.

Ontem, questionada sobre o episódio, a assessoria nacional deimprensadoMSTnãoconfirmoua ligação entre Wagner e a entidade. Após consulta aos dirigentes estaduais,aassessoria foi categórica: "Essa pessoa não faz parte de nenhuma instância do MST."

O delegado Miranda foi cauteloso. Revelou que Wagner foi preso no ano passado e que moranumacampamento do MST, mas não disse que se trata de uma liderança, nem estabeleceu ligações entreo sequestro e omovimento.

De acordo com as investigações feitas até aqui, o seqüestro foi arquitetado por Marcos Aurélio da Silva Rocha, funcionário de empresa de vigilância

queprestavaserviçosaobanco. Ele conhecia a rotina da agência e sabia que a funcionária tinha acesso ao cofre.

No final da tarde de quartafeira, o grupo sequestrou a funcionária, juntamentecomsuafilha de 9 anos e o irmão. Em seguida libertaram a mulher e a filha, exigindo que trouxesse o dinheiro do cofre, em troca da vida do irmão.

"Foi um sequestro relâmpago", disse o delegado. "Conseguimos prender a quadrilha e devolver o dinheiro ao banco.

Os presos serão encaminhados ao Judiciário."

Ainvasãodasededacooperativa ocorreu durante uma série de conflitos que envolveram também a mineradora Vale, queexplora minériosna região. Foi quando se descobriu que o MSTestava ajudando os mineiros a se organizarem. Na ocasião, Wagner também participou de ações de paralisação da Estrada de Ferro Carajás.

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico · actionaid · CIRAD · IICA · nead · Ministério do Desenvolvimento Agrário · BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL